



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

GLOSSÁRIO DO GRUPO *LUGARES E PAISAGENS* (ProLUGAR)

Termos e Procedimentos de Pesquisa *em Ação*

Paulo Afonso Rheingantz

[versão revista e ampliada em 14mai2025]

Em minha vida, coloquei as descrições de pedras, paus e bolas de bilhar numa caixa ... e as deixei ali. Na outra caixa coloquei coisas vivas: caranguejos, pessoas, problemas sobre o belo ...

Gregory Bateson (in Capra 1991: 61)

Glossário utilizado no grupo de pesquisa *Lugares e Paisagens* (ProLUGAR) inspirado em Bruno Latour nos livros *A Esperança de Pandora* (2001) e *Políticas da Natureza* (2004), sem qualquer pretensão de abarcar a totalidade dos campos e vertentes do conhecimento.

Derivado do *Glossário de Termos de Filosofia e de Métodos de Pesquisa* (Rheingantz 2000), utilizado como material didático na disciplina Metodologia da Pesquisa (1998-2003). Inicialmente o documento reunia um conjunto de verbetes disponíveis nos dicionários e enciclopédias^[1], normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e em livros sobre ciência e metodologia da pesquisa.

Incorporado ao acervo do grupo *Lugares e Paisagens – ProLUGAR*, em 2009, se transformou em um *glossário em ação* que procura acompanhar e registrar os efeitos de nossas explorações sobre os modos como sociedade, política e cultura afetam a vida acadêmica e os objetos de interesse de nossas pesquisas.

A inclusão da expressão ‘*em ação*’ no final do subtítulo sinaliza para um lento, difícil e contínuo processo de migração de uma lógica mais formal e estruturada que incorpora os fundamentos da *abordagem enativa da cognição* (Varela, Thompson, Rosch 2003) e, mais recentemente, um progressivo mergulho nos estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade e da Teoria Ator-Rede. ‘*Em ação*’ também evidencia que o conjunto de verbetes aqui reunidos explora e contém as contradições e incertezas performadas enquanto suas sucessivas versões vão sendo atualizadas. Em um processo de escritaCOM*, verbetes surgem, desaparecem ou se transformam. Como suas ausências e presenças são continuamente manipuladas, nenhum verbete ou explicação têm status, posição ou existência fora dessa performance.

Na redação e nas revisões dos verbetes, procuro seguir Vera Cristina Feitosa^[2] (1991), adotando um estilo mais pessoal que, além de comprometer o autor com seu discurso, evita as ambiguidades resultantes da impersonalização tão presente no discurso científico* e reforça o entendimento do conhecimento científico e tecnológico como uma construção em permanente transgressão das fronteiras arbitrárias entre o “técnico” e o “social” e a legião de híbridos de ciência e cultura, colocadas lado a lado (Cukierman 2007).

Observações:

- Como o glossário é frequentemente atualizado, recomendo acessar a versão mais recente, disponível na aba *Artigos* em www.prolugar.fau.ufrj.br ou nos meus perfis do *Researchgate.com* e *Academia.edu*.
- O asterisco (*) grafado no final de algumas indica a existência de verbete específico no glossário.

Seguem os verbetes que venho colocando na caixa contendo as coisas vivas, ou meus *objetos de interesse*.

¹ *Dicionário Aulete Digital*, de Francisco J. Caldas Aulete e Antonio Lopes dos Santos Valente (c2015); *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (19XX); *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*, de Antonio Houaiss e Mauro de salles Villar (2009); *Dicionário Básico de Filosofia* (3ed), de Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996); *Dicionário de Filosofia*, de José Ferrater Mora (1994); Stanford Encyclopedia of Philosophy (2018); *Wikipedia a Enciclopédia Livre*.

² Graduada em Letras e doutora em Engenharia de Produção, professora aposentada da Faculdade de Letras e do Doutorado em Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ; em sua tese em ergonomia, explorou as relações entre a escrita e o ambiente de trabalho. Autora do livro *Redação de Textos Científicos* (1991).

Abordagem Experiencial (AE) [versão de 24nov2024] – [ver Abordagem Performativa*] designação adotada a partir de 2009 pelos pesquisadores do grupo ProLUGAR (Rheingantz et al 2009) para sublinhar a adesão à abordagem inspirada nos argumentos de Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (2003), que se configura ao mesmo tempo como processo-e-produto ou como instrumento-e-resultado e que reconhece: a impossibilidade de representação de um "mundo lá fora" independente e pré-existente à percepção dos observadores e a inadequação do distanciamento crítico e sua pretensa neutralidade. Inspirada na *cognição atuacionista* – que não é formada por representações, mas por ações incorporadas nas quais o conhecimento é um saber-fazer modelado sobre as bases do concreto (Varela 1992); que se ocupa do modo como o observador orienta suas ações em sua experiência de viver (Varela, Thompson, Rosch 2003), a AE não entende o ambiente como uma "realidade" externa ao observador e possuidora de um conjunto de atributos previamente estabelecidos. A AE reconhece a impossibilidade de descrever as experiências no ambiente com base em representações mentais* ou a partir de percepções independentes do mundo vivido, que passa a ser entendido como *um* mundo incompleto que performa* continuamente traduções* ou apropriações locais e imperfeitas na primeira pessoa, que não são 'certas', 'erradas' ou 'indiscutíveis' e que podem ser recusados, negociados ou novamente traduzidos. Nos relatos AE, as observações procuram seguir os movimentos envolvendo pessoas, objetos e ambientes, registrando os efeitos que se produzem nessas relações e performando *ações incorporadas**. E, na medida em que explorávamos a percepção como um conjunto de "ações perceptivamente guiadas" (Varela 1992: 22) e assumíamos a subjetividade de nossa atenção ou percepção consciente (Vygotsky 1993, 1994). Outros diferenciais em relação às observações amparadas nas Relações Pessoa-Ambiente, são o "apagamento" das fronteiras entre sujeito-e-objeto (Pedro 1998) ou sociedade-e-natureza, o reconhecimento da agência de humanos e não-humanos e da diferença entre a experiência que vivenciamos e sua explicação. Também passamos a entender os resultados da aplicação de qualquer instrumento ou procedimento como *complementos* capazes de corroborar ou não as experiências reflexivas e intuitivas vivenciadas durante nossas observações. Sua aplicação prática, a *Observação Incorporada**, se inspira nas práticas da *atenção plena* da meditação budista – e esvaziar a mente do fluxo dos pensamentos que a obscurecem – transformando a reflexão sobre nossas próprias experiências em uma experiência de autoconhecimento atenta e aberta (Varela, Thompson, Rosch 2003). No artigo *De Corpo Presente: sobre o papel do observador e a circularidade de suas interações com o ambiente construído* (Rheingantz 2004) explico com mais riqueza de detalhes o processo e os fundamentos da Abordagem Experiencial.

Abordagem Performativa (AP) – desdobramento da *Abordagem Experiencial** e do entendimento *latouriano* de que nossos corpos são *interfaces que aprendem a ser afetadas*, na medida em que me familiarizava dos fundamentos dos CTS* e da ANT*, ou me *contaminava* por diferenças que emergiam de articulações e colaborações que não costumava registrar (Tsing 2024)⁽³⁾, senti uma necessidade crescente de relativizar os relatos em *versão única* da AE, e de associá-los com *outros* relatos muitas vezes controversos. Essa necessidade de relativizar foi crescendo na medida em que, nas observações de campo, passei a entender que nós observadores somos *interfaces que aprendem a ser afetadas* por diferenças (Latour 2008b) que emergem de articulações que não costumam ser registradas envolvendo o *co-protagonismo* ou a *agência* das múltiplas associações que se produzem nas dinâmicas a serem explicadas em sua subjetividade* – aqui entendida como efeito das conexões de uma rede, que não deve ser confundida com "individualidade". Mas reunir *outros* relatos, controvérsias e suas interferências recíprocas⁽⁴⁾ implica em explorar outras '*condições de possibilidade*' que transcendem a versão única e na 1ª pessoa da AE. Para dar conta dessas outras condições de possibilidade, foi preciso recorrer a um outro conjunto de metáforas proposto por Annemarie Mol (2008), em *vovendo intervenção e performance*⁽⁵⁾. Em sua crítica ao perspectivismo – que, por princípio, admite que uma mesma 'realidade' pode ser vista

³ Anna Tsing (2004: 73) argumenta que manter-se vivo "requer colaborações viáveis" que resultam de um processo de contaminação* onde a pureza não é uma opção, uma vez que a sobrevivência de qualquer espécie depende de trabalhar em colaborações viáveis por meio de alteridade, ou seja, de diferenças sempre sujeitas à indeterminação das transformações.

⁴ Essas questões foram exploradas nas teses de Fabíola Angotti (2019), Rodrigo Costa (2019), Marcelo Sbarra (2020) e em diversos estudos e escritos relacionados com a proposta anterior (Rheingantz 2012, 2015, 2016a, 2016b, 2016c, 2020; Rheingantz, Pedro, Szapiro 2016; Rheingantz et al 2017, 2019, 2021; Angotti et al 2017, 2018; Sbarra et al 2017).

⁵ Outra tradução para a palavra inglesa *enaction*, utilizada preferencialmente por pesquisadores, autores e tradutores brasileiros e portugueses alinhados com os estudos CTS* e com a ANT*.

por uma diversidade de olhos a partir de diferentes *perspectivas* ou *pontos de vista*, mantendo-se intocada no centro – Mol observa que as realidades são múltiplas e manipuladas por meio de vários dispositivos que ajudam a *performar** *múltiplas versões* de experiências resultantes de diferentes *interesses* que podem ou devem ser relacionadas entre si. Por princípio, a AP reúne, sem hierarquizar, um conjunto de relatos que possibilitam registrar e reunir *outras* objetividades que, diferentemente do sentido tradicional das pretensões frias e desinteressadas de uma objetividade a ser alcançada por um estilo objetivista, acenam para muito além do que um relato em primeira pessoa seja capaz de expressar e passam a fazer referência a *muitos outros sítios* e *questões de interesse** (Latour 2008a). Parodiando Anna Tsing (2024), essa outra objetividade configura uma “assembleia aberta” de múltiplos engajamentos e experimentos colaborativos “sempre-em-processo” e sua estratégia metodológica implica em observar, ouvir, contar e reunir uma profusão de relatos que não podem ser resumidos de maneira organizada (Tsing 2024). Suas escalas não se encaixam perfeitamente e chamam a atenção para temporalidades e geografias interrompidas. Essas interrupções suscitam mais histórias. Esse é o poder da profusão de histórias como ciência. No entanto, são justamente essas interrupções que extrapolam os limites da maior parte da ciência moderna, que costuma demandar a possibilidade de expansão infinita sem alterar o enquadramento da pesquisa” (Tsing 2024: 85).

Abstração – cf. Bruno Latour (2008a) a ANT demanda um nível maior de abstração na teoria que, além de não interromper o fluxo das controvérsias, permita aos atores desdobrarem seus próprios e diversos cosmos, por mais contraintuitivos que pareçam. Segundo Latour, esse maior nível de abstração na teoria social dificulta compreender a ANT. Em uma comparação com o trabalho de registro de um cartógrafo, a forma estranha e bagunçada de registro do fluxo das controvérsias, onde nenhum registro corresponde exatamente com formas pré-determinadas, “a ANT sustenta que não é possível rastrear relações mais robustas e descobrir padrões de referência mais reveladores ao encontrar a maneira de registrar os vínculos entre marcos de referência instáveis e cambiantes em vez de tratar de manter estável um marco” (Latour 2008: 43).

Ações – cf. Humberto Maturana (2001: 127), tudo o que nós, como observadores, “conotamos quando falamos de *conhecimento* em qualquer domínio particular é constitutivamente o que consideramos como ações” em qualquer domínio operacional; pensar, falar, andar, meditar, rezar, são fenômenos de diferentes tipos no domínio relacional que surgem no organismo pelas distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões avaliadas de acordo como o critério de aceitabilidade do observador.

Ação Incorporada – cf. Francisco Varela, Evan Thompson e Eleonor Rosch (2003: 177), “Usando o termo *incorporada* queremos chamar a atenção para dois pontos: primeiro, que a cognição depende dos tipos de experiência decorrentes de se ter um corpo com várias capacidades sensório-motoras, e segundo, que essas capacidades sensório-motoras individuais estão, elas mesmas, embutidas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente. Utilizando o termo *ação* queremos enfatizar novamente que os processos sensoriais e motores – a percepção e a ação – são fundamentalmente inseparáveis na cognição vivida. De fato, os dois não estão apenas ligados contingencialmente nos indivíduos: eles também evoluíram juntos.” Os autores também observam que “o mundo e a pessoa queo percebe, especificam-se mutuamente” (Varela; Thompson; Rosch 2003: 176).

Acoplamento estrutural – [ver Entrelaçamento Estrutural*] cf. Humberto Maturana (2001: 185) “a estrutura do sistema nervoso não é fixa, e muda continuamente das seguintes maneiras: (a) no nível de seus elementos neuronais que se intersectam com os sensores internos e externos do organismo, muda através das mudanças estruturais desencadeadas neles seja pelas interações do organismo no meio externo, seja pela atividade orgânica interna como seu meio interno; (b) através de mudanças estruturais desencadeadas em seus componentes neuronais por hormônios secretados pelas células endócrinas do organismo, ou por outros elementos neuronais que funcionam como células endócrinas do organismo, ou por outros elementos neuronais que funcional como células neuroendócrinas; (c) através de mudanças estruturais recursivas desencadeadas em seus componentes neuronais como resultado de sua própria participação em seu funcionamento com rede fechada de relações variáveis de atividades; e (d) como um resultado de sua dinâmica estrutural intrínseca de crescimento e diferenciação. A consequência fundamental dos aspectos estrutural e dinâmico do funcionamento do sistema nervoso é que, apesar de o

sistema nervoso não interagir com o meio, a estrutura do sistema nervoso segue um trajeto de mudança que é contingente com o fluir das interações do organismo na realização e conservação de seu viver. Uma consequência desta consequência é que, apesar de que tudo o que o sistema nervoso faz como um componente do organismo seja gerar momento após momento correlações senso-efetoras que resultam na geração do comportamento adequado do organismo em seu domínio de existência, de um modo que é determinado a cada momento por sua estrutura, ele permanece fazendo isso através de sua mudança contínua porque ele muda de maneira contingente com a realização do viver do organismo. Chamo esta dinâmica histórica de mudanças estruturais coerentes do organismo e do meio, bem como sua condição de congruência dinâmica estrutural, de *acoplamento estrutural*".

Actante – [ver Agente* e Ator*] cf. Latour (2001), a palavra *ator* se restringe aos humanos e recomenda que ela seja substituída por *actante*, termo tomado da semiótica que inclui a agência ou ação dos não-humanos; cf Wikipedia, termo proposto pelo linguista francês Lucien Tesnière e incorporado à semiótica pelo linguista Aldirgas Greimas – “o actante é quem realiza ou o que realiza ato” – para designar os agentes (pessoas, animais ou coisas) em qualquer narrativa (texto, imagem ou som); cf. Gómes e Tirado (2014: 3), “os actantes são entidades singulares ou discretas. Melhor, são partes de redes que alcançaram um certo grau de estabilidade relacional e autonomia. E por sua vez, podem ser considerados como um ator-rede de pleno direito porque sempre podem se decompor em uma plêiade de outras entidades que atuam na conformação desse grau de estabilidade”. Como nas abordagens CTS* e ANT* todos os seres e coisas têm agência e se afetam mutuamente, as palavras *actante* ou *agente** evidenciam não alinhamento com a sociologia do social* (Latour 2008a). Elas também simplificam a difícil tarefa de especificar os múltiplos gêneros que proliferam entre os dois extremos do par atriz-ator para descrever os movimentos e conexões que se estabelecem em seus agenciamentos para engendrar transformações que ultrapassam o âmbito técnico-instrumental (Latour 1994, 2000, 2008; Knorr-Cetina 2001; Law e Mol 2000; Stengers 2002; Mol 2008), passei a utilizar a palavra *agente** para designar todos os seres e coisas* cuja agência permeia nosso cotidiano.

Ad hoc – expressão latina que pode ser traduzida como “para isto” ou “para esta finalidade” (Wikipedia) utilizada no meio acadêmico para designar os pareceristas de propostas de pesquisa submetidas para aprovação pelas agências de fomento ou de artigos submetidos para publicação em eventos e/ou periódicos, e que não participam dos seus respectivos corpos editoriais ou de revisores.

Agência – cf. Albená Yaneva (2022), o poder de agir, de ‘fazer’ as coisas com um propósito; ao trazer os não-humanos para o centro do debate, Latour (2012) postula que os mesmos são dotados de agência, ou seja, são atores de plenos direitos.

Agente – palavra que utilizamos no ProLUGAR em substituição a ator-rede* e actante* para designar aquele ou aquilo que têm agência (Latour 2012) e, também, os movimentos e conexões envolvendo os seres e coisas que se afetam mutuamente sem qualquer preocupação em categorizar ou hierarquizar seus agenciamentos (Latour 2012). Trata-se de uma escolha pessoal, devido à aspereza da sonoridade de actante* e, também, por dispensar os complementos “humanos” e “não-humanos” necessários quando se utiliza a palavra ator* em trabalhos alinhados com os CTS* e com a ANT*.

Agenciamento – [ver Assemblagem* e Assembleia*] termo derivado da palavra francesa *agencement*, utilizado nas artes por Jean Duduffet (1953) para definir colagens com objetos e materiais tridimensionais, baseada no princípio de que todo e qualquer material pode ser incorporado a uma obra de arte, criando um novo conjunto, maior que, mesmo sem perder seu sentido original, rompe e ultrapassa as limitações da superfície criando uma junção da pintura com a escultura; também pode ser traduzido como “arranjo”, “encaixe” ou “fixação”; afirma a implicação inerente da conexão entre conceitos específicos cujos arranjos fornecem sentido ou significado; trata de justaposição de elementos no qual cada peça do conjunto mais amplo pode ser identificada; nas traduções para o inglês e para o português o termo tem sido entendido como análogo a assemblagem.

Agenciamento Urbano [ou Assemblagem Urbana] – [ver Método da Assemblagem*] alinhados com uma abordagem *deleuziana*, em *Urban Cosmopolitics* Ignacio Fariás e Anders Blok (2016) explicam que a proposição central de *Urban Assemblage* seria a de reimaginar a cidade como um espaço-objeto *múltiplo* cuja multiplicidade é constituída por termos heterogêneos que estabelecem ligações e relações entre

eles, cuja única unidade é a de "co- funcionamento", de simbiose ou "simpatia". Os autores também observam que "em uma ontologia dos agenciamentos (ou assemblagens) urbanos, todos os conceitos – tais como determinação estrutural, ideologias dominantes e hierarquias bem definidas – são retrabalhados a partir de um entendimento relacional das formações espaciais como efeitos que precisam ser constantemente defendidos, reunidos, mantidos e reparados" (Farias 2011 *apud* Blok; Farias 2016: 5). A associação com a proposição das 'realidades múltiplas'* de Annemarie Mol (2008) e sua circunstancialidade, fluidez, fracionamento e indefinição, potencializa o entendimento de agenciamento ou assemblagem.

Alteridade – cf. Wikipedia, palavra derivada do latim *alteritas* ('outro') que designa a concepção que parte do pressuposto básico de que todo o ser humano social interage e é interdependente do outro ... capacidade de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal (relação com grupos, família, trabalho, lazer e a relação que temos com os outros, etc...), com consideração, identificação e dialogar com o outro sem necessidade de haver concordância. Importante na antropologia – que pode ser entendida como a ciência da alteridade – quando se entra em contato com outras culturas, para entender e respeitar as diferenças sem emitir juízo de valor; Sendo o estudo das diferenças e o estudo do outro, a alteridade assume um papel importante nas relações sociais e no combate ao racismo, etc.; também a utilizo para traduzir* a palavra inglesa *Othering*, derivada do verbo *to other*, que significa "ver ou tratar outra pessoa ou outro grupo social como intrinsecamente diferente e estranho a si mesmo".

Ambiência – outra forma de espacialidade*, relacionada com o grau de “acolhimento” performedo pelas associações e relações envolvendo os actantes de determinados lugares urbanos ou não-urbanos que produzem bem-estar, mal-estar e/ou urbanidade-desurbanidade*, imageabilidade*, sensação de segurança e acolhimento, sinestesia, acessibilidade, conforto aeróbico, paisagem olfativa, paisagem auditiva, paisagem visual (interior e exterior), conforto tátil, circulação interna, serviços e utilidades, bem como aparência interna-externa. Na perspectiva dos CTS/ANT a ambiência é performeda (ver *Performance* e *Performance*), instável e seu entendimento e descrição são dependentes dos recursos próprios do analista.

Ambiente – palavra mais abrangente e adequada do que *espaço* – cuja conotação abstrata ajusta-se perfeitamente para a afirmação dos propósitos e ideais modernistas cuja concepção de futuro separa humanos e não- humanos (Latour 2001) – para traduzir* com maior propriedade o meio no qual todos os coletivos compostos por seres terrestres* – designação proposta por Bruno Latour (2020: 106) que tem a vantagem de “não ter de especificar nem o gênero nem a espécie”; e, também, que “Dizer ‘nós somos terrestres em meio a outros terrestres’ não supõe de forma alguma a mesma política de ‘Nós somos humanos na natureza’” (Latour 2020: 106) – se referir ao meio ou *terreno de vida** ou meio no qual todos os coletivos terrestres – compostos por seres e coisas – estamos imersos, e cujo significado inclui o conjunto de condições materiais, históricas, sociais e culturais; a abordagem performativa* reforça a importância de se reunir aquilo que foi separado – ambientes *natural* e *construído* – evitando uma má distribuição de poderes, reassociando os antigos poderes da natureza e da sociedade em um único lugar. Apesar de empregado no singular, o termo não se refere a uma unidade já feita, mas a um conjunto de procedimentos para coligar as associações de sociedade e natureza.

Ambiente Construído – diferentemente do entendimento ‘clássico’ – “todo o ambiente erigido, moldado ou adaptado pelo homem. São artefatos humanos ou estruturas físicas realizadas ou modificadas pelo homem” (Ornstein et al 1995: 7) – para traduzir com maior propriedade o *terreno de vida** (Latour 2020) ou meio onde todos os coletivos compostos por seres humanos e não-humanos estão imersos, e ao chamar “a atenção sobre os aportes-chave dos recursos próprios do analista” (Latour 2008: 58) a abordagem performativa* reúne o que foi separado – ambientes natural e construído.

Ambiente Natural – diferentemente da definição ‘clássica’ que separa as envolventes pré-existentes dos humanos ou que ainda não sofreram as consequências da ação humana, ao chamar “a atenção sobre os aportes-chave dos recursos próprios do analista” (Latour 2008: 58) a abordagem performativa* reúne o que foi separado – ambientes natural e construído.

Análise – cf. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009), “... 2. Estudo pormenorizado de cada parte

de um todo, para conhecer melhor sua natureza, suas funções, relações, causas, etc. ... 4. FIL, método de pensamento voltado para a compreensão ou explicação de um fenômeno complexo, que consiste em reduzir uma realidade intrincada, de difícil apreensão global, em seus componentes mais simples; ... **a. cartesiana** FIL preceito geral do método de conhecimento em Descartes (1596-1650); ... **a. combinatória** MAT parte da matemática que estuda a formação, contagem e propriedades dos agrupamentos que se se podem constituir segundo leis determinadas, com número limitado de elementos; ... **a. de discurso** LING parte da linguística que estuda as regras para a produção de textos (orais ou escritos) maiores que o período, ou seja, as sequências de frases; seus critérios e métodos variam segundo as escolas; análise do discurso. Em vez de separar ou dividir um todo em diversas partes, a abordagem performativa* busca reunir e entrelaçar um conjunto de relatos múltiplos, heterogêneos e instáveis por meio de um mesmo fio condutor.

Análise de Conteúdo – cf. Lawrence Bardin (1995: 31), “conjunto de técnicas de análise de comunicações” cujos princípios se originam na linguística e na psicologia social. Visam obter indicadores quantitativos ou qualitativos, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, para a inferência dos conhecimentos relativos às condições de sua produção e/ou recepção.

Analogia – Relação entre dois diferentes fenômenos físicos passíveis de serem descritos por um formalismo matemático idêntico. Ponto de semelhança entre coisas diferentes, tais ... como semelhança entre figuras que diferem quanto à escala ou de de função entre dois elementos, em suas respectivas totalidades.

Anímico – cf. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009), pertencente ou relativo à alma.

ANT – [ver Teoria Ator-rede*] acrônimo da designação inglesa *Actor-Network Theory*, “perfeitamente adequado para um viajante cego, míope, viciado em trabalho. Farejador e gregário. Uma formiga (*ant*) escrevendo para outras formigas ...” (Latour 2012: 28) mantido para reforçar a analogia entre o trabalho de um pesquisador ANT e o trabalho de uma formiga (*ant*), apesar do uso predominante do acrônimo TAR, no Brasil.

Arquitetura-Urbanismo – passei a adotar essa designação composta proposta por Lineu Castello (2007), mas com um propósito diferente, entendendo que ela possibilita explorar a tensão central que elimina a distinção e a separação entre arquitetura e urbanismo implícita na designação *default*.

Arquétipo – termo que designa protótipo, modelo ou padrão exemplar de seres criados, utilizado pelo psicólogo e psicanalista suíço Carl Jung (1875-1961) como referência para as imagens psíquicas do inconsciente coletivo, por ele consideradas patrimônio comum a todos os humanos.

Artefato – cf. *Dicionário Aulete Digital*, qualquer dispositivo ou parte de objeto produzido pelos humanos - à mão ou industrialmente - ou em arqueologia [Wikipedia], que além de produzido pelos humanos, fornece indicações sobre a época ou a cultura a que pertenceu seu autor ou seus habitantes.

Articulação – cf. Latour (2008a), está relacionada com a capacidade de um agente ser afetado por diferenças (ou pelos outros) que, diferentemente da *exatidão*, que depois de validada está pronta e dispensa acréscimos, dispensa afirmações e convergências em torno de uma única versão e na qual proliferam os registros das diferenças. Conforme define Latour (2008a: 43), “um *sujeito articulado* como alguém que aprende a ser afetado pelos outros, não por si próprio ... um sujeito só se torna interessante, profundo ou válido quando ressoa com os outros, quando é efetuado, influenciado, posto em movimento por novas entidades cujas diferenças são registradas de formas novas e inesperadas”. A articulação dispensa afirmações, convergências em torno de uma determinada (e única) versão; nela proliferam os registros das diferenças.

Assemblagem [ver Agenciamento* e Assembleia*] – cf. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, termo de sentido filosófico originário do correspondente à palavra francesa *agenciamiento* – que pode ser traduzido como “arranjo”, “encaixe” ou “fixação” – que afirma a implicação inerente da conexão entre conceitos específicos cujos arranjos fornecem sentido ou significado; cf. John Law (2004), ‘assemblagem’ vem da tradução para o inglês da palavra francesa ‘*agencement*’ utilizada por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* Guattari, para a qual os dicionários franceses, oferecem dezenas de sinônimos que evidenciam que

o termo não tem um equivalente único em inglês^[6]. Apesar de “*assemblage*” não ser propriamente uma tradução errada de “*agencement*”, muita coisa se perdeu ao longo do caminho^[7]. Cf. John Law (2004), em inglês seu significado passou a soar mais definido, mais como um estado de coisas ou um acordo do que como um processo incerto e em desenvolvimento^[8];

Assembleia – [ver *Assemblagem** e *Agenciamento**] – cf. Anna Tsing, “termo que permite a descrição crítica, ... uma habilidade central para conhecer o Antropoceno. Se há uma mensagem central para os humanistas e cientistas sociais aqui, é que o mundo do Antropoceno é cheio de coisas estranhas e surpreendentes que precisamos conhecer, e é hora de renovar nosso interesse coletivo no que está acontecendo”. ... [também] ... “são grupamentos abertos ... [que] ... nos permitem indagar sobre os efeitos comuns sem tomá-los como dados ... [que] ... tornam visíveis os processos de constituição de outras histórias possíveis. ... no entanto, é preciso ir além do entendimento de organismos enquanto elementos que se reúnem. Eu preciso ver formas de vida – que incluem o mundo inanimado – em processos de convergência. ... Como encontros constitutivos são chave para mim, meu uso de *assembleia* refere-se ao que se reúne em um lugar, em qualquer escala” (Tsing 2024: 68).

Associação – cf. Bruno Latour (2004: 370), estende e modifica o sentido das palavras social e sociedade, que são sempre prisioneiras da divisão entre o mundo dos objetos e o dos sujeitos; em vez da distinção entre os sujeitos e os objetos, falar-se-á de associações entre os humanos e não-humanos; o termo recupera, assim, ao mesmo tempo, as antigas ciências naturais e as antigas ciências sociais. A reflexão sobre as associações entre pessoas e coisas, matéria e significado contribui para produzir ontologias alternativas para esses objetos desordenados e evasivos e seus modos de 'estar presente'.

Associação, Substituição; Sintagma, Paradigma – cf. Bruno Latour (2001: 345-346), “esses dois pares de termos substituem a obsoleta distinção entre objetos e sujeitos; em linguística, um sintagma é o conjunto de palavras que podem ser associadas numa frase do ‘pescador que vai pescar com um cesto’, ao passo que um paradigma são todas as palavras que podem ser substituídas numa dada posição na frase (‘O pescador’, ‘o merceiro’, ‘o padeiro’ formam um paradigma). A metáfora linguística se generaliza para formular duas questões básicas: Associação – que ator pode ser conectado a qual outro? Substituição – que ator pode substituir qual outro numa dada associação?”.

Atenção ou Consciência – método proposto por Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch para examinar a experiência humana inspirado na *meditação atenta* da filosofia budista Abhidharma, que reconhece a tendência da mente em divagar quando as pessoas estão tentando desempenhar alguma tarefa – inclusive durante a observação em uma APO. “As pessoas que meditam descobrem que a mente e o corpo não são coordenados. O corpo está parado, mas a mente é com frequência surpreendida por pensamentos, sentimentos, conversas internas, sonhos diurnos, fantasias, sonolência, opiniões, teorias, julgamentos sobre pensamentos e sentimentos, julgamentos sobre julgamentos – umatorrente interminável de eventos mentais desconectados que aqueles que meditam nem mesmo percebem que está ocorrendo, exceto naqueles breves instantes quando se lembram do que estão fazendo.” (Varela; Thompson; Rosch 2003: 41) Integrando corpo, mente e ambiente, o observador deve esvaziar a mente dos pensamentos e se deixar levar com atenção e naturalidade pelo fluxo das sensações e emoções que são experienciadas durante a observação. A experiência do observador que experiencia seu corpo, sua mente, os objetos e artefatos e suas relações no ambiente deve ser destituída (esvaziada) de qualquer influência da existência real, independente ou permanente, e a sua “descrição também funciona como uma recomendação e uma ajuda para a contemplação” (Varela; Thompson; Rosch 2003: 231). As técnicas

⁶ Cf. Nota 37 de John Law 2004: 41), “Eles incluem (na tradução) os seguintes verbos: ajustar, adaptar, ajustar, reconciliar, pôr em acordo, resolver, dispor, arranjar, combinar, unir, compor, constituir, formar, coordenar, organizar, dispor, preparar, distribuir, distribuir, encadear, amarrar, vincular, conectar, ordenar, organizar, resolver, colocar, colocar, definir, colocar, colocar para fora, unir, reunir, montar, reunir, coletar, reunir e/ou unir. O pequeno dicionário francês-inglês é o Concise Oxford French Dictionary (Chevalley e Chevalley 1963), e o maior dicionário francês é o grande Robert (1974). Sou grato a Michel Callon pela discussão sobre as dificuldades do termo “*assemblage*” em inglês”.

⁷ Cooper (1998, 111); e na introdução do tradutor de *Dialogues*, de Deleuze e Parnet (Londres: Athlone 1987, xiii).

⁸ Cf. Nota 39 de John Law 2004: 41), “Talvez pareça que tem a ver com a ação de reunir – por exemplo, nas reuniões da escola, do exército ou da prisão, ou talvez com o processo de reunir coisas numa lista, como se estivéssemos fazendo as malas antes de viajar”.

de atenção são projetadas para deslocar a mente das amaras da atitude abstrata relacionada com suas teorias e preocupações, para uma situação de consciência ou atenção para a própria experiência vivenciada por uma determinada pessoa.

Aterramento – cf. John Welwood (2003), princípio da terra em ação, que tem a ver com assumir nossa forma, trabalhar nossos padrões psicológicos e habitar integralmente o corpo.

Atmosfera – cf. Francesco Careri (2024)⁹, tem a ver com o estado das coisas; cf. Alex Lamounier (2017: 63), nos estudos urbanos e ambientais, costuma ser confundida com caráter – entendido como conjunto ou configuração de elementos visíveis que conferem personalidade aos lugares urbanos¹⁰ – e com *ambiência** – tradução de difícil correspondência com as singularidades semânticas do termo na língua francesa *ambiance*, adotada por Jean-Paul Thibaud (2015: 14), utilizada desde o século XVI mas que, por volta de 1890 começa a ser utilizada como substantivo na língua francesa. Lamounier atribui a confusão no uso dos termos *ambiência* e *atmosfera* na língua Portuguesa à tradução literal dos trabalhos de Thibaud: “*ambiência*, na língua portuguesa, remete mais a uma ideia de materialidade projetual, uma vez que consiste em termo bastante utilizado nas linguagens técnicas dos campos da arquitetura e urbanismo e da engenharia civil, por exemplo, referindo-se às influências que determinadas configurações físicas podem conferir, uma vez concretizadas, a ambientes fechados ou abertos, de pequena ou grande escala. Não possui, assim, a mesma conotação de intangível à qual remete a ideia de *ambiance* trabalhada por Thibaud (2015)” (Lamounier 2017: 64). Mas esse entendimento é problemático, uma vez que nos livros organizados por Duarte e Villanova (2013) e Duarte e Pinheiro (2020), os artigos de Thibaud (2013) e de Jean-François Augoyard (2020) utilizam ‘*ambiência*’; três dos mais conhecidos dicionários da língua Portuguesa associam *atmosfera* com “(1) Meio físico ou moral em que se vive; espaço envolvente; meio ambiente (*ambiência* hospitalar; *ambiência* religiosa); (2) P.ext. Conjunto das condições de meio ambiente (culturais, sociais etc.)” (Dicionário Aulete Digital); “(4) *fig.* ambiente social ou espiritual <clima, *a. de tranquilidade*>” (Instituto Antônio Houaiss, 2009); “(6) *Fig.* Ambiente Moral: *Vive numa atmosfera de intrigas.*” (Ferreira, 19XX); “[Figurado] Clima; ambiente que determina psicológica e espiritualmente uma pessoa, uma situação, circunstância: *atmosfera festiva*” (Dicio 2009- 2022).

Atmosfera Urbana – [ver *Ambiência Urbana**] cf. Alex Lamounier (2017: 4), pode ser “definida por um conjunto de características visíveis – como a configuração física e espacial de determinada área ou local – e invisíveis – valores, práticas e simbolismos associados a determinada paisagem. Sua identificação envolve aprofundamentos diversos do olhar. Num primeiro momento, o olhar externo é importante para uma visão mais crítica e detalhista do que se pode apreender da paisagem. Em seguida, um olhar mais próximo da visão do morador ou frequentador assíduo do lugar em questão, que capacita ao entendimento dos significados associados à paisagem, é essencial à compreensão da *atmosfera*. Neste processo, a identificação pelo reconhecimento, por parte do pesquisador, é etapa inevitável. Significa que apreender *atmosfera*s exige reconhecer, na configuração analisada, elementos vivenciados ou imaginados, presentes na memória. A identificação de *atmosfera*s depende, portanto, do estabelecimento de laços afetivos entre o pesquisador e o lugar pesquisado, o que envolve um misto de sentimentos de fascínio pelo novo e de nostalgia”.

Atmosfera de Preferência – Reconhecendo a importância de inclusão dos entendimentos e significados associados às paisagens pelos moradores ou frequentadores assíduos dos lugares urbanos, designação cunhada por Alex Lamounier (2017: 5), em reconhecimento da importância de incorporar os elementos vivenciados ou imaginados, presentes na memória relacionados com os laços afetivos – *atmosfera*s – envolvendo pesquisadores, moradores e lugares urbanos; um misto de sentimentos de fascínio pelo novo e de nostalgia, “que podem se tornar reconhecíveis, de certo modo familiares. Pela intensidade com que nos tocam, podem se distinguir como memoráveis, entre outras *atmosfera*s, no imaginário das pessoas” reveladas nas vivências cotidianas da cidade e seus ambientes comuns, inscritas na escala mais íntima das percepções individuais reunidas em um coletivo em diferentes escalas de abrangência, conforme o

⁹ In *Apprehensive walking*, palestra proferida no 5º Congresso Internacional sobre *Ambiências*, Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 2024.

¹⁰ Cf. Norberg-Schulz (1980, p. 14), caráter tem relação com a “forma concreta e substância dos elementos definidores do espaço”, sendo “determinado pelo material e a constituição formal de um lugar”.

compartilhamento de significados comuns. “Imaginar cidades é, também, imaginar uma certa atmosfera”. (Lamounier 2017: 5). Mais adiante, complementa: “Se atmosfera pode ser entendida como o “espírito do lugar” para alguns autores, como Christian Norberg-Schulz (1980), que toma como base as reflexões de Heidegger, é impossível imaginar que apenas elementos dominantes possam representar a atmosfera de uma cidade. Identificar Atmosferas de Preferência envolve investigar se as áreas relacionadas às atmosferas em questão realmente são reconhecidas pelos diferentes grupos e indivíduos que as frequentam ou se são apenas divulgadas como tal por meio de discursos e práticas dominantes” (Lamounier 2017: 52). As propostas de “reconceituação espacial” elaboradas por Doreen Massey (2009) embasaram a proposição de que as Atmosferas de Preferência devem contemplar múltiplas visões e sentidos cujo desafio “envolve investigar, em meio a tantas narrativas dominantes, as possibilidades de identificação do que se configura como autêntico – a questão referia-se a como identificar aspectos importantes à definição de Atmosferas de Preferência como, por exemplo, afetividade e reconhecimento que podem ser pertencentes ao outro e, portanto, alheios ao observador/pesquisador ... A valorização de paisagens consideradas comuns; o destaque à necessidade de atenção às múltiplas visões na definição das concepções espaciais; e a investigação de narrativas isentas de intencionalidades dominantes são aspectos comuns às hipóteses e objetivos desta tese de doutorado sobre Atmosferas de Preferência, na medida em que também se voltam à identificação analítica das lacunas deixadas por representações culturais hegemônicas” (Lamounier 2017: 54-55).

Ator – [ver Agente*] palavra utilizada para designar quem encena ou interpreta personagens ou para fazer referência a quem é fingido, dissimulado, farsante, impostor; cf. Bruno Latour (2008a) na ANT*, ator é aquilo que muitos outros levam a agir mas ninguém sabe quantas pessoas agem simultaneamente num indivíduo; em contrapartida, ninguém pode afirmar quanta individualidade existe num conjunto de dados estatísticos; ou ainda, “se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e atos, *qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator” (Latour 2012: 108).

Ator-rede – [ver agente*] cf. John Law (1999), é um termo intencionalmente oximorônico que combina – e elimina a distinção entre – estrutura e agência e o hífen explora a tensão central entre ‘ator’ e ‘rede’; cf. Rosa Pedro (2010: 81-82), “na rede, cada elemento é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças e arregimentar outros atores; uma rede, capaz de, a partir de seus movimentos, redefinir e transformar seus componentes. Um ator é, assim, uma rede configurada a partir de relações heterogêneas, ou seja, ele é *um efeito da rede* que, por sua vez, participa da composição de outras redes”; cf. Bruno Latour (2008a), se diz que um ator é um *ator-rede* para sublinhar que ele representa a maior fonte de incerteza a respeito da origem da ação; ou expressão utilizada para dar vida à segunda fonte de incerteza, que é central em todas as ciências sociais e não vê a ação como algo transparente que ocorre sob o controle da consciência, mas sim como um nó ou um conglomerado de muitos conjuntos surpreendentes de agências que lentamente precisam ser desenredadas.

Atravessamento – [atravessar+mento] palavra que designa travessia, ação ou efeito de atravessar ou passar para o outro lado de uma via ou calçada, cruzar uma via, uma fronteira, um rio, um gesto, etc..

Atuação – [ver Enação*, Performance* e Performance*] palavra escolhida pelo tradutor na tradução* da palavra inglesa *enaction* utilizada por Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch em *A Mente Incorporada* (2003: 17) para designar uma abordagem das ciências cognitivas que questiona “explicitamente a pressuposição, prevalente nas ciências cognitivas como um todo, de que a cognição consiste na representação de um mundo que é independente de nossas capacidades perceptivas, por um sistema cognitivo que existe independente desse mundo. Ao invés disto delineamos uma visão de cognição como ação incorporada...”.

Autopoiético – aquilo que nós produzimos, de criação contínua, sendo feito o tempo todo na relação com o mundo (Maturana; Varela 1995).

Avaliação Pós-ocupação (APO) – costuma ser utilizada para designar um processo iterativo, sistematizado e rigoroso de avaliação de desempenho do ambiente construído, passado algum tempo de sua construção e ocupação. Suas vertentes behaviorista e fenomenológica fundamentam-se na ideia de representação mental e na suposição de que o ambiente tem a ver com algo externo, independente da experiência e focaliza os ocupantes e suas necessidades para avaliar o desempenho do ambiente

construído com relação à percepção e o uso por parte dos diferentes grupos de usuários. Sua vertente experiencial* explora a proposição de Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (2003: 177), que chamam a atenção para dois pontos: “que a cognição depende dos tipos de experiência decorrentes de se ter um corpo com várias capacidades sensório-motoras” e “que essas capacidades sensório-motoras individuais estão, elas mesmas, embutidas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente”. O uso do termo *ação* enfatiza que os processos sensoriais e motores – a percepção e a ação – são inseparáveis na cognição experiência: ambos evoluem junto, ou seja: os ambientes e as pessoas especificam-se mutuamente. Como efeito do progressivo alinhamento com os estudos CTS*, o reconhecimento da agência dos não-humanos, a noção de coletivo* e das realidades múltiplas, tenho explorado algumas questões importantes para transformar o entendimento de qualidades (no plural) do ambiente construído: (1) que *os ambientes* são *performados* ou trazidos à existência (Mol 2002) nas redes de objetos, materialidades, tecnologias, natureza, organismos e seres humanos (Farías 2010), ou seja: possibilitam assumir que as realidades são múltiplas, produzidas e manipuladas “por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” (Mol 2008: 66); (2) que a qualidade dos ambientes e lugares não são preexistentes, uma vez que elas *emergem* de múltiplos processos de associações (Farías 2010) produzidas pela justaposição de materiais ou eventos heterogêneos, cuja tensão oscila entre os opostos *urbanidade-desurbanidade**; (3) que mesmo tendo localização e forma estável, a singularidade dos *ambientes em ação* possibilita que eles possam acolher *diferentes usos*, transformando-se em outro tipo de construção ou ambiência com relativa facilidade; (4) que, por operarem de modo simultâneo com diferentes usos e agentes*, por serem transformados pelas ações que acontecem em seu interior e exterior, os ambientes não são objetos estáticos e devem ser entendidos como objetos *em movimento*, mesmo depois de construídos (Latour, Yaneva 2008).

Avaliação Pré-projeto (APP) – processo sistematizado de simulação do desempenho do ambiente construído realizado ao longo do processo decisório do projeto (Ornstein et al, 1995) ou após a sua conclusão, com o objetivo de identificar, com a ajuda dos futuros ocupantes, possíveis falhas ou problemas, tanto para a vida dos ocupantes como para o desempenho do ambiente considerado. Muito utilizada pelos ergonomistas, a APP ainda carece de reconhecimento por parte dos arquitetos.

Axioma – Premissa imediatamente evidente que se admite como universalmente verdadeira sem exigência de demonstração. 2. P. ext. Máxima sentença: 3. Lóg. Proposição que se admite como verdadeira porque dela se podem deduzir as proposições de uma teoria ou de um sistema lógico ou matemático.

Behaviorismo – Restrição da psicologia ao estudo objetivo dos estímulos e reações verificadas no físico, com desprezo total dos fatos anímicos.

Bem-estar – relacionado com diferentes formas de conforto, prazer ou qualidade de vida e que costuma estar relacionado com estado físico, mental, emocional, psíquico, cujas implicações emocionais, inconscientes e simbólicas estão diretamente relacionadas com saúde, geografia, cultura e economia; cf. Wikipedia, “como o estado de satisfação com a própria vida como um todo”. .

Caixa-Preta – cf. Wikipedia, termo utilizado por Franz Breisig (1921) para designar os componentes dos terminais em redes de duas portas. Seu significado recente em Inglês parece ter surgido por volta de 1945, inspirado nas ideias de Wilhelm Cauer (1941) sobre o processo de síntese de redes a partir de funções de transferência caracterizadas por sua resposta a sinais aplicados às portas dos seus circuitos eletrônicos, descrito por seus seguidores como método caixa-preta de análise. Na cibernética, Norbert Wiener (1961) atribui a origem de seu uso a Ross Ashby (1956) na descrição de um sistema desconhecido, caracterizado pelo uso das técnicas de identificação do sistema; pela possibilidade de copiar o comportamento de saída de uma caixa preta como primeiro passo na auto-organização. Na arquitetura, foi utilizado por Christopher Jones em *Design Methods: seeds of human futures* (1970/1992) para referir-se aos estudos de Gordon (1961), Osborn (1963), Broadbent (1966) e Matched (1968) sobre grande parte do processo de design estar “na cabeçada dos designers”, fora do alcance de seu controle consciente. Cf. Vilém Flusser (1998), os espaços privados, inacessíveis e complexos, mas que podem vir a ser abertos pela cultura digital, que possibilita substituir o que é opaco ou ritualístico pelo transparente ou científico. Cf. Bruno Latour (2000: 14), expressão “usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar é desenhada uma caixinha preta, a

respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai". Em arquitetura, a primeira referência à 'caixa preta' é de John Christopher Jones (1987; 1992), ao recorrer à cibernética para simbolizar o misterioso salto criativo da modalidade criativa por ele explorada no capítulo 4 sobre Os novos métodos de projetar.

Caixa-de-Vidro – cf. John Christopher Jones (1987: 46), outra metáfora da cibernética utilizada para designar a modalidade racional de projetar, segundo a qual o projetista cria uma caixa de vidro que possibilita “discernir um processo racional completamente explicável”.¹¹

Cartesianismo – Doutrina de René Descartes, filósofo, matemático e físico francês (1596-1650), e de seus seguidores, caracterizada pelo racionalismo, pela consideração do problema do método como garantia da obtenção da verdade, e pelo dualismo metafísico. 2. Influência de Descartes na filosofia.

Cartesiano – Pertencente ou relativo a Descartes ou ao cartesianismo [q. v.] 2. Hist. Filos. Diz-se da maneira de considerar um fenômeno ou um conceito isolando-os da totalidade em que aparecem. 3. Que é partidário do cartesianismo. ~V. análise -a, coordenadas -as, coordenadas -as ortogonais, eixo - e sistema -. S. m. 4. Partidário do cartesianismo.

Cartografia – Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2010), referenciados em *Mil Platôs* de Giles Deleuze e Felix Guattari (1995), explicam que a cartografia surge como um princípio do rizoma, como princípio “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (Deleuze; Guattari 1995: 21). A realidade cartografada se apresenta como um mapa móvel de um rizoma, entendido como um sistema acêntrico que propõe uma reversão metodológica: uma aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, (Canguilhem), quando a precisão não é tomada como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção. Inspirados na *autopoiese* (Maturana; Varela 1997) e na *enação* (Varela; Thompson; Rosch 2003), os autores propõem que os polos da relação cognoscente (sujeito e objeto) são efeitos, e não condição da atividade cognitiva. Com o alargamento do entendimento de cognição e sua inseparabilidade da ideia de criação, a produção de conhecimento não encontra fundamentos num sujeito cognitivo prévio nem num suposto mundo dado, mas pragmaticamente e reciprocamente configura o si e o domínio cognitivo. Diante de tal problema metodológico – como estudar esse plano de produção da realidade? Que método nos permite acompanhar esses processos de produção? – em vez de regras, Passos, Kastrup e Escóssia propõem a ideia de pistas ou guias utilizadas pelo cartógrafo como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e da calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa.

Cartografia de Controvérsias (CC) – cf. Tommaso Venturini (2008), a cartografia de controvérsias (CC) é um exercício pedagógico introduzido por Bruno Latour com o objetivo de ensinar aos alunos as teorias dos estudos CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade) por meio do estudo prático dos debates tecnocientíficos contemporâneos. Aproveitando os recursos possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, os alunos são convidados a navegar nas principais questões científicas e técnicas, sem abandonar suas aplicações educacionais; cf. Venturini (2008) durante suas aulas, Latour sugere: "apenas olhe para as controvérsias e diga o que você vê". Se a CC se resume a "observar e descrever", é possível colocar de lado qualquer metodologia ou teoria social. Mapear controvérsias não requer nenhuma suposição conceitual ou protocolo metodológico, nem requer definições a aprender ou qualquer hipótese a demonstrar; nenhum procedimento a seguir. Em lugar de um mapa estático para representar uma realidade dada, entendendo que essa realidade é simultânea à produção do coletivo, o cartógrafo deve abandonar sua posição de exterioridade, colocando-se como mais um agente que participa dessa produção. Cartografar controvérsias consiste, então, em atentar, compreender e acompanhar a proliferação de realidades utilizando uma estratégia com foco nas incertezas que produzem estas

¹¹ Um terceiro ponto de vista menos familiar – *do controle* – é proposto por John Christopher Jones (1992: 46), que entende o projetista como um sistema auto-organizado, capaz de encontrar atalhos em território desconhecido; segundo Jones, apesar de menos familiar, é aquele que em sua opinião pode nos levar “mais diretamente ao valor prático da teoria do design e ao próximo passo na evolução de métodos de design eficazes”.

realidades e que possibilite a descrição dos movimentos que as tornam estáveis; a CC deve seguir duas orientações metodológicas: (1) em lugar de um “protocolo normalizado”, performar um critério, uma regra e um breve roteiro de preocupações sempre aberto a mudanças relacionado com a “bagagem” a ser levada em nossa jornada (Pedro 2010); (2) “seguir os próprios atores” (Latour 2000, 2006) e deixá-los agir e falar, mapeando as controvérsias que emergem no campo, a partir dos relatos e das práticas da dinâmica ou performance do processo de construção dos fenômenos, evidenciando seu caráter contextual e contingencial em um movimento contínuo e heterogêneo das controvérsias, se produz alguma estabilidade que possibilita registrar determinados fenômenos. Cf Latour (2000), para passar da estabilidade às controvérsias e “abrir a caixa-preta”, é preciso partir de alguma materialidade – que, por ser capaz de convocar, congregar e unir diferentes entidades (humanas e não-humanas) e, com elas, suas respectivas forças, pode se tornar um dispositivo capaz de nos fazer ver e falar algo.

Categorias – Nos estudos CTS*, é necessário deixar os agentes em liberdade para desdobrarem as atividades com as quais fazem mundos¹² em sua plena incomensurabilidade; “deixar de lado categorias como iniciativa, estrutura, psique, tempo e espaço junto com toda categoria filosófica e antropológica, não importa o quão profundo pareçam estar os próprios atores, a quem cabe a tarefa de ordenar o social. Ao direcionar o foco da observação arraigadas no sentido comum” (Latour 2008a: 44).

Cenário [ou Roteiro] – palavra utilizada por Madeleine Ackrich (1992: 298) para designar os novos objetos ou o produto final do trabalho e crenças dos projetistas em sua tentativa de imaginar ou prescrever as configurações e solicitações que os usuários devem realizar ou responder, bem como para definir os agentes* “com gostos específicos, competências, motivações, aspirações, preconceitos políticos e o resto; eles também assumem que a moralidade, a tecnologia, a ciência e a economia vão evoluir de modos particulares” para “inscrever” sua visão de (ou predição sobre o) mundo no conteúdo técnico do novo objeto. A autora alerta para o risco de, ao ignorar a ampla gama de usos a que os objetos podem ser colocados, esse procedimento dos projetistas se aproximar do determinismo tecnológico e produzir um “não-usuário”. Esse risco foi evidenciado com muita clareza por Nelly Oudshoorn e Trevor Pinch (2005) em *How Users Matter – the co-construction of users and technology*, que reúne alguns exemplos que exploram o modo como os usuários consomem, modificam, domesticam, reconfiguram e resistem à algumas novas tecnologias.

Certeza – Afirmação categórica ou qualidade do que é certo; convicção, crença, opinião; na filosofia, costuma designar uma forma de assentimento que se pretende objetiva, subjetivamente suficiente e que tenha evidência universal; pensadores de diferentes campos do conhecimento – tais como Boaventura de Souza Santos, Edgar Morin, Fritjof Capra, Gregory Bateson, Illya Prigogine, Isabelle Stengers, Niels Bohr, Paulo Freire, Pedro Demo – e dos CTS – tais como Annemarie Mol, Arthur Ferreira, Bruno Latour, Donna Haraway, John Law, Marcia Moraes, Michel Callon, Rosa Pedro, Ronald Arendt – tem contribuído para a emergência de outras versões de ciência e conhecimento, fundadas na complexidade, na incerteza e na performance, que ampliam os (estreitos) horizontes da Ciência com “C” maiúsculo (Latour 2000; 2008a).

Cidade – cf. Dicionário Aulete Digital (c2015), Área densamente povoada, onde se concentram residências, vias de transporte e os locais em que se dão várias atividades econômicas e sociais da população, e que se distingue das áreas rurais à sua volta; ... [Fig.] O ambiente ou modo de vida nas grandes cidades, por oposição ao campo, ao modo de vida agrícola; esp.: a grande concentração e variedade de atividades e oportunidades de trabalho, ou as condições de vida, menos dependentes dos ciclos naturais ou agrícolas e mais ditadas por convenções sociais, interesses econômicos etc.. Nos estudos CTS* a cidade não é algo estável e determinado da realidade; tecer a cidade implica em acolher diferentes versões ou as múltiplas realidades do urbano em si, cada vez mais intrincadas e difíceis de serem generalizadas (Amin; Thrift 2002). Em suas múltiplas realidades, a cidade é composta simultaneamente “como uma cidade turística, como um sistema de transporte, como a competência territorial, como o mercado imobiliário, como *playground* para skatistas e praticantes de *parkout*, como espaço do consumo, como a paisagem de poder, como um espaço

¹² Cf. Latour (2008a), “Fazer-mundo” seria um bom termo, não fosse pela concepção de “fazer” que entranha a definição do “mundo único”. Portanto, se toma essa expressão para ocupar provisoriamente o lugar até que possamos redefinir o construtivismo e, muito depois, o que significa compor “um mundo comum” (Latour 2008a: 345).

público para ações políticas e manifestações, como espaço vigiado, como um espaço de trânsito, como um ambiente criativo, como uma tela gigante para grafiteiros e artistas de rua, tais como rede de esgotos etc.” (Fárias 2011: 29). Tal proposição possibilita que outras entidades sejam incluídas no processo de entendimento das cidades contrapondo-se à ideia de uma única verdade presente em outras concepções vigentes, tais como as leituras morfológica, sociológica e sistêmica, ou a “inteligente” – que se apoia na presença de tecnologias de informação e comunicação de modo a enfatizar as dimensões produtiva e competitiva. A qualidade da cidade e do urbano não se resume à sua materialidade, à sua geografia ou à sua tecnologia. Ela vai sendo tecida nas possibilidades de conexões que se estabelecem enquanto ocorrem as ações.

Ciência – Bruno Latour (2004: 372) define a *Ciência* com “C” maiúsculo e no singular, “como a politização das ciências pela epistemologia (política), para tornar impotente a vida pública, fazendo pesar sobre ela a ameaça de uma salvação por uma natureza já unificada; também define *as ciências*, no plural e em minúsculo, como um dos cinco métodos essenciais do coletivo à procura de proposições, com as quais deve constituir o mundo comum, encarregado da manutenção da pluralidade das realidades externas; cf. Isabelle Stengers (2002: 35) “a definição da ‘ciência’ nunca é neutra, já que, desde que a ciência dita moderna existe, o título de ciência confere àquele que se diz ‘cientista’ direitos e deveres”; cf. Humberto Maturana (2001: 125) “embora etimologicamente a palavra *ciência* signifique o mesmo que a palavra *conhecimento*, ela tem sido usada na história do pensamento ocidental para fazer referência a qualquer conhecimento cuja validade possa ser defendida em bases metodológicas, independentemente do domínio fenomênico no qual é proposto. Hoje em dia, entretanto, isso tem mudado progressivamente, e a palavra *ciência* é agora mais frequentemente usada para fazer referência apenas ao conhecimento validado através de um método particular, que é o método científico”. Mas enquanto domínio cognitivo, a *ciência*, “existe e se desenvolve como tal sempre expressando os interesses, desejos, ambições, aspirações e fantasias dos cientistas, apesar de suas alegações de objetividade e independência emocional” (Maturana 2001: 147); cf. Boaventura de Sousa Santos (1995: 55) “a “nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional” Latour (2001) distingue quatro concepções de ciência:

- **Ciência Moderna** - toda concepção de futuro que separa humanos e não-humanos, onde a ciência ou a razão desempenham importante papel na ordem política da sociedade – um artefato do acordo modernista que separa humanos e não-humanos;
- **Ciência Pós-moderna** - que continua a anterior, e dela se diferencia por um arrefecimento relativo da confiança da amplitude da razão];
- **Ciência Não-moderna** - que substitui a linha divisória moderna e pós-moderna entre natureza e sociedade pela noção de coletivo (termo que se refere à associação de humanos e não-humanos); e
- **Ciência Pré-moderna** - exotismo atribuível à invenção da crença refere-se àqueles que não se entusiasma pela modernidade, acusados (pelos modernistas) de possuir unicamente uma cultura e crenças, mas não conhecimentos, a respeito do mundo.

Ciências Cognitivas – cf. Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (2003), nova matriz interdisciplinar que inclui as neurociências, a psicologia cognitiva, a linguística, a inteligência artificial e, em alguns casos, também a filosofia. Os autores associam os primórdios dos estudos cognitivos ao programa de pesquisa fundado por Maurice Merleau-Ponty, que afirmava que a cultura científica ocidental requer o entendimento de “nossos corpos tanto como estruturas físicas quanto como estruturas experienciais vividas ... como algo que é tanto ‘externo’ quanto ‘interno’, tanto biológico quanto fenomenológico” (Varela, Thompson, Rosch 2003: 13). Apesar da situação atual ser significativamente diferente daquela vivenciada por Merleau-Ponty – quando as ciências da mente estavam fragmentadas em disciplinas isoladas como neurologia, psicanálise e psicologia experimental behaviorista – os autores observam que, mesmo com os avanços da tecnologia cognitiva nos últimos 40 anos, a *incorporação* do duplo sentido tem estado ausente das vertentes cognitivista* e conexionista* das ciências cognitivas. Eles também apontam que a abordagem do mundo vivido da experiência humana de Merleau-Ponty baseou-se em uma elaborada perspectiva filosófica da tradição

fenomenológica, todas elas dependentes dos métodos de suas disciplinas de origem – articulações lógicas da filosofia, análise interpretativa da história e da sociologia do social e do tratamento de pacientes em terapia – os autores propõe uma *outra* abordagem que segue uma linhagem que classificam como descendentes da intuição fundamental da *incorporação* articulada por Merleau-Ponty, que possibilite superar as limitações de um estilo de investigação, considerado insatisfatório, cujo tratamento superficial não está, em sua opinião, à altura da profundidade e sofisticação da análise científica. Esclarecendo que seu objetivo é pragmático, que não pretendem construir uma suprateoria unificada, nem científica, nem filosófica da relação mente-corpo ou escrever um tratado de erudição, os autores ressaltam que seu interesse é "abrir um espaço de possibilidades no qual o trânsito entre as ciências cognitivas e a experiência humana possa ser inteiramente apreciado, e desencadear as possibilidades transformadoras da experiência humana em uma cultura científica" (Varela, Thompson, Rosch 2003: 16). Sua proposta de terceira via para as ciências cognitivas, que denominam *cognição performativa*⁸, explora o diálogo entre ciência e experiência mediado pela atenção budista. Mas ressaltam que, mesmo situando seu trabalho como uma *continuação*, sua abordagem não é fenomenológica, pois não se contenta em explicar nossa existência incorporada concreta sempre a *posteriori*.

Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) – cf. Henrique Cukierman (2007), campo de estudos surgido nos anos 1980 que caracteriza o conhecimento científico e tecnológico como uma construção em permanente transgressão a fronteiras arbitrárias entre o “técnico” e o “social”, que gera uma legião de híbridos de ciência e cultura que colocam lado a lado diferentes misturas; cf. Medina, Marques e Holmes (2014), campo de estudos que explora as relações entre ciência, tecnologia, políticas e poder, como as ideias científicas e tecnológicas são criadas, movidas modificadas e adaptadas; cf. John Law (2016: 31-32), “os autores dos CTS falam sobre laboratórios, empresas e hospitais e, também (uma vez que os interesses dos CTS são amplos), sobre agentes financeiros, fazendas, casas de repouso e práticas de conhecimento indígenas. Eles analisam como teorias, métodos e equipamentos materiais são utilizados na prática em contextos sociais, organizacionais, culturais e nacionais específicos – e analisam os efeitos dessas práticas. Então, a primeira lição é a seguinte: os CTS atendem às práticas, ou melhor, eles são a própria prática” ... “Os CTS operam através de seus estudos de caso. Se você quiser entender os CTS, precisa lê-lo através de seus casos. Como pescadores e vieiras interagem na prática. Como engenheiros e chefes militares criam um avião de guerra. Como o trabalho em laboratório gera novas teorias sobre as forças físicas. Como a primatologia ajuda a reproduzir o patriarcado. Como os cientistas ambientais aprendem com os povos aborígenes. É impossível entender a teoria dos CTS sem olhar para os casos. É aqui que fazemos a nossa teoria. Alguns acham isso difícil: eles pensam na teoria como abstrata. Mas nos CTS existe pouca ou nenhuma divisão teoria/empírica. Em vez disso, eles juntam teoria, método e prática empírica com instituições sociais (e às vezes objetos) e insistem que todos eles são parte da mesma trama e não podem ser separados” ... “os CTS começaram olhando para o “método científico” e mostraram que geralmente os cientistas não seguem as regras dos filósofos. A ciência é poderosa, mas na prática ‘o método científico’ é material e confuso (Isso também é verdade para o método das ciências sociais). Mais de quarenta anos se passaram, mas ainda assim os CTS analisam na prática, métodos confusos, científicos ou não. Conforme disse acima, o modo como esses métodos funcionam e são moldados é uma preocupação central para os CTS. Mas os CTS mais recentes também abordam uma questão relacionada com outros métodos. Pergunta: o que é que as práticas científicas (e tecnológicas, e médicas) realmente fazem? Uma resposta é que estes são métodos para moldar e reproduzir o mundo social. O argumento é que as práticas – científicas e sociais – são métodos de formatação da sociedade.

Científico – as definições e as diferentes concepções de ciência* propostas por Isabelle Stengers (2002), Humberto Maturana (2001), Boaventura de Sousa Santos (1995), Pedro Demo (1995) e seu reconhecimento da não neutralidade da ciência* complexificam o entendimento dos critérios *internos* e *externos*, dos direitos e deveres das(os) cientistas, da noção de rigor científico e da pretensão da ciência de estabelecer leis capazes de ordenar os fenômenos naturais e classificá-los e controlá-los com rigor; cf. Boaventura de Sousa Santos (1995: 55), a ciência é apenas uma dentre muitas outras modalidades de conhecimento que não são científicas por si mesmas. Sua cientificidade ou racionalidade emergem da configuração de todas elas”. Bruno Latour (2004: 372) define a *Ciência* com “C” maiúsculo e no

singular, “como a politização das ciências pela epistemologia (política), para tornar impotente a vida pública, fazendo pesar sobre ela a ameaça de uma salvação por uma natureza já unificada; também define *as ciências*, no plural e em minúsculo, como um dos cinco métodos essenciais do coletivo à procura de proposições, com as quais deve constituir o mundo comum, encarregado da manutenção da pluralidade das realidades externas. Explorar os *interfaceamentos, articulações e recalitrâncias* dessas vias alternativas à da definição clássica de ‘ciência’ e de ‘objetos de pesquisa’ exteriores, reunindo e registrando os movimentos de um conjunto heterogêneo de narrativas evidenciam a importância de atribuir outro entendimento para ‘científico’ e ‘objetividade’ como um resultado da multiplicação de observações e relatos muitas vezes conflitantes. Esse outro entendimento possibilita reconhecer a existência de outras formas de cientificidade e objetividade além da herança positivista da ciência*, “cujo reducionismo se manifesta na preferência pela ‘frieza dos dados’ ” (Latour 2012: 363).

Cientificismo ou Cientismo – Atitude segundo a qual os métodos científicos devem ser estendidos a todos os domínios da vida dos humanos e a conhecer as coisas como são e possibilitam resolver todos os reais problemas da humanidade e satisfazer todas as necessidades legítimas da inteligência humana.

Cientista – cf. Isabelle Stengers (2002: 18), “o cientista não é mais o produto de uma história social, técnica, econômica, política como qualquer ser humano. Ele tira partido ativo dos recursos desse ambiente para fazer prevalecer suas teses e ele *esconde* suas estratégias sob a máscara da objetividade”; cf. Humberto Maturana (2001: 40), “o que define o cientista, em sua ação como cientista, é o modo de explicar, o critério de aceitação de explicações que usa”; os argumentos dos cientistas são relativos aos seus interesses, ao poder, que se dissimula por trás da objetividade ou da racionalidade quando elas se tornam argumento de autoridade (Stengers 2002). Ao mencionar a “crise de confiança na instituição científica” Bruno Latour (2019:16) observa que “quando apelamos à confiança [na instituição], a situação de interlocução é completamente diferente: devemos compartilhar da preocupação por uma instituição frágil e delicada, repleta de elementos terrivelmente materiais e mundanos – *lobbies* do petróleo, julgamento de pares, pressões da modelização, erros de digitação em relatórios de mil páginas, contratos de pesquisa, bugs de computador e assim por diante. Mas tal preocupação, e este é o ponto essencial, não tem a intenção de lançar dúvidas sobre os resultados das pesquisas; pelo contrário, procura obter a garantia de que se tornarão válidos, robustos e compartilhados”.

Clima – ver Novo Regime Climático*

Cognição – cf. Rosa Pedro (1996: 5) “campo que trata do sujeito cognoscente e da possibilidade de conhecer o/no mundo”; o termo é usado num sentido amplo como *conhecimento* ou ação de conhecer *conhecimento*, mas seu sentido varia conforme diferentes perspectivas e contextos (neurologia, filosofia, psicologia, inteligência artificial) sendo também tradicionalmente aceito como processamento de informações sob a forma de computação simbólica ou manipulação de símbolos baseada em regras; cf. Humberto Maturana (2001), como todos os sistemas vivos são estruturalmente determinados, nada externo a eles pode explicar o que neles ocorre; ele também observa que existem tantos domínios cognitivos quantos domínios de ações aceitos pelo observador segundo os critérios que utiliza para aceitá-los como ações; cf. Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (2003) a evolução dos estudos da mente, ou das ciências cognitivas, a partir dos anos 1950, apresenta três principais abordagens que, apesar de terem se desenvolvido em diferentes momentos e de forma sequencial, permanecem coexistindo na pesquisa contemporânea:

- **Cognitivismo** – o modelo da mente computacional considera o cérebro como um computador, um sistema físico de símbolos, no qual processos mentais ocorrem pela manipulação de representações simbólicas no cérebro. O cognitivismo funcionalista, em seu lado mais extremo, sustenta que a incorporação é essencialmente irrelevante na natureza da mente.
- **Conexionismo ou Emergência** – surge nos anos 1970 como um desafio à abordagem cognitivista, e tem como ferramenta principal a auto-organização da rede neural – não mais símbolos no sentido tradicional da computação, mas sistemas dinâmicos não lineares, nos quais ocorrem os processos mentais através da emergência de padrões globais de atividades. Como herança do cognitivismo, a mente ainda é a região das rotinas inconscientes e sub-pessoais, e a experiência humana continua não tendo lugar nesta abordagem.

- Cognição Atuacionista ou Performativa – [ver Abordagem Atuacionista* e Abordagem Performativa*].

Coisa – cf. Bruno Latour (2005: 13), “muito antes de designar um objeto lançado para fora da esfera política e ficar ali de forma objetiva e independente, o *Ding*¹³ ou Coisa por muitos séculos tem significado a questão que une as pessoas porque as divide. A mesma etimologia está adormecida no latim *res*, no grego *aitia* e na causa francesa ou italiana”. Segundo Latour, a consulta do verbete em um dicionário inglês, deve indicar que originamente a palavra ‘*Thing*’ ou ‘*Ding*’ designava um certo tipo arcaico de assembleia; que muitos parlamentos das nações nórdicas e saxãs utilizam sua velha raiz etimológica: os parlamentares noruegueses se reúnem no *Storting*; os parlamentares islandeses, que seguem sendo chamados do equivalente a “*thingmen*” [homens-coisa], se reúnem no *Althing* [Todas as Coisas].

Colaboração – cf. Anna Tsing (2024: 75), “é o trabalho que atravessa as diferenças; ou ainda, “é a matéria mesma de que é feita a sobrevivência” (Tsing 2024: 73); processo de adaptação ou transformação necessário para a sobrevivência de todas as espécies que, por trabalhar com as diferenças, ocorre por contaminação*: “... adaptar-se às circunstâncias é a matéria mesma de que é feita a sobrevivência” (Tsing 2024: 73); “é difícil pensar no enfrentamento de qualquer desafio sem solicitar ajuda de outros, sejam estes humanos ou não-humanos” (Tsing 2024: 75).

Coletivo – cf. Bruno Latour (2001: 355), “palavra (que) não se refere a uma entidade existente em si mesma, governada por suas próprias leis, oposta a outras entidades como a natureza; significa o resultado de um ‘acordo’ que, por razões políticas, divide artificialmente as coisas em esfera natural e esfera social. Para me referir, não ao artefato sociedade, mas às muitas conexões entre humanos e não-humanos prefiro a palavra ‘coletivo’.” Cf. Rosa Pedro (1998; 2003), rede de interfaces sociotécnicas, onde cada objeto ou evento é concebido como uma mistura ou “coletivo” de homens, coisas e técnicas, cujo movimento “apaga” as fronteiras entre sujeito e objeto; onde os fatos se tornam “objetivos” pela reapropriação local, em diferentes pontos ou conexões da rede, por diferentes atores. Cf. Bruno Latour (2008a), ao contrário de nos referirmos a uma ação realizada por forças sociais homogêneas, quando dizemos *coletivo* nos referimos a uma ação que reúne diferentes tipos de forças entrelaçadas justamente porque são diferentes.

Compartilhar – cf. Isabelle Stengers (2023: 16), “não significa ‘explicar’ ou ‘comunicar’, mas sim aprender com os outros, graças aos outros e arriscando com os outros como colocar um problema ‘terrestre’, isto é, irreduzível, às exigências da escalabilidade. E isso exige que os cientistas ‘desacelerem’, que aprendam a levar a sério aquilo que sua ciência elimina para ‘fazer avançar’ o conhecimento. Eles devem aceitar que aquilo que é eliminado pode interessar a outros de uma maneira não ‘subjéctiva’, mas ‘vital’. Eles devem perceber que seus próprios saberes precisam ser situados por outros saberes, que respondem a outras perguntas”.

Complexidade – Qualidade do que é complexo. Cf. Wikipédia, noção utilizada com significativas diferenças em diversos campos do conhecimento, também chamada **teoria da complexidade, desafio da complexidade, pensamento da complexidade ou pensamento complexo**. Visão interdisciplinar acerca dos sistemas complexos adaptativos, do comportamento emergente de muitos sistemas, da complexidade das redes, da teoria do caos, do comportamento dos sistemas distanciados do equilíbrio termodinâmico e das suas faculdades de auto-organização. Movimento científico que tem produzido uma série de consequências tecnológicas e filosóficas. O uso do termo complexidade é instável e na literatura de divulgação frequentemente ocorrem usos espúrios, muito distantes do contexto científico, particularmente em abstrações ao conceito (crucial) de não linearidade. O termo é também usado comosinônimo de *epistemologia da complexidade*, ramo da filosofia da ciência inaugurado no início dos anos 1970. Também existe uma teoria de complexidade computacional, que é um ramo científico mais estável e melhor definido e que evoluiu separadamente daquele referente ao de sistema não linear, embora sutilmente ligado a este. Cf. Costa (1999), desde que a *Teoria da Relatividade* de Albert Einstein mostrou a relatividade de nossas certezas, nosso entendimento do mundo vem se tornando cada vez mais complexo. A incerteza, o acaso e a desordem que governam nossas vidas são a base do

¹³ Cf. Oxford Dictionary, palavra de origem germânica cujo significado no Inglês antigo incluía 'reunião', 'matéria' e 'preocupação', bem como 'objetos inanimados'.

pensamento complexo, servindo tanto para compreender os fenômenos meteorológicos, otimizar os métodos de prospecção de petróleo ou criar máquinas inteligentes, quanto para desbravar novos caminhos na área da psicanálise, sociologia e artes plásticas. Edgar Morin propõe que é preciso aceitar a complexidade e a incerteza. Em vez de dialética, ele sugere a "dialógica", uma dialética que não recusa a contradição e assume o paradoxo de que duas ideias possam estar certas ao mesmo tempo. "O pensamento complexo não é a pesquisa da confusão total. Como defini em minhas obras, a complexidade é a união da complexidade com a simplicidade. Quando o simples já não basta, é preciso passar ao elo, à espiral", diz Morin. Mas segundo Morin isso não implica em abrir mão da velha lógica, mas sim, em integrá-la em jogo complexo. Enfrentar a contradição, em vez de eliminá-la: esta é a palavra de ordem de Morin. A complexidade enquanto filosofia é inspirada numa teoria científica: a dos sistemas complexos, amplamente usada na biologia, na matemática ou na cibernética. Há muito tempo os cientistas descobriram que o cérebro, o sistema imunológico ou a própria sociedade humana são sistemas complexos, compostos por milhares e até milhões de elementos que interagem entre si de forma não trivial. Ou seja, a resposta de cada um desses elementos a um determinado estímulo não é a mera repetição do estímulo, como nos sistemas lineares, facilmente previsíveis. Quando se trata de sistemas complexos, não se pode mais falar em determinismo, apenas em probabilidades.

Complexo – cf. *Dicionário Aulete Digital* (c2015), "1. Que abrange ou encerra muitos elementos ou partes. 2. Observável sob diferentes aspectos. 3. Confuso, complicado, intrincado. ... 4. Grupo ou conjunto de coisas, fatos ou circunstâncias que têm qualquer ligação ou nexos entre si. 5. Psicol. Conjunto de representações ou ideias estruturadas e caracterizadas por forte impregnação emocional, total ou parcialmente reprimidas, e que determinam as atitudes de um indivíduo, seu comportamento, seus sonhos, etc.. **Composição progressiva do mundo comum** – cf. Bruno Latour (2004: 373), "expressão que substitui a definição clássica da política como jogo de interesses e de poderes: o mundo comum não é estabelecido imediatamente (ao contrário da natureza* ou da sociedade*), mas deve ser colecionado pouco a pouco para consolidar um trabalho diplomático*, o que é comum às diferentes proposições*. *Compor* se opõe sempre a atalho, abreviação, arbitrariedade (ver *também* Formas*)".

Comunicação – cf. Humberto Maturana e Francisco Varela (1995: 217-219) "como observadores, designamos como *comunicativas* as condutas que ocorrem num acoplamento^[14] social, e como *comunicação* a coordenação comportamental que observamos como resultado dela ... da perspectiva do observador, sempre há ambiguidade numa interação comunicativa. O fenômeno da comunicação não depende do que se fornece, e sim do que acontece com o receptor. E isso é muito diferente de 'transmitir informação'".

Conceito – cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009: 510), "9 (Fil) representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade; 10 (Ling) noção abstrata contida nas palavras de uma língua para designar as propriedades e características de uma classe de seres, objetos ou entidades abstratas"; cf. Jorge Machado (2006: 26), "a história epistemológica considerando a ciência como produção de conhecimentos, privilegia o conceito reconhecido como o elemento que expressa a verdade científica, com relação aos outros aspectos da ciência, o que explica os limites das histórias descritivas dos historiadores e dos cientistas, incapazes de estabelecer as inter-relações conceituais que permitem definir a racionalidade das teorias e interpretar as observações e experiências"; cf. Nadir Mendonça (1985), construção cuja lógica e significado devem ser estabelecidos a partir de um determinado quadro de pensamento e/ou de referências cuja validade é determinada por sua adequação à realidade e/ou por sua veracidade; cf. Tarthang Tulku (1997: 228), "os conceitos que empregamos para interpretar nossa experiência podem ser rígidos ou limitados demais para expressar a natureza dinâmica dos sentidos, do corpo e da mente".

Conceituação – cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009: 510), "ato ou efeito de conceituar; 1 ação ou efeito de dar ou criar um conceito; definição, formulação ...; 2 ação ou efeito de avaliar; avaliação, julgamento";

¹⁴ Apesar de considerarmos a palavra *entrelaçamento* (ver verbete) mais adequada para expressar o significado pretendido. pelos autores, nesta citação foi mantida a palavra *acoplamento*, utilizada pelo tradutor da edição brasileira.

Conceituar – cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009: 510), “1 - criar, desenvolver e/ou enunciar conceito acerca de; definir, conceitualizar, conceptualizar; 2 - formar e/ou emitir um conceito ou uma opinião sobre; julgar, avaliar; ... 4 - atribuir qualidade a; qualificar, classificar de ...”;

Conduta – cf. Humberto Maturana e Francisco Varela (1995: 167) denominam “as mudanças de postura ou posição de um ser vivo que um observador descreve como movimentos ou ações em relação a um determinado meio.”

Conforto: – [ver Bem-estar*] ação ou efeito de confortar(-se), estado ou situação daquele que encontrou conforto; alívio, comodidade, bem estar material; o que ou quem proporciona comodidade ou bem-estar físico ou aconchego; relacionado com a percepção (abordagem fenomenológica), experiência (abordagem enativa) ou performatividade, cf. Marilene Chauí, necessariamente considerada como uma das variáveis da percepção sujeita ao erro e à ilusão, modo fundamental da experiência dos humanos, “envolve os significados e os valores das coisas percebidas decorrentes de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e pessoas recebem sentido, valor ou função” (Chauí, 1994: 123); e deve ser entendido como relativo, particular, construído a partir de relações ou performances.

Conjetura – cf. *Wikipedia*, ideia, fórmula ou frase baseada em suposições ou ideias com fundamentos cuja verdade não foi provada, mas que é uma das bases das indagações filosóficas; juízo ou opinião sem fundamento preciso, suposição.

Conhecimento – cf. Humberto Maturana (2001: 123), no *caminho da objetividade sem parêntesis* *, “conhecer é fazer referências a uma realidade independente do observador. Quando digo que sei algo, que conheço algo, estou dizendo: posso fazer afirmações sobre algo que é independente de mim. Na *objetividade entre parêntesis* *, o conhecimento tem outro caráter, porque presto atenção às *condições de distinção* * ... é uma apreciação de um observador sobre a conduta do outro ... [e] ... tem a ver com as ações*”; conhecimento é sempre um efeito da convivência; cf. Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (2003: 23), “o atual estágio das ciências cognitivas pode ser visto como uma variação segundo a qual os grupos de cientistas que definem o que a ciência deve ser concebe o conhecimento numa perspectiva ampla, interdisciplinar, muito além das fronteiras tradicionais da epistemologia e da psicologia”; cf. Rosa Pedro (2010: 82), “a Teoria ator-Rede (ANT) postula que o conhecimento é efeito de um processo de ‘engenharia heterogênea’, de tal modo que não se pode estabelecer, de antemão, que atores são mobilizados para construções desta rede. Para que qualquer ator venha a aderir a tal projeto e uma aliança seja formada, os interesses em jogo devem ser traduzidos, deslocados, desviados, de forma a mobilizar outros atores.”

Conhecimento científico – Na Introdução da edição revisada de *The Embodied Mind* Evan Thompson (2016: xxviii) observa que “não é a exibição da natureza da realidade como ela é em si mesma; é uma expressão da relação entre nossa cognição incorporada e o mundo que ela pretende conhecer”.

Constituição – cf. Bruno Latour (2004: 373), “o termo emprestado do direito e das ciências políticas recebe aqui uma metafísica maior ao remeter à distribuição de seres entre os humanos e não-humanos, os objetos e os sujeitos e ao gênero de poder, de capacidade de palavra, de mandato, de vontade, que eles recebem. Ao contrário do termo ‘cultura’, Constituição nos remete às coisas e, também, às pessoas; ao contrário daquele de “estrutura”, ele assinala o caráter voluntário, explícito, escrito, desta repartição. Para dramatizar as oposições, em oposição à ‘antiga’ Constituição moderna* e à ‘nova’ Constituição da ecologia política, como o Antigo Regime* à República”.

Construtivismo – cf. *Wikipedia*, termo que começou a ser utilizado na obra de Jean Piaget e desde então vem sendo apropriado por abordagens da filosofia, pedagogia, psicologia, matemática, cibernética, biologia, sociologia e arte com as mais diversas posições ontológicas e epistemológicas, que mais recentemente vem sendo atribuído às abordagens: (1) que defendem o papel ativo do sujeito na criação e modificação de suas representações do objeto do conhecimento; (2) cujas teses (à exceção do construtivismo social) são relativas à questão da origem do conhecimento: a rejeição ao objetivismo de matiz empirista e a adoção do sentido kantiano da metáfora da construção. De forma negativa, caracteriza-se pela rejeição ao objetivismo, por defender que o objeto não determina completamente, em um sujeito supostamente passivo, as representações que este tem dele. De forma positiva, caracteriza-se pela defesa de duas teses kantianas: a que as representações (intuições sensíveis) que

temos da realidade são condicionadas pela estrutura de nossa mente e construídas automaticamente por ela; e a que as hipóteses que construímos sobre como o objeto funciona podem ser alteradas e substituídas voluntariamente, quando falham em suas previsões do que receberemos pelos sentidos. Não deve ser confundido com construcionismo, que rejeita tanto o conceito de sujeito construtor quanto o realismo. Ao explorar a distinção entre “a experiência que os Modernos têm de seus valores e o relato que fazem dela”, Bruno Latour (2019: 130) aponta a necessidade de explicar a distância contínua entre a prática e a teoria. “Por que é tão difícil seguir a experiência? Essa defasagem é importante demais para ser atribuída simplesmente à habitual distância entre os meandros da vida cotidiana e os limites do vocabulário. Entre os Modernos, essa defasagem se tornou uma contradição maior que também explica sua energia, seu entusiasmo e sua total opacidade. Não se pode fazer sua antropologia contentando-se em falar, a respeito dela, de ilusão ou falsa consciência. Por que eles se colocaram na situação insustentável de defender valores sem lhes dar os meios para se defenderem? Por que eles lançaram dúvidas sobre as mediações necessárias para a instituição desses valores?” (Latour 2019: 131). Mais adiante, ao explorar o efeito da descrição da prática científica dos CTS* sobre o público científico, salienta que para ter um mínimo de experiência, a investigação associar fabricação e realidade, de modo a contornar algo profundamente deteriorado que existe na própria noção de *construção* e no tema do *construtivismo*: “Como fazer justiça às ciências se a implantação de suas cadeias de referência parece um escândalo para aqueles que são responsáveis por montá-las? De maneira mais geral, como poderíamos fazer justiça às diferentes trajetórias de cada modo se cada um de seus segmentos, cada uma de suas mediações, é considerado nulo? Para isso nos falta uma ferramenta adequada que devemos forjar a todo custo se quisermos, mais adiante, instituir a experiência” (Latour 2019: 130-131).

Contaminação – cf. Anna Tsing (2024:73), resulta do trabalho com as diferenças e uma possível resposta para o processo de transformação de um encontro em um “‘acontecimento’, isto é, algo maior do que a soma de suas partes” ... “Somos contaminados por nossos encontros; eles transformam o que somos na medida em que a contaminação transforma projetos de criação de mundos, outros mundos compartilhados - e novas direções – podem surgir. Todos nós carregamos uma história de contaminação; a pureza não é uma opção. ... adaptar-se às circunstâncias é a matéria mesma de que é feita a sobrevivência”. ... manter-se vivo – para todas as espécies – requer colaborações viáveis ... o que leva à contaminação”; “Contaminação produz diversidade” (Tsing 2024: 76), lembrando que “a diversidade conteminada é recalcitrante ao tipo de ‘resumo’ que se tornoun a marca do conhecimento moderno”(Tsing 2024: 82).

Controle – cf. Humberto Maturana (2001: 118) “o fenômeno do controle não existe, porque é uma deriva ... o que realmente ocorre é a possibilidade da compreensão, do entendimento das circunstâncias nas quais e vai corrigindo algo – porque sabemos que a visão das circunstâncias é sempre circunstancial. Circunstancial ao olhar. Então, admite-se o erro”.

Controvérsia – palavra utilizada na Teoria Ator-Rede (ANT) como um termo geral para descrever incertezas compartilhadas (Callon, Lascoumes, Yannick 2009: 40). Cf. Rosa Pedro (2010:87), podemos “definir *controvérsia* como um debate (ou uma polêmica) que tem por ‘objeto’ conhecimentos científicos ou técnicos que ainda não estão totalmente consagrados”, ou que ainda não estão estabilizados que, para recuperar certo censo de ordem, e que, em lugar de tentar decidir como resolvê-las, precisamos rastrear as conexões *entre* as controvérsias, cujos tipos podem ser organizados em torno de cinco grandes incertezas que devem ser empilhadas uma sobre as outras: (1) **a natureza dos grupos** – múltiplas formas contraditórias de identificar os atores; (2) **natureza das ações** – em cada ação, múltiplos agentes podem misturar-se deslocando os objetivos originais; (3) **natureza dos objetos** – tudo indica que o tipo de agências que participam das interações permanece aberto; (4) **anatureza dos fatos** – os vínculos das ciências naturais com o restante da sociedade parecem ser constantemente fonte de controvérsias; (5) **o exato sentido do empirismo nas ciências sociais** – pois o tipo de estudos realizados sob o rótulo da ciência social nunca deixa isso muito claro (Latour 2012: 42).

Convivência – cf. Humberto Maturana (2001), é uma condição de aceitação do outro que nos leva a considerar as condições biológicas que tornam possível essa convivência.

Corpo – cf. Bruno Latour (2008: 39), “podemos definir o corpo como *uma interface que vai ficando mais descritível quando aprende a ser afetado por muitos mais elementos*. O corpo é, portanto, não a morada

provisória de algo superior – uma alma imortal, o universal, o pensamento – mas aquilo que deixa uma trajetória dinâmica através da qual aprendemos a registrar-nos e a ficar sensíveis àquilo de que é feito o mundo”. Logo, em lugar de definir o corpo diretamente, só faz sentido sensibilizá-lo para outros elementos: ter um corpo é *aprender a ser afetado* ou posto em movimento por outras entidades, humanas ou não-humanas.

Corroborar – significa dar força a; confirmar, comprovar, fortificar(-se), fortalecer(-se).

Cosmogramas – cf. Bruno Latour (2016: 160) remetem aos “encadeamentos de seres diversos, a respeito dos quais dizemos serem mais ou menos compatíveis ou mais ou menos exclusivos de outras associações. O que procuramos descrever já não é mais a Distinção entre ciência e política, mas sim as distinções – assim no plural – entre composições *de mundos*. Não se trata mais de definir o que é o universo, para em seguida extrair dessa definição regras de ação; mas trata-se de forçar cada parte a *explicitar* o seu – ou os seus – *cosmos*.”

Cosmopolítica – cf. Isabelle Stengers o “cosmos” tem pouco a ver com o mundo em que o antigo cidadão declarou-se, em todos os lugares, nem com uma ordem unificada terra onde todos seriam cidadãos. Segundo Anders Blok e Ignacio Farías (2016), para Stengers cosmopolítica é, basicamente, pensar e possibilitar sobre situações cosmopolíticas – situações em que o desconhecido, o que foi excluído do nosso mundo comum – pode se tornar algo visível, problemático, gerador de novas relações ou formas de conhecer e cuidar. Na interpretação *stengeriana*, a cosmopolítica implica em um compromisso ético-político com formas particulares de explorar como podemos viver juntos, caminhos que permanecem sensíveis à inclusão ativa e à visibilidade de todos os constituintes heterogêneos de mundos comuns. Assim, a cosmopolítica trata da abertura do real para o desconhecido, das situações que nos colocam “na presença” de sombras, fantasmas, entidades excluídas que nos obrigam a parar, reorientar e ‘retardar’ os processos de pensamento e de tomada de decisões (Blok; Farías 2016).

Cosmopolítica Urbana – cf. texto da folha de rosto do livro *Urban Cosmopolitics* (Blok; Farías 2016), abordagem cosmopolítica da cidade focaliza as múltiplas associações (ou assemblagens) dos actantes que constituem o mundo comum urbano e os conflitos e compromissos que emergem de diferentes caminhos de assemblar a cidade.

Critério de aceitabilidade – cf. Humberto Maturana designa o critério de validação das explicações científicas “que define e constitui a ciência como domínio cognitivo e que simultaneamente constitui como cientista a pessoa que o aplica” (Maturana 2001: 128).

Cultura – cf. Albena Yaneva (2022: 14), “Latour argumenta provocativamente que a noção de Cultura é apenas um artefato criado pela exclusão da Natureza. Os modernos muitas vezes proclamam que existem culturas plurais, muitas maneiras de estar no mundo, mas que existe apenas uma natureza singular, apenas um mundo dentro do qual existem culturas plurais. Este é o fundamento do que tem sido chamado de cosmopolitismo e multiculturalismo. Em contraste com essa ideia de natureza no singular e culturas no plural, Latour argumenta em favor de um foco nas naturezas-culturas. Em vez de basear suas descobertas na comparação de culturas, uma *antropologia diplomática* deve questionar tanto a ideia de natureza quanto a de cultura: ‘se a unidade da natureza está à nossa frente, não atrás de nós, então a multiplicidade de culturas não pode ser obtida dissolvendo o contato com um ponto de vista privilegiado. Nenhum de nós, acredito, ficaria feliz em ter apenas “uma visão entre outras” do mundo’ (Latour 2007a: 18).”

Curso de Ação – cf. Bruno Latour (2016), é sempre *composto* por uma série de *desvios** cuja interpretação, posteriormente, também envolve uma promessa e um risco; define uma *defasagem* que dá a medida da tradução*”.

CTS – acrônimo do campo dos estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade*

Dedução – cf. *Wikipedia*, modo de tirar inferências dedutivas. Uma inferência é dedutivamente válida se sua conclusão segue logicamente de suas premissas, ou seja, se é impossível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa. Para que um argumento seja sólido ou válido, todas as suas premissas devem ser verdadeiras. Como alguns teóricos a associam com as intenções do autor, que devem oferecer apoio dedutivo à conclusão, é possível distinguir o raciocínio dedutivo válido do inválido –

quando a crença do autor sobre o apoio dedutivo é falsa, mas mesmo assim, segue sendo uma forma de raciocínio dedutivo.

Definição – cf. *Dicionário Aulete Digital* (c2015), capacidade de descrever (algo ou alguém), destacando suas características; operação que procura determinar de maneira clara um conceito, um objeto, ou explicação do significado de uma palavra, expressão, frase ou conceito. ;; ... 6. Decisão a respeito de algo pendente; ... 9. Manifestação que revela algo de maneira nítida, clara; 10. (Lóg.)...12. (Fil.) Na filosofia de Aristóteles, conceito que revela a natureza essencial, básica, de alguma coisa, destacando-a das demais. Por motivos científicos e morais, Bruno Latour (2008: 67) considera “crucial que os investigadores não definam antecipadamente e *em lugar* dos atores de que tipo de elementos constituintes está feito o mundo social” e diferencia dois tipos:

- **definição ostensiva** – aquela em que o objeto da definição permanece, não importa o que aconteça com o indicador do observador; e
- **definição performativa** – aquela em que o objeto da definição “desaparece quando já não é performed – ou se permanece, é porque *outros* atores se tornaram relevantes. E essa relevância, por definição, não pode ser ‘o mundo social’, dado que é precisamente esse mundo que está desesperadamente necessitado de um novo relevo” (Latour 2006: 61).

Deriva Natural – proposição de Humberto Maturana e Francisco Varela que se contrapõem à “visão popularizada da evolução como um processo em que seres vivos se adaptam progressivamente a um mundo ambiental, otimizando sua exploração”, entendendo a evolução como um fenômeno de deriva estrutural decorrente de um processo de conservação da adaptação e da autopoiese no qual organismo e meio “permanecem em contínuo acoplamento estrutural” (Maturana; Varela 1995:147).

Desempenho – [ver Performance*, Performance*] do Inglês *performance*; cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, sm. 1. Ação ou efeito de desempenhar(-se); 3. Maneira como atua ou se comporta alguém ou algo, avaliada em termos de eficiência, de rendimento; cf. *Dicionário Aulete Digital*, sm ... 2. Execução ou modo de executar uma tarefa ou atividade. 3. Funcionamento de um serviço, máquina, veículo etc.; PERFORMANCE; ATUAÇÃO. Cf. Norma em 6241, comportamento de um produto em relação ao seu uso. A Avaliação de Desempenho é uma importante ferramenta de análise de edifícios, ambientes, lugares, bairros e cidades em ação a partir de um conjunto de instrumentos e atributos que possibilita diagnosticar e analisar sua performance durante um determinado período de tempo.

Despertar o coração – cf. John Welwood (2003: 36), “significa abandonar a armadura da personalidade para permitir que a realidade e as outras pessoas penetrem em nós. ... o despertar completo exige o desapego e a entrega típicos do caminho espiritual”.

Desvio – cf. Bruno Latour (2016), produz defasagem, descontinuidade ou ambiguidade nos contornos de qualquer *curso de ação** de um pesquisador-observador que sempre corre o risco de se extraviar ou desviar seja em sua reflexão ou ação. O seu reconhecimento reforça os argumentos da ANT de que toda pesquisa é um processo que se faz ao longo de um percurso de natureza imprevisível.

Diálogo – troca ou discussão de ideias, de opiniões, de conceitos, com vista à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia; comunicação; no teatro, colóquio dramático entre os atores, móvel da ação da peça, e que constitui o elemento básico do gênero teatral; cf. Pedro Demo (1995: 29), “diálogo é uma fala contrária entre dois atores que se comunicam e se confrontam.”

Dialética – cf. *Wikipedia*, também conhecida como a arte da palavra, é um método de diálogo cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias, tem sido um tema central na filosofia ocidental e oriental desde os tempos antigos. A tradução literal de *dialética* significa “caminho entre as ideias”, mas aos poucos “passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão”. Para Aristóteles, o fundador da dialética foi Zenão de Eleia; para outros, o fundador foi Sócrates. Seu entendimento tem sido utilizado com significados distintos por diferentes correntes filosóficas: sinônimo de filosofia para Platão, que acreditava que apenas através do diálogo o filósofo deve procurar atingir o verdadeiro conhecimento, partindo do mundo sensível e chegando ao mundo das ideias; pela decomposição e *investigação racional* de um conceito, chega-se a uma síntese, que também deve ser

examinada, num processo que busca a verdade em um movimento de aproximação entre as ideias particulares e as ideias universais ou puras; Aristóteles define a dialética como a lógica do provável, do processo racional que não pode ser demonstrado – "Provável é o que parece aceitável a todos, ou à maioria, ou aos mais conhecidos e ilustres"; Kant retoma a noção aristotélica quando define a dialética como a "lógica da aparência". Para ele, a dialética é uma ilusão, pois baseia-se em princípios que são subjetivos. Para Kant, a dialética é uma ilusão; cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 71), "marx faz da dialética um *método*. Insiste na necessidade de considerarmos a realidade socioeconômica de determinada época como um todo articulado, atravessado por contradições específicas, entre as quais a da luta de classes. A partir dele, mas graças sobretudo à contribuição de Engels, a dialética se converte no método do materialismo e no processo do movimento histórico que considera a Natureza: (a) como um todo coerente em que os fenômenos se condicionam reciprocamente; (b) como um estado de mudança e de movimento; (c) como o lugar onde o processo de crescimento das mudanças quantitativas gera, por acumulação e por saltos, mutações de ordem qualitativa; (d) como a sede das contradições internas, seus fenômenos tendo um lado positivo e o outro negativo, um passado e um futuro, o que provoca a luta das tendências contrárias que gera o progresso (Marx-Engels)".

Dingpolitik – ou coisa política; neologismo alemão adotado por Bruno Latour (2005: 15) para "designar uma tentativa arriscada e provisória de experimentos para sondar o que exatamente poderia significar para o pensamento político inverter 'as coisas' de modo a torná-las um pouco mais realistas do que as tentativas feitas até hoje. Há alguns anos os cientistas da computação inventaram a maravilhosa expressão do software 'orientado a objetos' para descrever um novo modo de programar seus computadores. Desejamos utilizar essa metáfora para fazer a pergunta: 'Como seria uma democracia orientada a objetos?'" (Latour 2005: 15).

Diplomacia – cf. Bruno Latour (2004: 374), "meio que permite sair da situação de guerra enquanto procura a exterioridade do coletivo* sobre o mundo comum*, por modificação de suas exigências essenciais; o diplomata segue o caminho do antropólogo no encontro com as culturas"

Disciplina – cf. *Wikipedia*, é um tipo de saber específico e possui um objeto determinado e reconhecido, bem como conhecimentos e saberes relativos a esse objeto e métodos próprios. Constitui-se, então, a partir de uma determinada subdivisão de um domínio específico do conhecimento. A tentativa de estabelecer relações entre as disciplinas é que daria origem à chamada interdisciplinaridade; cf. Edgar Morin (2003: 105) "é uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui, das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias".

Dispositivo – cf. Michel Foucault (1979: 244), termo que utiliza para "demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos". Em *Vocabulário de Foucault*, Edgardo Castro (2009) delimita a noção foucaultiana de dispositivo em cinco pontos: (1) como rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos; (2) estabelece a natureza do nexo entre esses elementos heterogêneos; (3) tem uma função estratégica de responder a uma urgência; (4) além da estrutura de elementos heterogêneos, ele se define por sua gênese; e (5) uma vez constituído, assim permanece em função de um processo de sobredeterminação funcional onde cada efeito positivo ou negativo, desejado ou não desejado, entra em ressonância ou em contradição com outros e demanda um reajuste. Agamben (2017) também cita, entre os dispositivos, prisões, manicômios, escolas, fábricas, canetas, livros, agricultura, celulares, códigos de programação e até mesmo a linguagem. Cf. Deleuze (1990), um dispositivo é um novo, um conjunto multilinear composto por linhas de diferente natureza que não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos, como o objeto, o sujeito, a linguagem, etc., mas que seguem direções e alinhavam processos sempre em desequilíbrio que se aproximam ou se afastam uma das outras. Qualquer dessas linhas pode ser rompida, estar sujeita a variações de direção ou submetida a derivações. "Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa

determinada posição, atuam como vetores ou tensores. Por isso, as três grandes instâncias que Foucault vai sucessivamente distinguir, Saber, Poder e Subjetividade, não possuem contornos definidos de uma vez por todas; são antes cadeias de variáveis que se destacam uma das outras. É por via de uma crise, sempre, que Foucault descobre uma nova dimensão, uma nova linha. Os grandes pensadores são um tanto sísmicos, não evoluem, procedem por crises, por choques. Pensar em termos de linhas que se movimentam – era a operação de Herman Melville, e havia linhas de pesca, linhas de mergulho, perigosas, mortais até. Há linhas de sedimentação, diz Foucault, mas também há linhas de ‘fissura’, de ‘fratura’. Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele chama de «trabalho de terreno». É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de este a oeste, em diagonal.” (disponível em < <https://pt.scribd.com/document/347477167/Gilles-Deleuze-O-que-e-um-dispositivo-pdf> > acesso em 22abr2019)

Dispositivos de Inscrição [ou instrumentos de Inscrição] – cf. Bruno Latour (2011: 102), “qualquer estrutura (sejam quais forem seu tamanho, sua natureza e seu custo) que possibilite uma exposição visual de qualquer tipo num texto científico”; cf. Bruno Latour (2013) a informação possibilita uma relação muito prática e material entre a forma de dois lugares sem o embaraço da matéria, na qual o primeiro negocia o que retirar do segundo, a fim de mantê-lo sob sua vista enquanto age à distância sobre ele.; cf. Rosa Pedro (2010: 90), “tudo o que possibilita uma exposição visual ...em textos e documentos, e que possibilitam ‘objetivar’ a rede”.

Dispositivos de Interessamento [ou como manter os aliados no local] – cf. Callon (2021 [1986]), criam um equilíbrio de poder favorável para o interesse de outros atores; por esse motivo é preciso construir dispositivos (*de interessamento*) que podem ser colocados entre eles e todas as outras entidades que querem definir suas identidades de outra maneira. *Interessamento* é um termo derivado de *interessar* cuja etimologia significa estar entre, interposto, por ele utilizado para fazer referência ao quarto momento de tradução*, relacionado com os modos de interessar outros atores envolvendo um “conjunto de ações pelas quais uma entidade (... [os] pesquisadores) tenta se impor e estabilizar os outros atores, que são por ela definidos por sua problematização*”. O *interessamento* se baseia numa determinada interpretação sobre quem são e o que querem os atores que ainda precisam ser inscritos na rede, bem como sobre os atores com os quais se associam. Considerando a natureza hipotética da problematização e o entendimento da realidade* como um processo que passa por sucessivos estados, é provável ou possível que nesse momento os atores identificados e as relações previstas ainda não estarem suficientemente testados. Como a situação nunca é muito clara ao definir seus interesses, motivações, orientações, projetos, metas e identidade cada ator recrutado pela problematização pode concordar ou recusar-se a ser integrado ao plano inicial. Especialmente porque os atores vão se identificando, definindo e ajustando dinamicamente seus interesses de outras maneiras competitivas.

Dissertação – 1. Exposição desenvolvida, escrita ou oral, de matéria doutrinária, científica ou artística. 2. Exposição, escrita ou oral, acerca de um ponto das matérias estudadas, que os estudantes apresentam aos professores. 3. Discurso; conferência; preleção.

Dogma – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996), ponto fundamental e indiscutível duma doutrina religiosa ou filosófica que exige aceitação incondicional, mesmo quando parece desafiar a razão; cf. Antônio Houaiss, Mauro Villar e Francisco Mello Franco (2009) termo utilizado pela tradição marxista para qualificar a propensão de se congelar uma teoria ou fórmulas estereotipadas extraídas (:).

Dogmatismo – Toda doutrina ou atitude que reconhece e manifesta a existência de verdades certas e que se podem provar indiscutíveis; adesão incondicional e atitude sistemática de afirmação ou negação de princípios tidos como indiscutíveis. (Japiassú, Marcondes 1996)

Dúvida – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 77), “incapacidade de determinar se algo é verdadeiro ou falso ou de decidir pró ou contra alguma coisa”; os dicionários costumam relacionar com dúvida, incerteza, indecisão, descrença, desconfiança, suspeita; dúvida metódica [cartesiana], fundamento do método cartesiano e do pensamento moderno, questiona todas as crenças e conhecimentos com a intensão de buscar fundamento sólido e irrefutável para a investigação.

Ecologia –

Ecologia “feral” – cf. Anna Tsing (2023: 14-15), “como as transformações industriais e imperiais da paisagem são extensas e poderosas em todo o planeta, nenhum de nós pode escapar dos perigos dessas novas ecologias ferais. ‘Feral’ aqui se refere a reações não projetadas de não humanos às infraestruturas humanas. Durante a maior parte dos últimos 12.000 anos – e nos contínuos arranjos ecológicos que Zachary Caple (2017) chama de “fragmentos do Holoceno” – os seres humanos dependeram dos efeitos ecologicamente benéficos da ação feroz, do recrescimento das florestas após o corte de árvores realizado pelos humanos ao apodrecimento de resíduos humanos em composto. O termo Antropoceno marca uma diferença: à medida que as infraestruturas industriais e imperiais se espalharam, os efeitos perigosos não projetados dispararam. Se somarmos os comportamentos ferais das coisas não vivas, do dióxido de carbono à radioatividade e ao lixo plástico, poderemos ver a terra infundida nesse tipo de ferocidade perigosa. Esse é o resultado da transformação da paisagem na qual investidores, formuladores de políticas e engenheiros não se importam com efeitos não planejados, mesmo quando obtêm acesso a enormes campos de ação. É claro que os efeitos perigosos se acumulam.

Ecosofia – frente à sensação de crise ecológica mencionada na introdução, Félix Guattari (2004) propõe uma revolução *eco-lógica* – política, social e cultural – e uma reorientação dos objetivos da produção material e imaterial e sugere o conceito de *ecosofia*, que congrega três ecologias – a social, a mental e a ambiental. Segundo Guattari, não é só o planeta que está doente: as relações sociais em todos os âmbitos – familiar, trabalho, contexto urbano, etc. – e as do sujeito com sua mente e do corpo, com sua identidade e subjetividade, também estão doentes. Para fazer frente à uniformização e a banalização promovidas pelas mídias e modismos junto com as manipulações da opinião pela publicidade amplificam os efeitos deste contexto globalizante e criam um paradoxo: enquanto o desenvolvimento produz novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e de reequilibrar das atividades socialmente úteis, aumenta a incapacidade das forças sociais organizadas se apropriarem desses meios para torná-los operativos. Em contrapartida, as culturas particulares e outros contatos de cidadania devem ser desenvolvidos. A singularidade, a exceção e a diversidade devem agir em uníssono com uma ordem estatal menos opressiva e limitante, pois, é “na articulação da subjetividade em estado nascente, do *socius* em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época” (Guattari 2004: 55).

Efeito Desprezo – cf. Bruno Latour (2021: 10), efeito extraordinário causado por uma atitude generosa diante da literatura científica no qual “um corpus austero de ciência que trata de centenas de situações experimentais muitas vezes bizarras se torna fascinante à leitura. Tudo é tratado com humor, mas sem nenhuma ironia e, o que é o mais estranho, sem sinal do tom de crítica tão frequentemente empregado por amantes de animais contra as proposições científicas”.

Emoções – cf. Humberto Maturana (2001), são disposições corporais dinâmicas que especificam os domínios de todas as ações dos animais; a emoção define o domínio no qual uma ação, movimento ou postura corporal. “Se queremos compreender qualquer atividade humana, devemos atentar para a emoção que define o domínio de ações no qual aquela atividade acontece e, no processo, aprender a ver quais são desejadas naquela emoção” (Maturana 2001: 130).

Empatia cognitiva – relação dinâmica indissociável do ser no mundo integrado ao ambiente natural e ao mundo humano social. Tipo singular de experiência direta, na qual os indivíduos se relacionam e entendem suas experiências e sua compreensão por meio da linguagem (verbal ou não verbal). Na empatia entendemos as experiências do outro intersubjetivamente – não uma representação delas – sem, entretanto, passarmos pela experiência diretamente.

Empirismo – cf. Wikipedia, termo originário do grego *ἐμπειρία* que se traduz por significa *experiência*, palavra que, cf. José Ferrater Mora (1993: 204-208), “possui muitos sentidos ... ao ponto de, na época atual, ... operar mais como uma ‘atitude’ do que como uma doutrina filosófica *stricto sensu*”; “atitude de quem se atém a conhecimentos práticos” (Houaiss; Vilar 2009: 742), negando a existência de princípios puramente racionais que possam velar ao conhecimento da verdade independentemente da experiência (Ferreira 19XX); cf. John Law (2004: 16), “o empirismo é uma família de tradições na filosofia da ciência que argumenta que as verdades científicas surgem e são adequadamente generalizadas a partir de

observações empíricas apropriadas”.

Empiristas subtrativos – cf. Bruno Latour (2021: 8), “estão interessados no estabelecimento de suas próprias afirmações, mas apenas sob a condição de que o que afirmam diminua o número de alternativas e limite a quantidade de vozes que busquem participar da conversa. Eles estão atrás da simplificação e da aceleração – e por vezes até mesmo da própria eliminação – das narrativas e, se possível, também gostariam de silenciar os contadores de histórias ... Como Isabelle Stengers (...) gosta de dizer, a ciência se rebaixa quando se vale de seus sucessos para eliminar outras explicações”.

Empiristas aditivos – cf., Bruno Latour (2021: 8-10), “estão igualmente interessados em fatos objetivos e na consolidação de seus enunciados, mas gostam de acrescentar, de complicar, de criar distinções e, sempre que possível, de avançar com mais calma; acima de tudo, hesitam e, assim, multiplicam as vozes que podem ser ouvidas. São empiristas, mas à moda de William James: se tudo o que buscam é o que emana da experiência, certamente não buscam nada *menos* do que a experiência”. Segundo Latour, um empirista *aditivo* consistente precisa levar muito a sério e ler com bastante cuidado todas as explicações dos empiristas subtrativos. É claro que as explicações derivadas de laboratórios, com suas descobertas que são tão maravilhosamente reveladoras, precisam ser consideradas, mas sem que daí lhes sejam atribuídos poderes para eliminar abordagens alternativas ... Quando se é um empirista *aditivo*, é preciso resistir a todas as formas de subtração: o eliminativismo daqueles que procuram expulsar os amadores, mas também o eliminativismo daqueles que sonham em evitar por completo a ciência – duas formas de obscurantismo complementares e em competição.

Enação* [ver *Performance** e *Performance**] – cf. Wikipedia, termo adotado por Humberto Maturana e Francisco Varela a partir da expressão espanhola *en acción*, que pode ser compreendido em dois pontos congruentes e complementares: (1) a ação guiada pela nossa compreensão do modo como guiamos nossas ações na situação loca; (2) a cognição, em suas estruturas, emerge dos esquemas sensório-motores vivenciados que permitem à ação ser construída e guiada pela atenção. É a estruturavivencial sensório-motora contextualizada. Cf. Marcia Moraes e Ronald Arendt (2013), a palavra inglesa *enact* aponta para dois sentidos distintos: como *encenar*, representar um papel, e; como *fazer existir*. Para melhor traduzir o sentido em sua tradução passei a utilizá-la com os dois sentidos apontados por Moraes e Arendt (2013), bem como as variações *performar*, *performatividade*, *performativo*.

Entrelaçamento – cf. *Dicionário Aulete Digital* (c2015), ação ou resultado de entrelaçar(-se), ou conjunto de coisas, ideias, temas etc. relacionados entre si; confundir, embaralhar, misturar.

Entrelaçamento estrutural – designação que temos utilizado no ProLUGAR, reconhecendo sua forte conotação funcionalista, em substituição de *acoplamento*¹⁵ *estrutural* utilizada por Humberto Maturana e Francisco Varela em *A árvore do Conhecimento* (1995) — por, no ProLUGAR utilizamos a palavra *entrelaçamento estrutural*. Enquanto sistemas estruturais complexos, o cérebro, corpo e ambiente se *entrelaçam* estruturalmente, produzindo interações que desencadeiam mudanças determinadas em cada sistema estrutural em si.

Entropia – cf. Wikipedia, do grego *εντροπία*, *entropía*), unidade [J/K] (joules por kelvin), é uma grandeza termodinâmica que mede o grau de liberdade molecular de um sistema, e está associado ao seu número de configurações (ou microestados), ou seja, de quantas maneiras as partículas (átomos, íons ou moléculas) podem se distribuir em níveis energéticos quantizados, incluindo translacionais, vibracionais, rotacionais, e eletrônicos. Entropia também é geralmente associada a aleatoriedade, dispersão de matéria e energia, e "desordem" (não em senso comum) de um sistema termodinâmico. A entropia é a entidade física que rege a segunda lei da termodinâmica, a qual estabelece que a ela deve aumentar para processos espontâneos e em sistemas isolados. Para sistemas abertos, deve-se estabelecer que a entropia do universo (sistema e suas vizinhanças) deve aumentar devido ao processo espontâneo até o meio formado por sistema + vizinhanças atingir um valor máximo no estado de equilíbrio. Nesse ponto, é importante ressaltar que vizinhanças se entende como a parte do resto do universo capaz de interagir com o sistema, através de, por exemplo, trocas de calor.

Epistemologia – Estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas, e que

¹⁵ Tradução* da palavra inglesa *coupling*, que também significa acoplamento, acasalamento, na edição em Português.

visa a determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas; teoria da ciência; cf. Pedro Demo (1995: 33), teoria formal do conhecimento. Cf. Fritjof Capra (1996: 48), a compreensão do processo do conhecimento. Cf. Bruno Latour (2004: 375- 376), “chama-se epistemologia, no sentido próprio do termo, o estudo das ciências e de seus procedimentos (como a sociologia, a história ou a antropologia das ciências, mas com outros instrumentos além dela). Mais recentemente, Bruno Latour (2016: 25-26) observa “que “o termo acabou por designar, sobretudo na França, um esforço para *extirpar* das ciências toda conexão com o restante das disciplinas. Na perspectiva de um epistemólogo francês formado na escola de Gaston Bachelard (1884-1962), para poder chegar a ser verdadeiramente científica, uma ciência deve se despojar pouco a pouco de toda aderência que ameace invalidá-la”.

Epistemologia política ou **Epistemologia policial** – cf. Bruno Latour (2004: 376), por oposição à epistemologia, desvio das teorias do conhecimento para dar razão à política, mas sem respeitar os procedimentos de coordenação, nem das ciências, nem das políticas (trata-se de fazer política ao bem de toda política, daí os parênteses); em resumo, chama epistemologia política (sem parênteses) à análise da distribuição *explicita* dos poderes entre ciências e políticas no quadro da Constituição”.

EscreverCOM* – cf. Moraes e Bernardes (2014: 8), é um campo de luta do pesquisarCOM*, um modo de conhecer situado e engajado cuja escrita também é situada e localizada. Ou seja, uma escrita que se configura como um laboratório que inclui marcas, hesitações, silêncios, gagueiras; escreverCOM não é um espaço liso, isento de conflitos, mas um terreno de lutas porque nela e por ela fazemos existir certos mundos e não outros – que são apagados; cf. Irme Bonamigo (2017: 152), escrita situada e focalizada, ação que se desdobra do pesquisarCOM: “um modo de pesquisar que se faz com ou outro e não sobre o outro e que está articulado com as perguntas que formulamos em parceria com aqueles com quem pesquisamos” (Moraes & Bernardes 2014: 8). O escreverCOM é, assim, um dos planos em que se exerce o pesquisarCOM, constituindo uma experimentação que o texto se propõe a fabricar, desafiando-nos a escreverCOM outros e não sobre os outros, ativando tanto pesquisadores quanto pesquisados na produção do conhecimento (Silveira, Palombini & Moraes, 2014). Portanto, o texto como laboratório que se tece pelo escreverCOM traz o mundo da vida para a escrita, com sua polifonia, sua multiplicidade e suas conexões diversas. A tessitura de sua escrita requer a ação dos múltiplos participantes que, ao serem tratados como mediadores*, se tornam atores na composição do texto, transformando, traduzindo, distorcendo e modificando o sentido da própria escrita (Latour, 2006).

Espaço – cf. Eduardo Corona e Carlos Lemos (1972: 198), “em arquitetura, expressa antes de tudo sua condição tridimensional ou seja, a possibilidade do homem participar de seu interior.” Os autores reportam a Bruno Zevi, que considerava *espaço* como o verdadeiro campo da arquitetura que possibilitou à arquitetura moderna afastar a preponderância decorativa, escultórica, etc.; cf. *Dicionário Houaiss Eletrônico*, “extensão ideal, sem limites, que contém todas as extensões finitas e todos os corpos ou objetos existentes ou possíveis”. Palavra de uso generalizado (e impreciso) entre os arquitetos para caracterizar o meio envolvente dos homens, artefatos e objetos. Em nossos trabalhos, utilizamos a palavra *ambiente*, mais apropriada para caracterizar o meio envolvente das relações entre homens, artefatos e objetos, inclusive sua espacialidade.

Espacialidades Múltiplas – cf. John Law e Annemarie Mol (2000), existem múltiplas espacialidades, assim como as realidades da política ontológica (Mol 2008). A noção de espacialidade não se restringe à euclidiana ou cartesiana. Além dela, existem *outras* [múltiplas] espacialidades. Essa noção possibilita amplificar e para requalificar o entendimento dos arquitetos e urbanistas, que de um modo geral, se restringe à espacialidade euclidiana. Na sequência deste verbete, são apresentadas quatro espacialidades exploradas por Law e Mol (2000): espacialidade cartesiana, espacialidade das redes sociotécnicas, espacialidade fluida e espacialidade do fogo. Interessado em situar o projeto de um edifício de laboratório da área biomédica, como um modo de ordenamento e composição que articula e possibilita a coexistência espacial de diferentes mundos Rodrigo Costa (2019) se vale das espacialidades como um recurso para avaliar as configurações e regras de funcionamento de cinco diferentes performances para enfatizar como essas cinco espacialidades – interação, biossegurança, flexibilidade, eficiência energética e marketing – podem ser articuladas na prática da performance de um edifício. E o faz a partir da noção de cosmopolítica (Latour, 2004; Stengers, 2005). Em sua tese, Rodrigo Costa 2019: 63) utiliza as espacialidades múltiplas de John Law e Annemarie Mol (2000) para pensar o projeto, cuja continuidade

performa relações descontínuas com os diversos elementos da rede, “conectados em momentos distintos e depois invisibilizados ... [que] ... ao começar a construção, é comum que o desenho seja alterado, quando ‘surtem’ outras conexões que não estavam presentes nos desenhos de projeto – aumento de custos, imprevistos na obra, interdições inesperadas, mudanças nas formas projetadas, dentre outros ... O projeto associa várias ausências a uma presença central, seja ela na forma de desenhos – na fase de desenho – ou de materiais construtivos – na fase de construção. ... podemos pensar que o projeto é uma interseção contínua entre performances, objetos e suas espacialidades diferentes regras de existência – e que é justamente isso que lhe dá as condições de continuidade e movimentação necessárias para seguir adiante. ... ao tratar a espacialidade como valiosa para a arquitetura na observação das “regras que definem a continuidade dos objetos em cada tipo de espaço, compreendendo que os objetos se comportam distintamente em cada um deles ... [que] ... abre possibilidade para compreender o projeto como uma conjunção de diferentes objetos parciais (desenhos, tipos e materiais de construção, por exemplo) e suas espacialidades, uma espécie de interseção entre ... diferentes espacialidades que lhe conferem propriedades fundamentais para sua ‘sobrevivência’ ... no caso dos edifícios de pesquisa, a relevância de trazer a discussão sobre espacialidades está também em perceber como o projeto lida com distintas performances da pesquisa biomédica, o que exploro no capítulo seguinte, por meio da investigação topológica” (Costa 2019: 64). Ver outras espacialidades *Ambiências**, *Urbanidade-Desurbanidade**, propostas por Rheingantz et al, (2019) e *Espacialidade Sonora*, proposta por Rheingantz et al (2012b).

Espacialidade Euclidiana ou Cartesiana – Nosso senso comum induz a pensar que nossos corpos e cidades existem em um espaço euclidiano e seu sistema de coordenadas, neutro e pré-existente, que define as condições de possibilidade nas quais os objetos podem existir, exercer a identidade e a experiência de proximidade ou distância. Segundo John Law e Annemarie Mol (2000), em termos cartesianos é possível dizer que o performar de *um objeto-forma* estável e contínuo ajuda a performar *um espaço, um mundo* que é cartesiano na forma. Na espacialidade cartesiana as formas e os objetos mantêm sua continuidade e singularidade no espaço. Todos os objetos e elementos que configuram a materialidade de um objeto-cidade precisam, em princípio, ser funcionalmente mantidos no lugar. Mas se um conjunto de coordenadas cartesianas permanece estável entre si, *como as formas e os objetos são deslocadas no tempo e no espaço?* Um ônibus continua a ser o mesmo ônibus enquanto se move pelas vias de uma cidade ou de uma estrada. A distância percorrida ou sua proximidade com outros ocupantes do espaço euclidiano é definida por suas coordenadas cartesianas, que se alteram na medida em que ele se move. Topologicamente os dois argumentos estão intimamente relacionados: para produzir *objetos-formas* e definir o que se entende por *continuidade* no seu deslocamento é necessário, simultaneamente, produzir ou *definir as condições espaciais de possibilidade*. Mas para performar continuidade e identidade, ou medir a distância nos termos das coordenadas cartesianas, ou ainda definir as possibilidades das condições espaciais de subsistência dos objetos, é preciso promulgar o espaço euclidiano. Law (2000) acredita que essa quase-reificação da espacialidade euclidiana pelo senso comum euro-americano resulte de um certo desconhecimento do trabalho necessário para produzi-la. Se foi promulgada no passado, então o sentido do espaço – recipiente que nos antecede e no qual existimos passa a ser justificado historicamente – tende a se naturalizar. Mas as redes sociotécnicas operam com uma concepção alternativa de espacialidade.

Espacialidade na lógica das Redes Sociotécnicas – Em uma rede sociotécnica as formas e os objetos são estáveis e singulares se estiverem configurados em um conjunto estável de ligações com outras entidades. Na espacialidade de redes é necessária outra gramática ou sintaxe que mantenha a estabilidade e a continuidade das formas e objetos: além dos objetos e elementos materiais, diversos outros objetos e elementos se movem e circulam em diferentes formas e veículos. Para funcionar corretamente na estrutura incerta da espacialidade de rede uma cidade precisa que todos os objetos e elementos implicados façam o seu trabalho: 'pedir emprestado' a luz do sol, a energia elétrica, a força e a vontade dos cidadãos e, por assim dizer, incorporá-los; criar estruturas de relações que garantam que edifícios, vias, postes, ventos, energia elétrica, cidadãos e muitas outras entidades sejam funcionalmente mantidas no lugar além de um conjunto de estratégias para garantir a invariância sintática da rede. Na lógica das redes sociotécnicas nos movemos do espaço cartesiano para o espaço da rede e vice-versa e precisamos associar sua promulgação com o processo de construção desse espaço ou com o modo como esse espaço

é performedo. E ele é muito mais visível para o espaço da rede do que para o espaço cartesiano. Uma cidade funcionando é um objeto ou uma 'forma de rede sociotécnica' constante e contínua que pode ser entendida como um conjunto constante de coordenadas cartesianas de todos os seus elementos fixos. Ao mesmo tempo em que as pessoas, os veículos, a água e a energia se deslocam no espaço cartesiano, as posições relativas sintáticas e funcionais das outras entidades que performam ou contribuem para a coerência da cidade – e para seu movimento – precisam ser mantidas constantes ou estáveis, ou seja, pressupõem uma mobilidade imutável de seus elementos.

Espacialidade Fluida – cf. John Law e Annemarie Mol (2000), é aquela que muda de forma, como os hotéis de uma rede internacional "X", que não devem ser vistos como algo que se move no interior de uma rede, mas como algo fora de uma rede; como um *Outro* para a rede e suas espacialidades. Quando uma rede de hotéis se espalha pelos quatro cantos do mundo, nela nada é fixo. Cada unidade muda de forma conforme o lugar, a região e a cultura. Quando alguns componentes quebram, são substituídos por outros. Também são adicionados ou eliminados componentes e serviços não 'revistos de início. Mudam o 'próprio edifício' e as relações sociais nele embutidas. Um hotel é um objeto-edifício que muda de forma no espaço euclidiano e opera diferente em cada lugar onde é instalado. Diferentemente de uma rede sociotécnica e sua invariância configuracional, o Hotel "X" mostra variação das configurações. É um *móvel mutável*. Em dois lugares distintos ele é o 'mesmo objeto' e um 'objeto diferente'. Esta característica variável na forma e no conteúdo permite que ele se 'mova' para tantos lugares no mundo mesmo não sendo uma forma invariável na rede sociotécnica ou no espaço euclidiano. Mas a mutabilidade dos hotéis "X" também se estende para o uso de cada unidade, que oferece serviços e acomodações confortáveis que é variável: apesar das definições internacionais de qualidade e pureza da água, sua qualidade varia de uma cidade, região ou país para outro. Em alguns casos a água distribuída atende a esses critérios. Em outros, não. Alguns países ou cidades realizam testes laboratoriais bem desenvolvidos, outros não. O mesmo acontece com os sistemas de coleta e tratamento de esgoto, de ar-condicionado e com a qualidade, estabilidade e regularidade de fornecimento de energia elétrica, TV a cabo e Internet. Serviços e sistemas que dependem das condições locais de oferta e dos cuidados de manutenção. Alguns oferecem serviço de copa e restaurante de boa qualidade, outros não. Isso significa que algumas unidades do hotel "X" não funcionam? A resposta é não necessariamente. Tudo isso conta como uma condição funcional de sucesso, mas depende da qualidade e esforço de trabalho, das políticas locais, regionais, nacionais e internacionais de economia e turismo. E serviços e trabalho são, em si, variáveis. Assim é mais útil pensar nas suas unidades como objetos que fluem mas mantêm sua forma em diferentes lugares e configurações de rede, em lugar de como objetos de uma rede falha. Aqui temos uma *espacialidade fluida* com um outro tipo de invariância da forma, diferente da euclidiana e das redes sociotécnicas. São as conexões que fazem uma forma invariável de fluido mudar de espaço de forma gradual e incremental. As ligações mudam lentamente seu caráter. Com o tempo componentes quebram ou sistemas se tornam obsoletos e vão sendo progressiva e continuamente substituídos. As unidades não são exatamente iguais nem funcionam exatamente iguais. Suas funções e formas são diferentes e se modificam com o tempo na medida em que peças e sistemas são substituídos ou acrescentados. A forma gradual de adaptação, instalação, gestão, manutenção das unidades em uso permite que cada unidade continue operando sem grandes pausas ou interrupções. A *invariância da forma* é garantida em uma topologia de fluidos com um processo gradual de adaptação com fluxo mais ou menos suave. Ela é fixada por um deslocamento que resiste à ruptura e se mantém constante durante algum tempo. Em uma *topologia de fluidez* a continuidade da forma exige uma mudança gradual: um mundo no qual a invariância é susceptível de conduzir à ruptura, diferença ou distância; no qual a tentativa de manter relações constantes provavelmente vai corroer a continuidade. Por isso, em lugar de impor projetos rígidos, os projetistas e gestores das unidades do hotel precisam conviver com sua variabilidade. As alterações introduzidas na instalação e na operação de cada unidade indicam que os projetistas e gestores também performam com a fluidez de um espaço fluido cujo interior mantém uma certa constância de forma. Penso que a favela pode ser um bom exemplo de espacialidade fluida, que pode vir a se tornar uma promissora vertente de investigação no campo da morfologia urbana.

Espacialidade do Fogo – John Law e Annemarie Mol (2000) exploram uma espacialidade alinhada com a perspectiva bachelardiana de renovação criativa da morte implícita pelo fogo, "elemento de paixão, ação, energia, espírito, vontade e raiva, para não mencionar a destruição criativa e sexualidade" (Law; Mol 2000: 7). Em uma topologia de fogo "*existem formas estáveis criadas em padrões de reações de alteridade*

conjunta" (Law; Mol 2000: 8) segundo três atributos de constância da forma. Continuidade como: (a) um efeito da *descontinuidade*; (b) a *presença e a ausência de Alteridade*; e (para casos específicos); (c) feito de uma *estrela como padrão de Diversidade* nesta simultaneidade de ausência e presença. A perfuração do solo para a ampliação do Metrô do Rio de Janeiro é um bom exemplo de espacialidade do fogo. O projeto de uso do "Tatu" – equipamento de perfuração –, seus custos e prazos se baseou em informações geológicas e das concessionárias de infraestrutura urbana; nos projetos das redes subterrâneas e das fundações dos edifícios existentes; no número de operários e técnicos envolvidos nas operações relacionadas. Foram analisados os riscos e previstas medidas para garantir a integridade e a segurança dos edifícios existentes, moradores, operários e técnicos envolvidos, além da mínima interferência possível no dia-a-dia dos bairros que serão servidos. A rede sociotécnica que conecta e configura as relações entre as informações sobre os objetos ou elementos e os projetos, o cálculo dos custos e prazos que antecederam o início das obras não são componentes e condições do projeto e seu conjunto têm conexões externas. Mesmo com certa fragilidade eles existem no espaço euclidiano. Antes do Tatu começar a perfurar o subsolo de Ipanema os projetistas analisaram o conjunto de informações sobre o solo, lençol freático, redes de infraestrutura e fundações dos edifícios. Também consideraram as normas vigentes para garantir a segurança dos edifícios, ruas, moradores e funcionários. Todos os procedimentos, a posição e a velocidade de operação do Tatu, foram previstos de modo a reduzir os riscos de acidentes, o nível de ruído e a trepidação nos edifícios e ruas e devem ter sido descritos e detalhados em um caderno de encargos. Mas quando o Tatu começou a perfurar, os responsáveis pela obra tiveram que "virar a página ... *ir para outros lugares* "... *que estavam fora da página*" (Law; Mol 2000: 8) e procurar outras conexões além das que estavam previstas no projeto. Apesar dos cuidados, a perfuração não funcionou conforme o previsto e recrutou outros atores – as grandes crateras que dificultaram a vida e a mobilidade de moradores e veículos, a reavaliação dos riscos de desabamento, as interrupções não previstas no fornecimento de água, gás e energia, a contratação de obras de reforço e reparo dos danos provocados, a reavaliação dos riscos dos operários, técnicos e equipamentos que operavam no subsolo e, pior, a interrupção da perfuração. Os cálculos e análises teóricos não foram suficientes. Alguns operários adoeciam devido aos efeitos de vazamentos de água, esgoto e gás. Outros corriam riscos de acidentes como desabamentos, inundações e choques elétricos. Muitos moradores tiveram que temporariamente se mudar ou passaram mal. Como a performance é *uma associação complexa entre o que está presente no projeto e o que não está*, o problema não se limita apenas a lidar com uma parte materialmente heterogênea (ator) da rede. Também existe uma irreduzível *descontinuidade* entre o que está no papel e o que não está, que não se pode perder de vista. A velocidade de perfuração prevista depende do que está ausente – desabamentos, mal estar, interdições pela Defesa Civil, Corpo de Bombeiros ou Ministério da Saúde, manifestações populares. Seu significado *depende* do que está ausente (e que, por isso, está presente) ao mesmo tempo em que depende de *torná-lo* ausente: porque certamente não existe espaço para acidentes, desabamentos ou interdições na rede de relações do projeto impresso elaborado por um grupo de profissionais em um escritório. Eles podem ser pensados como *interrupções* ou *lapsos* entre presença-ausência e ausência-presença, mesmo que isso possa implicar em perda de tempo. Essa é a chave para o que é distintivo na estabilização relativa da performance desse objeto. A velocidade da perfuração atinge seu significado, em parte, devido a essa oscilação ou movimento entre uma relação simultânea de presença e ausência. Os outros elementos do projeto operam de modo semelhante. A velocidade do Tatu é limitada pela necessidade de reduzir o risco de acidente. Mas porque é necessário aumentar a velocidade do Tatu? A resposta é estratégica. Tem a ver com os Jogos Olímpicos de 2016 e com os custos, previstos ou não. O ponto básico é simples: se a velocidade aumentar muito, o Tatu corre o risco de ficar soterrado em um desabamento de proporções catastróficas. A lista de *Outros* associados, que estão ausentes (da folha de papel) e presentes (eles têm que estar lá) agora inclui os Jogos Olímpicos, as doenças e acidentes dos operários e moradores. Argumentos análogos aplicam-se aos outros componentes do projeto: definição do percurso, localização e capacidade das estações, sistema de transporte vertical até a superfície conduzem para o reino da política burocrática (atender a que bairros ou qual a relação entre o investimento e a previsão de retorno). Todos os termos do projeto alcançam sua estabilidade em virtude da simultânea ausência e presença de outros materiais e situações. Na continuada performance das descontinuidades (que são também continuidades) com esses *Outros* materiais e contextos. Isto se aplica tanto aos componentes do projeto como quanto ao projeto como um todo. Assim, o projeto toma a forma de um *padrão de brilho estelar*. Esta é uma associação que nunca tem exatamente a forma de uma fantasia como a descreveu Bachelard. Várias alteridades são

associadas a uma presença central. Existe de fato uma ida e uma volta. O que poderia ser pensado como uma estrutura de Alteridade está sendo performado enquanto o formalismo suporta. As entidades e os mundos irredutíveis em que eles estão localizados são mantidos juntos - e para além - enquanto a forma-fogo se mantém no lugar.

Espacialidade Sonora – designação proposta por Rheingantz et al (2021b) alinhada com a problematização da ideia de paisagem sonora*, cuja descrição não inclui a agência de muitas outras entidades que também contribuem para uma dimensão sonora dos lugares que se assemelharia menos com uma paisagem e mais com o que é performado ou experienciado nos lugares e ambientes urbanos contemporâneos que, com sua fluidez, ritmo e sazonalidade, vai de encontro com a ideia de uma espacialidade sonora na qual, além de não ser possível dissociar as diferentes sensoriedades, não possibilita diferenciar sons naturais, humanos e tecnológicos, nem tampouco identificar com precisão o que seria som ou ruído, este último, no dizer de Schafer (1992/2011), dotado de certa irracionalidade. A designação também evita um compromisso excessivo da ideia de paisagem sonora com a noção de espaço euclidiano, de espaço como fundo inerte onde o mundo e os fenômenos acontecem, desprovido de relações.

Espaço-Ambiente – Designação composta adotada em alguns estudos transdisciplinares reunindo profissionais da educação infantil, da psicologia do desenvolvimento, da arquitetura e especialistas em sustentabilidade – como os do Grupo Ambiente-Educação (GAE) – para afirmar a indissociabilidade dos termos espaço [dimensional] e ambiente [perceptivo ou performado] e suas interfaces em estudos e pesquisas envolvendo projetos e instalações de arquitetura escolar em uso e suas relações com as abordagens e práticas da educação.

Especialização – processo de divisão do trabalho ou efeito de especializar(-se) cf. Pedro Demo(1995: 28), (a especialização) “volta-se para um ponto menor, que procura devassar, ignorando o resto, que geralmente não é resto, mas a maior parte”.

Especializar – Mencionar ou tratar à parte, de modo especial; particularizar, singularizar, especificar. 2. Jur. Promover a especialização (4) de (a hipoteca legal ou judicial). V. p. 3. Distinguir-se, assinalar-se, singularizar-se. 4. Adotar uma especialidade, dedicando-se a ela.

Estratégias Metodológicas – [ver Materiais e Métodos* e Metodologia da Pesquisa*] designação que considero mais indicada para explicar e descrever as escolhas dos instrumentos e métodos a serem utilizados em uma pesquisa ou investigação, especialmente as alinhadas com as abordagens performativas e não representacionais dos estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade* e da Teoria Ator-Rede*, que, cf. Bruno Latour (2008b) se refere a uma maneira informal de associar agentes humanos e não-humanos e seguir seus movimentos e implica em subverter, sem jogar fora, os procedimentos “tradicionais”, reorganizados e reexplicados; para tecer redes sociotécnicas e seguir os seus movimentos e associações, o pesquisador precisa reconhecer que não tem o controle do processo e que sua atitude em relação aos respondentes ou pesquisados também precisa mudar, admitindo que eles não são obrigados a responder nos termos desejados; que, ao invés de tratá-los como meros informantes, eles devem ser tratados como *experts*, reconhecendo sua capacidade para produzir suas próprias reflexões, que são tão relevantes quanto as do pesquisador. Por serem desobrigados a responder nos mesmos termos às respostas das questões de um determinado experimento, os agentes colaboradores podem se desviar e surpreender o questionador, perturbar as previsões e expor a interpretação a riscos insuspeitados. Por princípio, as estratégias metodológicas devem evitar a objetificação dos agentes (Law, Singleton 2000; Stengers 2018). Com isso, os dispositivos estruturados e previamente elaborados – tais como questionários, *check-lists*, entrevistas estruturadas são de pouca serventia. O reconhecimento da qualidade e do interesse de um experimento passa a ser medido pelos riscos compartilhados COM os demais agentes implicados.

Estrutura – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996), designa um conjunto de elementos que formam um sistema*, um todo ordenado de acordo com princípios fundamentais; ou às construções teóricas formais que visam estabelecer correlações entre as variáveis de um sistema; na teoria *Gestalt* é utilizada para designar a própria forma da organização de elementos cujo sentido está diretamente relacionado com o papel que desempenha em um conjunto; Noam Chomsky diferencia *estrutura profunda* - realidade formal e abstrata, estrutura da linguagem subjacente a qualquer língua; e *estrutura*

superficial – é a estrutura concreta de uma determinada língua; também designa o conjunto das partes de uma construção que tem a função de garantir a estabilidade do edifício e de resistir a cargas.

Estruturalismo – Denominação dada, em geral, aos estudos linguísticos compreendidos entre o início do séc. XX e o advento, em 1957, da gramática gerativo-transformacional. 2. Todo estudo linguístico baseado no pressuposto metodológico de que qualquer ciência deve optar pela observação rigorosa do maior número possível de fatos, com vista a bem fundamentar suas proposições e generalizações, viabilizando, assim, a descoberta da estrutura (6).

Evidência – Qualidade do que é evidente; certeza manifesta. 2. Filos. Caráter de objeto de conhecimento que não comporta nenhuma dúvida quanto à sua verdade ou falsidade. [A evidência acompanha os diversos tipos de assentimento, ligando-se, contudo, de maneira mais completa, à certeza.] [Cf. evidencia, do v. evidenciar.]

Exercício de filosofia empírica ou **Praxiografia** – designação utilizada por Annemarie Moll (2002) para os estudos das políticas ontológicas ou dos modos como se produzem as realidades, ou modos de existência das coisas.

Experiência – costuma ser entendida como conhecimentos incorporados ao longo da prática de vida ou como vivências de experiências de vida; cf. Humberto Maturana (2001: 26), na experiência não distinguimos verdade de erro; “não podemos distinguir entre ilusão e percepção”; cf. John Welwood (2003), precisamos distinguir a experiência imediata das interpretações da experiência.

Explicação – cf. Humberto Maturana (2001: 29), “nem toda reformulação da experiência é uma explicação. Uma explicação é uma reformulação da experiência aceita por um observador”; ... “em outras palavras, explicações são proposições apresentadas como reformulações de uma experiência, aceitas como tal por um ouvinte, em resposta a uma pergunta que requer uma explicação. Isto é, uma proposição apresentada como reformulação de uma experiência, que não é aceita como tal, não é uma explicação. ... [Existem] ... tantos tipos diferentes de explicação quantos diferentes critérios usamos, explicita ou implicitamente, para aceitar os diferentes tipos de reformulação das experiências que aceitamos como explicações, em resposta a nossas perguntas. Ao mesmo tempo, os diferentes critérios de aceitabilidade, que usamos em nosso escutar explicações, definem os diferentes domínios explicativos com que operamos em nossas vidas cotidianas”.

Explicar – cf. Humberto Maturana (2001: 28-29) “O explicar é sempre uma reformulação da experiência que se explica, mas nem toda reformulação da experiência é uma explicação. Uma explicação é uma reformulação da experiência aceita por um observador.”

Existencialismo – Corrente de pensamento iniciada por Søren Kierkegaard, filósofo dinamarquês (1813-1855), na qual se distinguem Martin Heidegger [V. heideggeriano.], Karl Jaspers (1891) e Jean-Paul Sartre [V. sartriano.], e para a qual o objeto próprio da reflexão filosófica é o homem na sua existência concreta, sempre definida nos termos de uma situação determinada, mas não necessária - o “ser-em- situação”, o “ser-no-mundo” -, a partir da qual o homem, condenado à liberdade, por já não ser portador de uma essência abstrata e universal, surge como o arquiteto da sua vida, o construtor do seu próprio destino, submetido embora a limitações concretas; filosofias existenciais; filosofias da existência.

Fetichismo – neologismo proposto por Bruno Latour (2005) a partir do entendimento dos termos ‘fato’ e ‘fetichismo’ utilizado para expressar sua dúvida sobre a “crença na crença” (Latour 2021: 13).

Fatores Culturais ou de Interação – inspirado Com base no argumento de António Damásio em *O Erro de Descartes* (1996) para demonstrar que consciência é produto da capacidade do organismo de perceber suas emoções e do ambiente de reagir a elas – defendi a inclusão das emoções e impressões que os ambientes provocam nas pessoas, sejam elas usuários ou observadores. E, para dar conta dela, de início sugeri uma quarta e nova categoria de fatores na metodologia da APO. E inicialmente a designei *fatores de interação ou de cumplicidade* (1997). Posteriormente, com a colaboração dos colegas Vicente del Rio e Cristiane Duarte, passou a ser chamado de *fatores culturais* – capaz de incorporar as transformações significantes produzidas pelo envolvimento entre pesquisadores, usuários e o “organismo” analisado. Sua aplicabilidade foi testada com sucesso na APO do BNDES e permitiu conferir “um *sentido transformador* à experiência” dos observadores, permitindo que eles fossem capazes de compreender o significado de observações que

escapam ao olhar “técnico” e “neutro”. (Rheingantz et al, 1998)

Fatos Concretos – cf. Bruno Latour (2001: 349-350), “a tendência geral dos estudos científicos é considerar os fatos concretos não como aquilo que já se acha presente no mundo, tal qual se dá no linguajar comum, mas como o resultado tardio de um longo processo de negociação e institucionalização. Isso não limita sua certeza, ao contrário, fornece todo o necessário para que se tornem indiscutíveis e óbvios. A condição de indiscutível é o ponto final e não o começo, como na tradição empirista”.

Fazer existir – [ver Performar*].

Fenomenologia – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 102), “corrente filosófica fundada por E. Husserl, visando estabelecer um método de fundamentação da ciência e de constituição da filosofia como ciência rigorosa. O projeto fenomenológico se define como uma “volta às coisas mesmas”, isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece à consciência, que se dá como seu objeto intencional. O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencionalmente voltada para o mundo: ‘toda consciência é consciência de alguma coisa’ (Husserl). A fenomenologia pretende ao mesmo tempo combater o empirismo e o psicologismo e superar a oposição tradicional entre realismo e idealismo, tendo influenciado o pensamento de Heidegger e o existencialismo de Sartre, dando origem a importantes desdobramentos na obra de Merleau-Ponty e Ricoeur; cf, Varela, Thompson, Rosch (2003), para Husserl a fenomenologia seria o estudo das essências; sua análise do mundo da vida não era nem antropológica nem histórica, mas filosófica, embora também pressupondo o mundo da vida como um conjunto de *pré-compreensões* sedimentadas; e seu interesse pelas “coisas em si” era *teórico* e não *pragmático*. Um dos argumentos mais fortes de Heidegger contra Husserl foi a impossibilidade de separar a experiência da vida das *pré-compreensões* ou *background* consensual de crenças e práticas culturais. Merleau-Ponty dá um passo à frente ao aplicar a crítica de Heidegger à própria fenomenologia e também à ciência: a ciência e a fenomenologia explicavam nossa existência incorporada concreta sempre *a posteriori* ... e sendo uma atividade teórica após o fato não pode recapturar a riqueza da experiência. Na reedição de *The Embodied Mind* Evan Thompson (in Varela, Thompson, Rosch 2016) revê o texto da edição original (2003), que retrata a fenomenologia ocidental como um projeto filosófico fracassado, reconhecendo que ela segue sendo vital e relevante para a filosofia e para as ciências cognitivas, bem como para as disciplinas práticas da transformação humana. E cita Shaun Gallagher e Dan Zahavi (2021), que a entendem como uma abordagem que se diferencia da tradição filosófica – que pressupõe nos comprometermos metafisicamente e declarar nossa lealdade a uma ou outra dessas posições – nos pede para começar prestando atenção ao fenômeno em estudo. A fenomenologia não começa com uma teoria, ou com uma consideração de teorias. Ao explorar os aspectos intencionais, corporificados, temporais e fenomenais da experiência, ela busca ser crítica, não dogmática e, tanto quanto possível, evita preconceitos metafísicos e teóricos. Em lugar daquilo que esperamos encontrar devido aos nossos compromissos teóricos, a fenomenologia busca deixar nossa experiência informar e guiar nossas teorias pelo que é realmente experimentado, de modo a não deixar teorias preconcebidas formarem nossa experiência. Embora não se oponha à ciência nem à teoria, a tarefa da fenomenologia se difere da ciência empírica. A utilização do conjunto de métodos para a descrição da experiência possibilita que os fenomenólogos sejam levados a *insights* sobre a experiência que podem ser desdobrados em teorias de percepção, intencionalidade, fenomenalidade e assim por diante. Conforme Gallagher e Zahavi (2021: 17), “a fenomenologia e a ciência podem estar buscando diferentes tipos de relatos, mas parece claro que a fenomenologia pode ser relevante e útil para o trabalho científico”. Os relatos sensíveis das experiências “em si” começam por uma cuidadosa descrição na primeira pessoa sobre o entendimento de como são essas experiências perceptivas, sem negar os processos cerebrais que contribuem causalmente para a percepção mas que não se manifestam nas experiências. Diferentemente da perspectiva do cientista como observador externo (e na terceira pessoa) da abordagem cognitiva, em seus relatos a abordagem fenomenológica adota a primeira pessoa entendendo a percepção em termos do significado que ela tem para o sujeito que experimenta. Os fenomenólogos reconhecem a estrutura intencional de sua percepção visual como uma característica onipresente da consciência em todos os nossos atos conscientes, uma vez que experiência nunca é um processo isolado ou elementar, e a experiência da vida consciente sempre envolve referência ao mundo em seu sentido mais amplo (ambiente físico, mundo social e cultural, inclusive coisas sem existência ou

forma física. A análise fenomenológica da intencionalidade leva a uma série de *insights*: “quando vejo um objeto específico na rua, vejo-o como meu carro. A percepção não é uma simples recepção de informação; em vez disso, envolve uma interpretação, que frequentemente muda de acordo com o contexto. Ver meu carro como meu carro já sugere que a percepção é informada por experiências anteriores e, pelo menos nesse sentido, Locke e os empiristas estavam corretos ao sugerir que a percepção é educada pela experiência. Em vez de um caso de percepção mais pensamento, devemos pensar nisso como percepção enriquecida por experiências anteriores e por maneiras habituais, bem como costumeiras, de vivenciar as coisas. Não é que eu percebo x e então adiciono algo bem diferente e novo, como o pensamento de que este é meu carro. Uma maneira de colocar isso é dizer que a percepção é “inteligente”. Dizer que a percepção envolve interpretação não significa que primeiro percebemos alguma entidade nebulosa e então adicionamos uma interpretação — algo além da percepção que lhe confere significado. Pelo contrário, a percepção é interpretativa. Eu já vejo o carro como meu carro” (Gallagher; Zahavi 2021: 13). Para Bruno Latour (2001: 21-22), “a fenomenologia trata apenas do mundo-para-uma-consciência-humana. Ela nos dirá muita coisa sobre como não nos distanciamos jamais daquilo que vemos, como não vislumbramos nunca um espetáculo distante, como estamos sempre imersos na rica evívida textura do mundo — mais aí, esse conhecimento de nada servirá para a percepção real das coisas, pois não poderemos fugir ao enfoque limitado da intencionalidade humana. Ao invés de investigar os modos de passar de um ponto de vista a outro, ficaremos eternamente presos ao ponto de vista dos humanos. Ouviremos muitas frases sobre o mundo dinâmico real, carnal e pré-reflexivo, mas isso não bastará para cobrir o barulho da segunda fileira de portas da prisão, batendo e se fechando mais hermeticamente às nossas costas. Em que pese a todas as suas pretensões de vencer a distância entre sujeito e objeto — como se tal distinção fosse algo que pudesse ser vencido, como se não houvesse sido ideado para *não* ser vencido! —, a fenomenologia nos deixa às voltas com a mais impressionante separação dessa triste história: de um lado, um mundo da ciência relegado inteiramente si mesmo, completamente frio e absolutamente inumano; de outro, um rico mundo dinâmico de instâncias intencionais inteiramente limitado aos humanos e absolutamente divorciado do que as coisas são “em e para si mesmas”.

Filosofia – Estudo que se caracteriza pela intenção de ampliar incessantemente a compreensão da realidade, no sentido de apreendê-la na sua totalidade, quer pela busca da realidade capaz de abranger todas as outras, quer pela definição do instrumento capaz de apreender a realidade, o pensamento (as respostas às perguntas: que é a razão? o Conhecimento? a consciência? a reflexão? que é explicar? provar? que é uma causa? um fundamento? uma lei? um princípio? etc., etc.), tornando-se o homem tema inevitável de consideração. Ao longo da sua história, em razão da preeminência que cada filósofo atribua a qualquer daqueles temas, o pensamento filosófico vem-se cristalizando em sistemas, cada um deles uma nova definição da filosofia. 2. Conjunto de estudos ou de considerações que tendem a reunir uma ordem determinada de conhecimentos (que expressamente limita seu campo de pesquisa, p. ex., à natureza, ou à sociedade, ou à história, ou a relações numéricas, etc.) em um número reduzido de princípios que lhe servem de fundamento e lhe restringem o alcance: 3. Conjunto de doutrinas de uma determinada época ou país, ou sistema constituído de filosofia: 4. Conjunto de conhecimentos relativos à filosofia, ou que têm implicações com ela, ministrados nas faculdades. 5. Tratado ou compêndio de filosofia. 6. Exemplar de um desses tratados ou compêndios. 7. Razão; sabedoria.

Filosofia Indiana – cf. Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (2003), a filosofia indiana nunca foi uma atividade puramente abstrata e está vinculada a diferentes métodos de meditação. Na tradição budista, por exemplo, está vinculada ao método da atenção – que significa que a mente está presente na experiência incorporada de cada dia e se baseia em técnicas (de atenção) para trazer a mente dos pensamentos, teorias e preocupações (atitude abstrata) para as sensações que se produzem no corpo durante a experiência da pessoa.

Filosofia das luzes – Movimento filosófico do séc. XVIII que se caracterizava pela confiança no progresso e na razão, pelo desafio à tradição e à autoridade e pelo incentivo à liberdade de pensamento. [Sin.: iluminismo, ‘lustração.’ Tb. se usa o al. 'Aufklärung' e o ingl. 'Enlightenment'.]

Filosofias da existência [ver Existencialismo*].

Florestania – Termo utilizado por Ailton Krenak (2022: 33-34) em sua defesa de um habitat integrado ao

cosmos, em equilíbrio “com o entorno, com o Sol, com a Lua, as estrelas, ... diferente desse implante que as cidades viraram no mundo ... como fazer a floresta existir em nós, em nossas casas, em nossos quintais? Podemos provocar o surgimento de uma experiência de florestania começando por contestar essa ordem urbana sanitária ao dizer: eu vou deixar meu quintal cheio de mato, quero estudar a gramática dele. Como eu acho no meio do mato um ipê, uma peroba rosa, um jacarandá? E se eu tivesse um buritizeiro no quintal?”. Segundo Krenak (2022: 39-40), “no final da década de 1970, ... o desejo do governo brasileiro era fragmentar as grandes extensões de floresta ao sul do Amazonas e no Acre, próximo das fronteiras com Bolívia e Peru. O jeito clássico de fazer isso era abrir estradas e levar colonos, mas, na tentativa de privatizar aquela área de maneira discreta e eficiente, ... o pessoal do Incra saiu oferecendo lotes para quem já estava lá. Acontece que, quando chegaram para fazer as linhas de colonização, os que se colocavam ao lado de Chico Mendes se levantaram, pois estavam no modo florestania, e, assim como Gandhi e seus seguidores, organizaram uma resistência pacífica à atuação do Estado. Mulheres, crianças, homens, pessoas de todas as idades se postaram entre as árvores e as motosserras, cercando os caminhos de quem chegava para fazer demarcações e impedindo que o dedo urbano — fosse ele de geógrafos, topógrafos ou sismógrafos — apontasse finais dentro da floresta. Não queriam estacas nem lotes, queriam a fluidez do rio, o contínuo da mata”.

Florestidade – neologismo inspirado na florestania* de Ailton Krenak (2022) para designar a moradia na floresta, onde as noções de civilidade, cortesia, afabilidade, boas maneiras, delicadeza são amplificadas e potencializadas pela cosmologia dos povos ancestrais sobre o entendimento de pessoa e do lugar das relações para a sua existência; que, cf. Aparecida Vilaça, se difere da concepção euroamericana – que admite a existência prévia e independente dos humanos em suas relações entre si e com o ambiente exterior a eles – e dos povos originários – onde “tal ideia, é inconcebível, pois a pessoa está intrincada em suas relações e não tem existência independente destas” (Vilaça 2020: 19). As reflexões de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2010), Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014), Eduardo Viveiros de Castro (2018), Ailton Krenak (2019, 2022), e Aparecida Vilaça (2020) possibilitam problematizar as limitações dos termos Cidadania*, Urbanidade-desurbanidade* em abordagens não-modernas e terrestres (Latour 2020).

Fonte de incerteza – Designação adotada por Bruno Latour (2008a) para o que considera uma débil alusão ao ‘princípio da incerteza’, com vistas a reforçar a impossibilidade de decidir se determinada ação ou agência reside no observador ou no fenômeno observado. “Fiel aos princípios relativistas, em lugar de dividir o domínio social como habitualmente a maior parte dos manuais de sociologia o faz, em uma lista de atores, métodos e domínios já considerados parte do reino do social” (Latour 2008: 40), propõe organizar os tipos de controvérsias sobre o *que* compõe o universo de uma nova definição do que é uma associação a partir de um conjunto de cinco incertezas fundamentais – natureza dos grupos, natureza das ações, natureza dos objetos, natureza dos fatos e tipos de estudo que se fazem com a etiqueta de uma ciência do social – que, superpostas, possibilitam, sucessivamente mas não definitivamente, recuperar algum sentido comum entre elas.

Forças Sociais – cf. Bruno Latour (2008a: 61), para os sociólogos do social as “forças sociais” estão sempre presentes já no pano de fundo dos meios necessários através dos quais sua presença é alcançada importam muito ... [enquanto] ... para os sociólogos das associações, fazem toda diferença domundo, porque para começar não existe nenhuma sociedade nem reserva de vínculos, nem frasco de cola que mantenha unidos todos esses grupos”.

Gestalt – cf. *Wikipedia*, teoria da percepção ou psicologia da forma fundamentada em Max Wertheimer, Wolfgang Köhler e Kurt Koffka surgida no início do século XX na Áustria e na Alemanha, que rejeita os princípios básicos da psicologia elementalista e estruturalista de Wilhelm Wundt e Edward Titchener – que dão origem à visão de que a mente constrói todas as percepções e até pensamentos abstratos estritamente a partir de sensações de nível inferior que estão relacionadas apenas por estarem intimamente associadas no espaço e no tempo. Acreditando que dividir os fenômenos psicológicos em partes menores não levaria à compreensão da psicologia, para os gestaltistas seria mais frutífero tratar os fenômenos psicológicos como um todo organizado e estruturado – o “todo” psicológico tem prioridade e as ‘partes’ são definidas pela estrutura do todo, e não vice-versa. Para a *Gestalt* existem: (a) quatro princípios para entender para a percepção de objetos e formas: a tendência à estruturação, a segregação figura-

fundo, a pregnância ou boa forma e a constância perceptiva; e (b) fundamentos básicos muito utilizados por designers e arquitetos: *segregação* – desigualdade de estímulo, que gera *hierarquia* – importância e ordem de leitura; *semelhança* – elementos da mesma cor e forma tendem a ser agrupados e constituir unidades; estímulos mais próximos e semelhantes tendem a ser mais agrupados; *unidade* – um elemento se encerra nele mesmo; vários elementos podem ser percebidos como um todo; *proximidade* – elementos próximos tendem a ser agrupados visualmente: unidade de dentro do todo; *pregnância* – lei básica da percepção da gestalt; *simplicidade* – tendência à harmonia e ao equilíbrio visual; e *fechamento* – formas interrompidas; preenchimento visual de lacunas. Entre as fraquezas ou aspectos que poderiam ser melhor esclarecidos apontadas por alguns cientistas, destaco por sua correspondência com os fundamentos dos CTS*: (1) ao invés de serem aprendidas com o passar dos anos, as leis da percepção nascem com os humanos – estudos recentes reconhecem a influência das nossas experiências no modo como percebemos a diferença entre a figura e o seu fundo. (2) Nem sempre a teoria gestaltista se verifica na prática. (3) recorrendo a estímulos muito simples ou confusos, formulando leis com pouca precisão, ou adicionando "leis" para cada fator que parecesse ter alguma influência na percepção, a Gestalt oferece meras demonstrações. (4) A explicação de sua lei principal – Lei da Concisão (*Prägnanz*) – é 'confusa' e 'subjetiva': "a organização psicológica será sempre tão boa quanto as condições permitirem"; (5) como a maioria dos objetos naturais não têm uma estrutura regular ou perfeita, poucos objetos têm uma "boa forma" para serem considerados "melhores" do que outros; (6) ainda resta detalhar como é que diferentes princípios gestaltistas interagem entre si e quais irão ser mais fortes em quais situações; (7) o questionamento de Skinner sobre a base filosófica da Gestalt, chamada de teoria representacional ou "teoria da cópia" (a ideia de que nossa mente faz cópias do mundo); (8) a declaração de Dewey sobre o erro do conceito principal repetido nas aulas de Gestalt – "o todo é maior do que a soma das partes" – decorrente de uma tradução incorreta para o inglês do texto original de Kurt Koffa – "o todo é diferente (ou independente) da soma das partes" – ou seja, em vez de se tratar de um princípio de "soma" segundo o próprio Koffa, não se trata de um princípio de "soma", com seu texto original, queria dizer que o todo tem uma existência independente no sistema perceptivo, ou seja, que o todo tem uma existência própria que não depende das partes.

Gnoseologia – ramo da filosofia que se preocupa com a validade do conhecimento em função do *sujeito cognoscente*, ou seja, daquele que conhece o objeto. Este (o objeto), por sua vez, é questionado pela ontologia, o ramo da filosofia que se preocupa com o ser. Observações necessárias para se evitar confusões: a gnoseologia não pode ser confundida com Epistemologia, termo empregado para referir-se ao estudo do conhecimento relativo ao campo de pesquisa, em cada ramo das ciências; a Metafísica também não pode ser confundida com ontologia, ambas se preocupam com o ser, porém a metafísica põe em questão a própria essência e existência do ser. Em outras palavras, *grosso modo*, a ontologia insere-se na teoria geral do conhecimento, ou Ontognoseologia, que se preocupa com a validade do pensamento e das condições do objeto e sua relação o sujeito cognoscente, enquanto que a metafísica procura a verdadeira essência e condições de existência do ser [Wikipedia].

Grupo – cf. Bruno Latour (2008a), não existem grupos, mas formação de grupos, uma vez que sem trabalho não existe grupo.

Guerra das Ciências – cf. Tozzini (2020), designação utilizada para fazer referência ao "conflito gerado pelas interpretações sociais da ciência em contraste com as análises epistemológicas que acreditavam ser possível definir a ciência exclusivamente por meio de seu método ou pela objetividade de suas teorias ficou conhecido por guerra das ciências. Em um extremo, cientistas e alguns epistemólogos afirmavam que os estudos sociais se ocupam de problemas de irrealismo e de irracionalismo; também sugeriam que "as considerações sociais" possibilitariam concluir que as teorias científicas e a 'realidade' a que elas se referem seriam meras construções sociais. Os estudos sociais também concluiriam que como os cientistas são levados a escolher suas teorias baseados em valores sociais, o método utilizado ou o resultado empírico alcançado não teria importância. No outro extremo, estariam os cientistas sociais e suas afirmações de que a análise dos epistemólogos não daria conta de explicar o empreendimento científico; que a ciência é apenas mais uma cultura entre tantas existentes na humanidade e que os fatos científicos são socialmente construídos. O evento mais conhecido desse conflito foi designado como 'caso [ou embuste, ou ainda escândalo] de Sokal', envolvendo os cientistas sociais J.-F. Lyotard, B. Latour e S.

Woolgar e os físicos A. Sokal, J. Bricmont, P. Gross e N. Levitt.

Hermenêutica – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 126), termo originado da teologia, designando a metodologia própria para interpretar a Bíblia, que passou a designar todo esforço para interpretar cientificamente um texto difícil que exige uma explicação. Contemporaneamente constitui uma reflexão filosófica interpretativa ou compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral. Paul Ricoeur fala em *duas* hermenêuticas: (a) a que parte de uma tentativa de transcrição filosófica do freudismo, concebido como um *texto* resultando da colaboração entre o psicanalista e o psicanalisado; (b) a que culmina numa “teoria do conhecimento”, oscilando entre a leitura psicanalítica e uma fenomenologia.

Heurística – ciência auxiliar da História, que estuda a pesquisa das fontes; conjunto de regras e métodos que conduzem à descoberta, à invenção e à resolução de problemas; procedimento pedagógico utilizado para induzir o aluno a descobrir por si mesmo a verdade que lhe querem inculcar;

Híbridos – designa animais ou vegetais resultantes do cruzamento de espécies diferentes (milho *híbrido*); descendentes de progenitores de genótipos diferentes (povo *híbrido* ou *mestiço*); mistura de elementos ou espécies diferentes (cor *híbrida*); vocábulo composto com elementos de línguas diferentes; cf. Stengers (2002), os híbridos costumam ser desprezados por epistemólogos, filósofos e outros pensadores da política e do campo social, devido à condição de intermediários a que submetem os mediadores, que transfere para a sociedade e/ou a natureza a explicação desses elementos.

Hibridação – termo utilizado por Bruno Latour (1994, 2001) para designar as misturas próprias aos espaços “entre”, os lugares de mediação. Estes são lugares em que nada se propaga sem que haja transformação, reapropriação local, sendo eles próprios agentes de transformação.

Hipótese – proposição ou conjunto de proposições que antecede outras, servindo-lhes de fundamento; suposição, conjectura; acontecimento incerto ou eventual; suposição duvidosa, mas não improvável, relativa a fenômenos naturais, pela qual se antecipa um conhecimento, e que poderá ser posteriormente confirmada direta ou indiretamente; *hipótese heurística* – proposição que se admite de modo provisório como princípio do qual se pode deduzir um conjunto dado de proposições.

História – cf. *Wikipedia*, “é a ciência que estuda o ser humano e sua ação no tempo e no espaço concomitantemente à análise de processos e eventos ocorridos no passado. O termo “História” também pode significar toda a informação do passado que foi guardada em todas as línguas por todo o mundo, por intermédio de registros históricos” ... “Os historiadores usam várias fontes de informação para construir a sucessão de processos históricos, como, por exemplo, escritos, gravações, entrevistas (História oral) e achados arqueológicos. Algumas abordagens são mais frequentes em certos períodos do que em outros e o estudo da História também acaba apresentando costumes e modismos (o historiador procura, no presente, respostas sobre o passado, ou seja, é influenciado pelo presente)”. A seguir apresento uma síntese das concepções formais e filosóficas da História disponíveis no verbete da *Wikipedia*:

- **Concepções formais da História** – (1) *História Narrativa* aquela onde o narrador (a) apresenta os acontecimentos sem preocupações com as causas, os resultados ou a própria veracidade; (b) não emprega qualquer processo metodológico; (2) *História Pragmática*, representada por Heródoto, Tucídides e Cícero, onde o narrador: (a) expõe os acontecimentos com visível preocupação didática; (b) quer mudar os costumes políticos, corrigir os contemporâneos e o caminho que utiliza é o de mostrar os erros do passado; (3) *História Científica* — concepção que (a) se preocupa com a verdade, com o método, com a análise crítica de causas e consequências, tempo e espaço; (b) se define a partir das ideias filosóficas que nortearam a Revolução Francesa de 1789, toma corpo com a discussão dialética (de Hegel e Karl Marx) e se consolida com as teses de Leopold Von Ranke, criador do Rankeanismo, que contesta o chamado “Positivismo Histórico” (que não é relacionado ao positivismo político de Augusto Comte) e posteriormente com o surgimento da Escola dos Annales; (4) *História dos Annales (Escola dos Annales)* fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre com a revista “*Annales d'histoire économique et sociale*”, que (a) rompe com o culto aos heróis e a atribuição da ação histórica aos chamados homens ilustres, representantes das elites; (b) considera o cotidiano, a arte, os afazeres do povo e a psicologia

social como elementos fundamentais para a compreensão das transformações empreendidas pela humanidade.

- **Concepções filosóficas da História** – que emergem das discussões sobre a natureza dos fenômenos históricos: (1) *Concepção Providencialista* – os acontecimentos estão ligados à determinação de Deus e desde a origem da Terra, tudo deve e ser explicado pela Divina Providência; (2) *Concepção Idealista* – corporificada em Hegel, defende que os fatos históricos são produto do instinto de evolução inato do homem, disciplinado pela razão, ou seja, como os acontecimentos são primordialmente regidos por ideias. em qualquer ocorrência de ordem econômica, política, intelectual ou religiosa, em primeiro plano se deve observar o papel desempenhado pela ideia como geradora da realidade; (3) *Concepção Cíclica* – independentemente da vontade dos homens, o progresso das sociedades humanas se desenvolve de acordo com grandes ciclos que se repetem ao longo dos tempos. Sua origem remonta aos historiadores da Grécia Antiga e mais recentemente, Oswald Spengler e Arnold J. Toynbee sugeriram que a história humana se desenrola em ciclos, pois encontramos sempre a evidência deste princípio nas inúmeras civilizações cuja ascensão e queda, evoluindo sempre mais altos que os anteriores, são a confirmação da evolução cíclica da espécie humana; (4) *Concepção Psicológico-social* - Apoia-se na teoria de que os acontecimentos históricos são resultantes, especialmente, de manifestações espirituais produzidas pela vida em comunidade. Segundo seus defensores, que geralmente se baseiam em Wilhelm Wundt *Elementos de Psicologia das Multidões*, os factos históricos são sempre o reflexo do estado psicológico reinante em determinado agrupamento social (ver: *História das mentalidades e História das ideias*); (5) *Concepção Materialista* – surgiu em oposição à concepção idealista, apesar de utilizar o mesmo método dialético, a partir da publicação do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels, que lança as bases do materialismo histórico, argumentando que as transformações que a História viveu e viverá foram e serão determinadas pelo fator econômico e pelas condições de vida material dominantes na sociedade a que estejam ligadas; que a preocupação primeira do homem não seria com os problemas de ordem espiritual, mas com os meios essenciais de vida: alimentação, habitação, vestimenta e instrumentos de produção.

Historicismo – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 129), “método filosófico que tenta explicar sistematicamente pela história, isto é, pelas circunstâncias da evolução das ideias e dos costumes ou pelas transformações das estruturas econômicas, todos os acontecimentos relevantes do direito, da moral, da religião e de todas as formas de progresso da consciência. ... Convém distinguir entre historicismo filosófico e historicismo epistemológico ou metodológico. O primeiro faz da história o fundamento de uma concepção geral do mundo, ou então, considera que todos os fenômenos sociais e humanos são inteligíveis mediante o recurso da categoria ‘história’ (frequentemente fundada numa oposição radical entre natureza e história). O segundo recusa toda e qualquer concepção do mundo, vendo na história apenas uma das condições de inteligibilidade do real”.

Hospitalidade – cf. Eduardo Rocha (2019), entendida como condição fundamental para a ética contemporânea por Jacques Derrida, que aponta a alteração de valor da moral, e não a sua ausência, passando da ideia de bem para a de bem estar. Diversos estilos de vida são tolerados, regras e normas são aceitas desde que se voltem para um melhor de si, sendo importantes ou necessárias para a experiência. Será esse o desafio da experiência ética da cidade que se aproxima da hospitalidade derridiana? Serão os nativos permanentes estrangeiros que nunca falam a sua própria língua ou nunca rasgam sua própria pele? (in Derrida; Dufourmantelle 2003)

Hostipitalidade – cf. Eduardo Rocha (2019), simulacro de hospitalidade; hospitalidade derriana, hostil, própria do estrangeiro, que se sente um estranho perante a língua do outro (não consegue se comunicar no idioma local), a cultura do outro (as cores, os costumes, o cotidiano etc.) e os caminhos da cidade (confunde-se nos trajetos para chegar ao destino, “não sabe como voltar para casa”). No lugar da lei da hospitalidade, do lugar edifício moderno – define-se um direito, mas por outro lado dá-se por regras e leis, percursos definidos e sem incondicionalidade.

Humanismo – cf. *Wikipedia*, palavra que pode ter diversos sentidos, cujo significado filosófico comum a diversas posturas éticas que, em sua essência, se contrapõe ao apelo ao sobrenatural ou a uma autoridade superior e atribuem a maior importância à dignidade, aspirações e capacidades

humanas, particularmente a racionalidade. Desde o século XIX, o humanismo tem sido erroneamente associado ao anticlericalismo, onde, na verdade se associa ao antropocentrismo renascentista e o laicismo dos filósofos iluministas. O termo abrange diversos tipos de pensadores não teístas, o humanismo secular e uma das posturas de vida humanista e acolhe diferentes vertentes do humanismo que, sendo mais empiristas e menos espirituais, geralmente são associadas a cientistas e acadêmicos – humanistas, deístas, panteístas, agnósticos, ignósticos ou ateus – que se preocupam com a ética e afirmam a dignidade do ser humano, recusando explicações transcendentais e preferindo o racionalismo, embora não se limitem a eles. Dentre as diversas vertentes, se destacam: (1) *Humanismo Cristão* ou *Religiosismo* – reúne princípios cristãos e humanistas que entende a liberdade e o individualismo humanos como naturais ou compatíveis com a doutrina e a prática cristãs; (2) *Humanismo Renascentista* – surgido no Renascimento, ao contrário do teocentrismo, a ideia teocentrista da centralidade de Deus no pensamento filosófico, propõe a ideia antropocentrismo, da centralidade do homem no pensamento filosófico; (3) *Humanismo Positivista* – inspirado no positivismo humanista de Comte e sua forma mais profunda e coerente de sua Religião da Humanidade, que propõe a substituição moral, filosófica, política e epistemológica das entidades supranaturais (deuses e entidades abstratas da metafísica) pela concepção de Humanidade, que afirma a historicidade do ser humano, rejeita a teologia e a metafísica e reconhece a necessidade de uma percepção totalizante do homem como afetivo, racional e prático ao mesmo tempo; (4) *Humanismo Logosófico* – que propõe aos humanos a realização de um processo de evolução que os levem a superar suas qualidades até alcançar a excelência de sua condição humana; (5) *Humanismo Marxista* – linha interpretativa baseada nos manuscritos da adolescência de Karl Marx e sua crítica ao idealismo dialético hegeliano – que apresenta a história da Humanidade como realização do espírito – e de outras linhas de interpretação que entendem o marxismo como ciência da economia e da história na qual os humanos, que possuem uma característica que lhes é peculiar e que se manifesta como saber, a consciência, são antes de tudo, parte da Natureza: se os humanos são seres naturais, a natureza é humanizada, ou seja, transformada conscientemente pelos humanos; (6) *Humanismo Universalista* – que aspira uma nação humana universal onde um de seus principais valores, o de ser internacionalista em um mundo não uniforme, mas múltiplo em etnias, línguas, costumes, crenças, religiosidade e ateísta que não deseja dirigentes, chefes onde ninguém se sinta representante de nada, tendo a não-violência ativa como meio de atuação no mundo. Segundo seu fundador, Mario Rodrigues Luis Cobos, "Nada acima do ser humano e nenhum humano abaixo de outro". **Iconoclash** – neologismo proposto por Bruno Latour para designar uma exposição marcando a “ambivalência, essa outra divisão demoníaca: ‘infelizmente, não podemos fazer nada sem imagem!’ e ‘Felizmente, não podemos fazer nada sem imagem!’” (Latour 2005: 15) que, segundo ele, “permitiu interromper o ato iconoclasta e interromper a história: em vez de montar mais uma exposição iconoclasta, queríamos apresentar uma exposição *sobre* o iconoclasmo” (Latour 2021: 13). Cf. Latour (2005: 16), “a exposição *Iconoclash* não foi um show iconoclasta, mas um show sobre iconoclastia; não um show crítico, mas um show *sobre* crítica”.

Identidade (ver identificação*)– cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996), relação de semelhança absoluta entre duas coisas possuidoras das mesmas características essenciais; cf. Manuel Castells (1999: 39), processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. Cf. Zygmunt Baumann (2005: 13), uma sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de "solidificar" o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída. Para o autor, a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas (Baumann 2005: 22). Outra contraposição interessante, que expõe as limitações e diferenças entre o pensamento euroamericano e o dos povos ancestrais, que “estão interessados na diferença e na multiplicidade, o que buscamos é a identidade e a homogeneidade de que fala Ailton, que vêm acompanhadas do horror à diferença, encarnada pelas minorias diversas, dentre elas os indígenas, que a expressam em seus corpos, línguas e gestos” (Vilaça 2020: 35).

Identificação – cf. Michel Serres (1999), construção de identidade* que opera mais na explicação do que nos separa do outro do que naquilo que nos liga, nos conecta, reunindo nos coletivos diferentes entidades heterogêneas. Por isso prefere a noção de múltiplos pertencimentos, frutos da cadeia de

conexões que envolvem humanos, artefatos técnicos, dispositivos de ação, pensamentos (Serres 1999); cf. Zygmunt Baumann (2005: 30) “quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso”. Como exemplo, observa que escolheu a [e foi escolhido pela] Grã-Bretanha por meio de um convite para lecionar, por estar impedido de permanecer na Polônia, país onde nasceu. Recém-chegado à Grã-Bretanha, era um estrangeiro, um recém-chegado refugiado de outro país. Com o tempo, naturalizou-se britânico, mas seguiu se questionando se seria possível abandonar a condição de refugiado polonês, mesmo não tendo a intenção de ser confundido com um inglês. Para seus alunos e colegas ele era, sem dúvida, um estrangeiro.

“Esse tácito ‘acordo de cavalheiros’ impediu que a nossa relação viesse a se exacerbar – pelo contrário, fez com que fosse uma relação honesta, tranquila e, no geral, transparente e amigável. Então, talvez deversem tocar o hino polonês? Mas isso também significaria um ato de fingimento: trinta e tantos anos antes da cerimônia de Praga eu tinha sido privado de minha cidadania polonesa. Minha exclusão foi oficial, promovida e confirmada pelo poder ou habilidade de separar quem está “dentro” de quem está “fora”, quem faz parte de quem não faz – e assim eu não tinha mais direito ao hino nacional polonês ...” (Baumann 2005: 15-16).

Nesse sentido, a relação de apropriação e reapropriação dos *lugares* e edifícios não se faz segundo uma lógica de construção de identidade, mas sim segundo um processo dinâmico e instável de identificação.

Ideologia¹⁶ – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996), a origem do termo remonta aos filósofos franceses do final do século XVIII, conhecidos como ‘ideólogos’ e seus estudos sobre a origem e a formação das ideias, posteriormente seu significado foi ampliado para um conjunto de ideias, princípios e valores correspondentes a uma determinada visão de mundo, ou ainda para orientar uma forma de ação ou uma prática política; cf. *Wikipedia*, termo com diferentes significados e duas concepções: a neutra e a crítica: (1) no senso comum, é sinônimo ao termo ideário, contendo o sentido neutro de conjunto de ideias, de pensamentos, de doutrinas ou de visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas; (2) na concepção crítica, pode ser considerado um instrumento de dominação que age por meio de convencimento (persuasão ou dissuasão, mas não por meio da força física) de forma prescritiva, alienando a consciência humana. Enquanto pensadores como Karl Marx consideram que a ideologia age mascarando a realidade, os adeptos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt consideram a ideologia como uma ideia, discurso ou ação que mascara um objeto, mostrando apenas sua aparência e escondendo suas demais qualidades. John B. Thompson, em outra formulação crítica derivada da formulada por Marx, mas que lhe retira o caráter de ilusão (da realidade) ou de falsa consciência, e concentra-se no aspecto das relações de dominação. A ideologia também foi analisada pela corrente filosófica do pós-estruturalismo, a qual é apontada por muitos autores como a superação do marxismo.

Imagem Ambiental – cf. Kevin Lynch (1982) a imagem ambiental é um processo bilateral entre observador e observado. O que ele vê é baseado na forma exterior, mas o modo como ele interpreta e organiza isso, e como dirige sua atenção, afeta por sua vez aquilo que ele vê. O organismo humano é extremamente adaptável e flexível, e grupos diferentes podem ter imagens muitíssimo diferentes da mesma realidade exterior. Ver *imageabilidade*.

Imageabilidade – tradução da palavra inglesa *imageability*, utilizada por Kevin Lynch em *The Image of the City* (1960), para designar a qualidade ou força evocativa da imagem de um edifício ou ambiente e seu entorno, em termos de aparência, legibilidade e visibilidade, traduzida incorretamente como *imaginabilidade* (Lynch, K. *A Imagem da Cidade*. Edições 70, 1982), retificada em sua edição mais recente (Martins Fontes, 2011).

¹⁶ Segundo Pedro Demo (1995: 18), “o critério da ideologia é seu caráter justificador de posições sociais vantajosas.” Segundo o autor, “a ideologia é intrinsecamente tendenciosa, no sentido de não encarar a realidade assim como ela é, mas como gostaria que fosse, dentro de seus interesses determinados” (Demo 1995: 19). O autor afirma que “a ideologia mais inteligente é a que se traveste de ciência” (Demo 1995: 19) e, mais adiante, afirma que “a ideologia é inerente, sempre está presente, embora possa vir de dentro (do sujeito) ou de fora (do objeto)” (Demo 1995: 22).

Imaginação – cf. Gaston Bachelard (1989: 23), “a imaginação aumenta os valores da realidade”.

Imóveis Imutáveis – cf. Michael Guggenheim (2016: 69) além das tecnologias móveis, as infraestruturas são tecnologias que “não são apenas imóveis, mas também literalmente conectadas em redes de canalizações ou cabos (não redes sociotécnicas que não consistem de objetos materiais conectados uns aos outros). As infraestruturas são imóveis pela própria razão de produzir alguma coisa a mais móvel, tanto pelas coisas que transporta, tais como eletricidade, esgotos ou água, mas também para permitir a circulação de outros elementos que agora estão servidos por aquilo que as infraestruturas transportam (como os humanos, que não precisam carregar baldes cheios de carvão, depois que a tubulação de gás for instalada)”.

Imóveis mutáveis – cf. Michael Guggenheim (2010), designação utilizada para diferenciar os edifícios dos demais objetos e tecnologias; o oposto dos móveis imutáveis de Bruno Latour (1987); o uso dos edifícios difere do uso da maioria dos outros objetos em dois aspectos: eles ocupam um local fixo e são singulares – daí a designação. Os edifícios são expostos a diversos grupos de usuários; eles não podem ser protegidos como outros objetos em casas particulares, laboratórios, tribunais ou museus, onde os técnicos podem controlá-los. Seu exterior está aberto à interpretação e definição de qualquer pessoa e como sua localização é fixa, estão inevitavelmente ligados aos seus contextos locais. É por isso que os edifícios são o único tipo de objeto para o qual existem normas e leis sobre como se relacionar com objetos vizinhos. Por outro lado, diferentemente dos organismos biológicos, sua singularidade não pode ser padronizada: cada edifício tem sua própria forma. A singularidade de um edifício liga sua estabilidade local e sua abertura aos ocupantes, o que a torna mutável: partes que antes eram consideradas necessárias para que o todo operasse são trocadas, descartadas ou simplesmente ignoradas nas interações. Em vez de ser uma tecnologia imutável e estável em todos os contextos, os edifícios são instáveis e mutáveis. Uma vez que um edifício é construído, por ser usado de maneiras específicas e por ser localmente estável e, portanto, conectando-se ao seu ambiente em mudança, ele inevitavelmente adquire uma biografia que o torna distinto de todos os outros edifícios.

Impregnação – cf. Jacques Cosnier (2001 in Brasileiro, 2007), período inicial da pesquisa de campo, quando o pesquisador permanece no ambiente apenas observando, se familiarizando e permitindo que o ambiente também se “familiarize” com a sua presença.

Incerteza – Falta de certeza; hesitação; indecisão, perplexidade, dúvida, imprecisão.

Indício – cf. Isabelle Stengers (2002), tanto o indício quanto o testemunho experimental não podem ser considerados como neutros, independentes dos interesses e das previsões dos autores. Como eles podem ser intrinsecamente diferentes, aquilo que pode ser afirmado por um campo, pode contradito por outro, sem que por isso um dos testemunhos seja falso.

Indução – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 142), “em lógica, forma de raciocínio que vai do particular ao geral, ou seja, que procede à generalização a partir da repetição e da observação de uma regularidade em um certo número de casos”; por ser probabilística, seu grau de certeza é sempre proporcional ao número de casos examinados; cf. *Wikipedia* “(lógica) operação de estabelecer uma proposição geral com base no conhecimento de dados singulares”.

Inferência – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 142), “processo lógico de derivar uma proposição da outra, ou de se obter uma conclusão a partir de determinadas premissas, de acordo com certas regras operatórias”.

Inscrição – cf. Latour (2001: 350), “termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num arquivo, num documento, num pedaço de papel, num traço. Usualmente, mas nem sempre, as inscrições são bidimensionais, sujeitas a superposição e combinação. São sempre móveis, isto é, permitem novas translações” e articulações” ao mesmo tempo que mantêm intactas algumas formas de relação. Por isso também são chamadas ‘móveis imutáveis*’, termo que enfatiza o movimento de deslocamento e as exigências contraditórias da tarefa. Quando os móveis imutáveis estão claramente alinhados, produzem a *referência circulante**”.

Instauração – cf. Bruno Latour (2019), noção que tem a vantagem de reunir três características: (1) a repetição do *fazer fazer* – “Se você ‘faz fazer’ os deveres de férias de seus filhos significa que você não os

faz você mesmo e que eles não os fariam sem você; se você ler na sua gramática latina que *‘Caesar pontem fecit’*, você sabe que o divino Júlio não carrega ele mesmo as vigas da ponte para atravessar o Reno em sua perseguição aos germanos, mas que seus legionários, e quanto a isso não existe dúvida alguma, não as transportariam se ele não o ordenasse. Todo uso da palavra construção abre, portanto, um *enigma* sobre o autor da construção: quando alguém age, *outros passam à ação*. Este é um passe que não se deve perder” (Latour 2019: 136); (2) a incerteza sobre a *direção dos vetores da ação* – dizer que uma coisa é construída torna incerta a *direção* do vetor da ação cuja seta pode ir tanto no sentido do construtor ao construído quanto do produto ao produtor, ou da criação ao criador. Incerteza presente no laboratório, onde os colegas precisam de tempo para decidir “se a experiência artificial do laboratório deu suficiente autonomia aos fatos para que estes possam existir ‘por si mesmos’ ‘graças ao’ excelente trabalho do experimentador. Nova oscilação: para receber o Prêmio Nobel, quem agiu, é claro, foi ele, o cientista; para que ele mereça o prêmio, é preciso que sejam os fatos o que o tenham feito agir e não ele mesmo, cujas opiniões individuais não interessam a ninguém. Como não oscilar sempre entre as duas posições?” (Latour 2019: 136-137); e (3) a *busca arriscada*, sem modelo prévio, de uma excelência provisória que resulta da ação – dizer de uma coisa que ela é construída significa introduzir um *juízo de valor*, não apenas sobre a origem da ação – duplamente difícil de estabelecer, como acabamos de ver –, mas sobre a *qualidade* de construção ... não basta que o experimentador construa os fatos por meio de artifícios, é necessário ainda que esses fatos façam dele um *bom* experimentador, bem situado, no momento certo, etc.. Construído sim, é claro, mas é *bem* construído? Todo arquiteto, todo artista, até mesmo todo filósofo conheceu as angústias desse escrúpulo; ... O artista, diz Souriau, nunca é o criador, mas sempre o instaurador de uma obra que vem a ele, mas que, sem ele, nunca passaria à existência (Latour 2019: 137). Mas para queba noção de construção seja preservada, existe uma condição: “que a instauração proporcione *uma oportunidade de encontrar seres suscetíveis de inquietar*. SERES de estatuto ontológico ainda mais aberto, capazes, no entanto, de nos *fazer fazer* alguma coisa, de nos indispor, de insistir, de nos obrigar a falar bem deles nas encruzilhadas onde se erguem as Esfinges e até mesmo ruas de Esfinges. Seres *articuláveis* aos quais a instauração pode acrescentar algo essencial à sua manifestação autônoma. Seres, para usar essa magnífica expressão, que ‘saibam responder com pertinência’. É somente a esse preço que as trajetórias cujo desenho começamos a reconhecer poderiam ter um significado diferente daquele simplesmente linguístico” (Latour 2019: 138).

Intencionalidade – ou direcionamento da ação, é fundamental para compreender a cognição como ação incorporada; cf. Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (2003: 209), “a intencionalidade tem dois lados: primeiro, ... inclui como o sistema produz o mundo que vem a ser (especificado em termos de conteúdo semântico dos estados intencionais); segundo, ... inclui como o mundo satisfaz ou deixa de satisfazer esse constructo (especificado em termos das condições de satisfação dos estados intencionais).”

Interação ambiental – processo recursivo de interação humanos-ambiente que permite aos humanos influenciarem ou atuarem no ambiente bem como serem por ele influenciados ou atuados. Os humanos, os artefatos e os ambientes são sujeitos que se co-produzem cotidianamente.

Interdefinição dos atores – cf. Michel Callon (2021 [1986]), segundo dos quatro momentos de tradução*, sintetiza e reúne as definições dos atores de uma rede obtidas a partir de seus próprios relatos e de um conjunto de perguntas e comentários formulados pelos próprios pesquisadores. Nesse processo, para dar suporte à problematização, os pesquisadores também revelam quem são e o que querem.

Interesse – cf. Bruno Latour (2016) os interesses são imediatos, mas dependem da composição de pelo menos dois tipos de atividades cuja soma tem caráter ambíguo mas que, em geral, seguem a mesma direção e cujos percursos se misturam e desenrolam ao longo do tempo. Em francês, *intérêt* abrange o sentido de incentivo, enquanto em latim se situa entre duas coisas – *inter-esse* – e ao possibilitar atentar para as ações compostas, confere um sentido um pouco mais preciso. O interesse das e pelas ciências é uma função diretamente relacionada com suas aptidões para se associar a outros cursos de ação, “para alcançar a aceitação dos desvios necessários e, para cumprir suas promessas e – operação sempre delicada – para se fazer reconhecer depois como a fonte principal do conjunto (que, contudo, em todos os casos, é composto)” (Latour 2016:30).

Interface – em sua reflexão sobre a relação entre os saberes, Michel Serres (1999) chama a atenção para uma palavra que tem sido muito usada nessas ocasiões: o termo interface e na imagem de uma junção

“lisa” na conexão entre os saberes, ressaltando quão pouco fidedigna é esta imagem. No seu entendimento, esses espaços “entre” os saberes em nada se assemelham a superfícies lisas, correspondendo antes a margens dentadas, cheias de irregularidades, variáveis, de tal modo que os “encaixes” precisam ser produzidos – e isto requer trabalho e disposição para correr riscos. “Você observou a moda, entre os cientistas, da palavra ‘interface’, que supõe que entre duas ciências ou entre dois conceitos, a junção, perfeitamente dominada ou anulada, não apresenta de fato problemas? Creio, pelo contrário, que esses espaços *entre* são mais complicados do que se pensa; ... Entre as ciências duras e as chamadas ciências humanas a passagem se assemelha a uma margem dentada, cheia de geloe variável: você já viu o mapa do norte do Canadá?” (Serres 1999: 94-95).

Interfaceamentos – cf. Michel Serres (1999), precisam ser feitos e refeitos a cada encontro. Em seu percurso exploratório os pesquisadores do ProLUGAR se utilizam de alguns princípios: (1) os pesquisadores são interfaces que aprendem (Latour 2008a); (2) os lugares em ação são performados ou trazidos à existência (Mol 2002) nas redes de objetos, materialidades, tecnologias, natureza, organismos e seres humanos (Farias 2010); (3) de modo análogo, *urbanidades* no plural configura um conjunto de múltiplas qualidades que não preexistem nos lugares, ruas, etc., elas emergem de múltiplos processos de associações (Farias 2010).

Interface que Aprende – [ver Corpo*] cf. Bruno Latour (2008b), o corpo é uma interface que aprende a ser afetada por muitos elementos cuja trajetória dinâmica nos permite aprender a observar e registrar aquilo que acontece nos edifícios e lugares em ação, aqui tratados como proposições articuladas que emergem de processos de mediação envolvendo entidades 'técnicas', 'políticas' e 'econômicas'. Alinhados com a afirmação latourianas, os pesquisadores do ProLUGAR entendem que corpos, edifícios e lugares são agentes de transformação que se recriam continuamente e nos quais nada se propaga sem transformação ou reapropriação local.

Interioridade – cf. Dicionário Aulete Digital (c2015), “característica ou condição do que é interior”, enquanto para Bruno Latour (2019), ela se refere às paixões da alma.

Intermediário – cf. Bruno Latour (2012: 65), pode ser considerado como uma caixa-preta “feita de várias partes”, uma “entidade que transporta significados e informações sem as transformar: definir o “que entra já define o que sai”.

Intersubjetividade – cf. Evan Thompson (1999), relação indissociável e subjetiva que ocorre nas interações homem-ambiente.

Interação – cf. Edgar Morin (1996), conjunto de relações, ações e retroações que se efetuam e se realizam em um sistema; cf. Antônio Damásio (1996: 255), “o organismo inteiro, e não apenas o corpo ou o cérebro, interage com o meio ambiente ... quando vemos, ouvimos, tocamos, saboreamos ou cheiramos, o corpo e o cérebro participam na interação com o meio ambiente.”

Interpretação – em lugar de representação, a abordagem experiencial trabalha com a ideia de *interpretação*, atividade de configuração em que alguns aspectos se tornam relevantes porque nós os fazemos emergir de nossa experiência que, para ter validade, deve ser confrontada com o *sensu comum*.

Kum Nye – cf. Thartang Tulku, é uma prática de relaxamento, energia e equilíbrio de nosso ambiente interno. “Quando aprendemos a abrir os sentidos e a tocar diretamente nossos sentimentos, corpo e mente estabelecem pleno contato um com o outro, e toda a nossa experiência se torna mais rica, mais saudável e mais satisfatória”. Disponível em <https://www.centronyngmabrasil.org.br/about-1>. Acesso em 28out2024.

Laboratório – designação que faz referência aos lugares de produção de conhecimento na perspectiva dos estudos CTS e da ANT, ou cf. Michel Callon (in Hernández; Marques, 2008), “conjunto de coletivos heterogêneos profissionais e sociais que participam, de uma maneira ou de outra, na concepção, elaboração e transporte das inovações”.

Lato sensu – cf. *Wikipedia* expressão latina que, em oposição ao *stricto sensu* (“sentido estrito”), significa “em sentido amplo”; se em oposição ao seu sentido mais específico, refere ao sentido mais amplo de um

termo; também é utilizada no ensino superior para designar um curso de pós-graduação a nível de especialização, em contraposição aos cursos *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Linguagem – cf. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009: 1183), “qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais, etc. ... nós, seres humanos, existimos como observadores na linguagem, e quaisquer distinções que façamos são operações na linguagem, em conformidade com circunstâncias que surgiram em nós na linguagem”; cf. Humberto Maturana (2001: 130-131), nós humanos somos seres linguajantes que “existimos como tais na linguagem, e tudo o que fazemos como seres humanos fazemos como diferentes maneiras de funcionar na linguagem ... existimos como observadores na linguagem, e quaisquer distinções que façamos são operações na linguagem, em conformidade com circunstâncias que surgiram em nós na linguagem”.

Lógica – cf. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009: 1193), “parte da filosofia que trata das formas do pensamento em geral (dedução, indução, hipótese, inferência, etc.) e das operações intelectuais que visam à determinação do que é verdadeiro ou não”; cf. Gregory Bateson (in Capra 1991: 63), “A lógica é um instrumento muito elegante ... e fizemos bom uso dela nesses últimos dois mil anos. O problema é que quando a aplicamos aos caranguejos e às tartarugas, às borboletas e à formação do hábito ... para todas essas coisas lindas, a lógica simplesmente não serve ... porque não é a lógica que torna coeso todo o tecido das coisas vivas”.

Lugar – cf. Wikipedia, a ideia de *lugar* é muito abrangente, pois faz parte tanto do senso comum quanto do conhecimento científico. Na geografia, o termo já foi empregado de muitas formas, pois cada corrente de pensamento geográfico o define de um modo distinto. Na geografia tradicional, o termo *lugar* era utilizado frequentemente do mesmo modo que no senso comum, ou seja, como sinônimo de localização. Quando utilizada no plural servia para fazer referência à variabilidade das combinações de elementos na superfície da Terra e, por conseguinte, ao conjunto de características naturais e humanas que particularizam uma determinada porção da superfície terrestre. Na geografia quantitativa, a palavra *lugar* era utilizada com o sentido de localização, já que os termos *organização espacial*, *região homogênea*, *região funcional*, polo de crescimento, entre outros do gênero, eram mais apropriados para enfoques de tipo morfológico para explicar os padrões de distribuição e de relações espaciais estabelecidos pelos agentes econômicos e sociais. A geografia humanista foi a primeira vertente da geografia a fazer uso da palavra *lugar* como um conceito científico. De fato, esse foi um dos conceitos fundamentais para os propósitos dessa corrente, interessada em pesquisar as relações subjetivas do homem com o espaço e o ambiente. Os geógrafos humanistas destacam a importância de estudar o cotidiano como forma de compreender os valores e atitudes que as pessoas comuns elaboram a respeito do espaço e do ambiente em que vivem. O conceito de *lugar* é apropriado para esse tipo de pesquisa por dizer respeito aos espaços vivenciados pelas pessoas em suas atividades cotidianas de trabalho, lazer, estudo, convivência familiar, etc. Por esse motivo, a geografia humanista define o *lugar* como uma forma de experiência humana, “um tipo especial de vivência do espaço”. Ele tem, portanto, o mesmo conteúdo que os fenomenologistas atribuem ao entendimento de *mundo*, isto é, o conjunto das vivências individuais e subjetivas dos sujeitos; “aquilo que em primeiro lugar aparece à consciência”. A geografia crítica, por sua vez, não dá a mesma importância ao significado de *lugar*, pois trabalha principalmente com os conceitos de espaço geográfico e de território. Todavia, alguns geógrafos críticos, como Milton Santos, passaram a dar maior importância ao entendimento de *lugar* ao longo do tempo. Em *A natureza do espaço*, Santos reconhece a “força do lugar” e o qualifica como um espaço produzido por duas lógicas, a saber, a das vivências cotidianas das pessoas e a dos processos econômicos, políticos e sociais que constituem a globalização. Nesse sentido, a abordagem crítica do lugar se diferencia da abordagem humanista na medida em que leva em conta as influências dos processos relacionados à globalização no estudo das vivências que os indivíduos desenvolvem nos lugares. E essa influência é caracterizada por Milton Santos e outros geocríticos, em geral, como impositiva, perversa e estranha aos interesses do lugar. Segundo Edward Relph, no prefácio da reimpressão de *Place and Placelessness* (Relph 2008: vi), independentemente de como possa ser interpretado, *lugar* tem a ver com diferença e, como um fenômeno da experiência cotidiana, faz parte do domínio público e

não da invenção de uma disciplina específica. Os pesquisadores do ProLUGAR associam lugar com as espacialidades múltiplas de John Law e Annemarie Mol (2000), como ambiente ou espaço físico ocupado e significado pelos terrestres e por seus objetos a partir da experiência, da memória, da história, das inter-relações sociotécnicas; base existencial de humanos e não-humanos, também passou a ser considerado como *lugar sociotécnico*.

Lugares em Ação, ou Performando Lugares – Em ressonância com a proposição de Bruno Latour (2000), os *lugares em ação* podem ser tratados como interfaces que aprendem a ser afetadas por muitos elementos cujas trajetórias podem ser acompanhadas e registradas em suas dinâmicas. São proposições articuladas que emergem de processos de mediação envolvendo entidades ‘técnicas’, ‘políticas’ e ‘econômicas’. Seriam *agentes de transformação* — que se recriam continuamente e nos quais nada se propaga sem transformação ou reapropriação local. Como envolvem diferentes materialidades, podem ser entendidos como *interfaces que aprendem* a ser afetadas e cuja produção será sempre local e situada. Essa compreensão nos remete ao entendimento adicional de que sua construção produz mundo, ou seja: *é ontológica e política*. Segundo Annemarie Mol o termo *política* sublinha seu modo ativo e seu “caráter aberto e contestado”. Segundo Ignacio Fariás (2010), os lugares “são negociados por diferentes grupos de atores, articulando simultaneamente componentes materiais e sociais da cidade”. Conhecimento situado e ontologias políticas reforçam o entendimento de que corpos e lugares são transformados em suas configurações, aparências e performances: ao mesmo tempo em que são ‘objetos’ prontos para serem usados, são sujeitos a futuras modificações e, portanto, não são coisas fixas de natureza material. Mesmo tendo localização e forma estável, os lugares podem acolher simultaneamente ou não *diferentes usos*. Por operarem de modo simultâneo com diferentes usos e atores, por serem transformados pelas ações que acontecem em seu interior e exterior, os *lugares em ação* não podem ser entendidos como objetos estáticos (Latour, Yaneva 2008): eles são *objetos em movimento*, mesmo depois de construídos.

Mapeamento Cognitivo — cf. Moore & Gooledge (in del Rio 1991), processo de apreensão, codificação, memorização e decodificação de informações sobre a localização e os atributos dos fenômenos que ocorrem no *ambiente espacial do cotidiano*. O progressivo alinhamento com os CTS* e com a cartografia de controvérsias*, e o alinhamento com a *busca de associações* e os *tipos de conexões* “entre coisas que não são, em si mesmas, sociais” (Latour 2012: 23), para reunir os elementos heterogêneos que precisam ser reunidos em determinadas circunstâncias que a cada instância nos convida a reformular nosso entendimento sobre o que estava associado e que dificulta nosso entendimento do significado de “nós” e impossibilita apreender, codificar, memorizar e decodificar atributos pré-existentes dos fenômenos. Venho tentando rastrear as conexões sem interromper o fluxo das controvérsias que são performadas enquanto tentamos seguir “o *slogan* da ANT ... [de] seguir os próprios atores” (Latour 2012: 31) [ver Cartografia de Controvérsias*].

Materiais e Métodos – [ver Estratégias Metodológicas* e Metodologia*] descrição e justificação, que costuma seguir a ordem sequencial dos procedimentos metodológicos aplicados nas diversas etapas da investigação; cf. Vera Feitosa (1991: 61), “parte experimental, em que são descritos *materiais, métodos e procedimentos* utilizados”; cf. Lilia Bastos et al (1982: 6), “explicitação das variáveis (quando for o caso), descrição da população e da amostra (quando for o caso), tratamento experimental (aplicável apenas a pesquisas experimentais), instrumentação (indicação e descrição de testes, medidas, observações, escalas e questionários a serem utilizados), coleta de dados (como, quando, onde e por quem serão aplicados os instrumentos), tratamento estatístico (quando for o caso) e, finalmente, o reconhecimento das limitações (deficiências). Explicitação dos procedimentos específicos utilizados, ensaios, análises, inferências, formulações teóricas, registros, etc.”.

Materialismo – Vida voltada unicamente para os gozos e bens materiais. 2. Filos. Tendência, atitude ou doutrina que admite ou que a matéria, concebida segundo o desenvolvimento paralelo das ciências, ou que as chamadas condições concretas materiais são suficientes para explicar todos os fenômenos que se apresentem à investigação, inclusive os fenômenos mentais, sociais ou históricos. O materialismo se afirma sobretudo ante o problema da origem do mundo (que dispensa a criação divina e se explica em termos evolutivos), o problema ético (dele resultando moral hedonística), o problema psicológico (orientando a pesquisa no sentido de estabelecer as relações diretas entre os fenômenos psíquicos e as reações do organismo aos estímulos ambientais), e o problema do conhecimento (em que afirma a

adequação da razão ao conhecimento do mundo, adequação que se evidencia pelo incessante progresso do conhecimento científico). Materialismo dialético. 1. Doutrina fundamental do marxismo, cuja ideia central é que o mundo não pode ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas de processos, onde as coisas e os reflexos delas na consciência, i. e., os conceitos, estão em incessante movimento, gerado pelas mudanças qualitativas que decorrem necessariamente do aumento de complicação quantitativa. Materialismo histórico. 1. Doutrina do marxismo, que afirma que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto de todos os processos da vida social, política e espiritual. Materialismo mecanicista. Filos. 1. Doutrina que explica os fenômenos da natureza reduzindo-os a processos mecânicos, i. e., a processos que se explicam pelas leis do movimento dos corpos no espaço e por mudanças puramente quantitativas.

Mediador – cf. Bruno Latour (2001, 2008 2012) entidade que transforma, traduz, distorce e modifica os significados ou os elementos que se supõe que devem transportar e que faz outras entidades agirem; um mediador pode tornar-se *complexo* e levar em múltiplas direções que modificarão todas as descrições contraditórias atribuídas a seu rol; não pode ser considerado apenas um; pode funcionar como um, nada, vários ou infinito. Seus dados de entrada nunca predizem bem os de saída; sua especificidade deve ser considerada a cada vez. O autor recomenda seu uso, em lugar de *intermediário*, termo que se deve evitar por suas problemáticas implicações com a "pureza", "fidelidade" ou "distorção" em relação a algo que sempre esteve presente.

Medida – cf. Protágoras, os humanos são a medida para todas as coisas; cf. Isabelle Stengers (2002: 197), palavra que expressa um laço que não se confunde com uma 'interação' e que confere papéis distintos à sua divisão em dois polos: (quase-)sujeito e (quase-)objeto. A autora observa a relação entre medida e política; e enuncia que 'nem todas as políticas se equivalem' (Stengers 2002: 197) e envolvem a construção dos critérios legitimadores de uma medida que possibilitam a invenção de novas práticas de medidas das coisas pelos humanos, orientada pela diferença entre 'fato' e 'ficção' sem esquecer que a definição entre o que é fato e o que é ficção é uma crença que carece de antídoto.

Meio – cf. Milton Santos, vocábulo relativamente abandonado pela geografia que, com “os progressos no conhecimento das galáxias, a palavra ‘espaço’ passou a ser utilizada com maior ênfase para o espaço sideral interplanetário. Também nesta fase da pós-modernidade, a mesma palavra ‘espaço’ ganhou um uso crescentemente metafórico em diversas disciplinas.” (Santos 1997:1) “O meio resulta de uma adaptação sucessiva da face da Terra às necessidades dos homens. Nos primórdios da história registravam-se alterações isoladas, ao sabor das civilizações emergentes, até que o processo de internacionalização cria em diversos lugares feições semelhantes. Agora, conhecemos uma tendência à generalização à escala do mundo dos mesmos objetos geográficos e das mesmas paisagens.” (Santos 1997:1).

Metafísica – [ver Metafísica Experimental*] Filos. Parte da filosofia, que com ela muitas vezes se confunde, e que, em perspectivas e com finalidades diversas, apresenta as seguintes características gerais, ou algumas delas: é um corpo de conhecimentos racionais (e não de conhecimentos revelados ou empíricos) em que se procura determinar as regras fundamentais do pensamento (aquelas de que devem decorrer o conjunto de princípios de qualquer outra ciência, e a certeza e evidência que neles reconhecemos), e que nos dá a chave do conhecimento do real, tal como este verdadeiramente é (em oposição à aparência). [Cf. ontologia.] 2. Hist. Filos. Segundo Aristóteles [v. aristotelismo], estudo do ser enquanto ser e especulação em torno dos primeiros princípios e das causas primeiras do ser. 3. Sutileza ou transcendência do discorrer; cf. Bruno Latour (2004: 379), “a tradição define a metafísica como o que vem antes ou abaixo da física, supondo então uma distribuição prévia entre qualidades primeiras* e qualidades segundas*, o que resolve prontamente o problema do mundo comum*, objeto deste trabalho”.

Metafísica Experimental – cf. Bruno Latour (2004: 379-380) chama “a procura do que compõe o mundo comum, e se reserva a expressão voluntariamente paradoxar de *metafísica da natureza* para a solução tradicional que dava um papel político à natureza”.

Metáfora – cf. Wikipedia, o derivação o verbo grego *metaphrein*, composto de μετά (meta) – entre – e φέρω (pherō) – carregar – cujo sentido literal pode ser traduzido pelo verbo latino *transferire*

(transferência, transporte para outro lugar) e, basicamente, consiste na transferência de uma palavra para um âmbito semântico que não é o do objeto que ela designa e se fundamenta numa relação de semelhança subentendida entre o sentido próprio e o figurado. [

Método [Científico] – costuma designar um caminho para se atingir um objetivo ou determinado resultado; modo de agir; cf. Wikipedia, “na maioria das disciplinas científicas consiste em juntar evidências empíricas verificáveis — baseadas na observação sistemática e controlada, geralmente resultantes de experiências ou pesquisa de campo — e analisá-las com o uso da lógica. Para muitos autores, o método científico nada mais é do que a lógica aplicada à ciência. Os métodos que fornecem as bases lógicas ao conhecimento científico são: método indutivo, método dedutivo, método hipotético-dedutivo, método dialético, método fenomenológico, etc.”.; contrariando esse entendimento Annemarie Mol (2008) e John Law (2004), argumentam que em vez de um conjunto mais ou menos bem-sucedido de procedimentos para relatar uma dada realidade externa e pré-existente, o método é *performativo* e ajuda a produzir múltiplas realidades. John Law (2017: 33) salienta que por não poderem ser separados de seu contexto social e envolverem muita coisa além das questões metodológicas, os próprios métodos. se tornam “rotinas ou procedimentos culturais, práticos, materialmente fundamentados, teoricamente implicados, institucionalmente localizados e socialmente moldados”. Ao citar *The Stop* de David Appelbaum (1995), John Law (2004: 11) alerta para o perigo do método ceder à ‘substituição mecânica’ — que, cf. Law (2004), tem a ver com o automático, e não com máquinas; ele também tem a esperança (Law 2004) de que possamos aprender a viver os sentidos de nossas vidas por meio de um método que seja menos dependente do automático; que seja mais lento, vulnerável, incerto e múltiplo. Cf. Francisco Varela e Jonathan Shear (1999) método científico é a denominação das regulações processuais e sociais que se denominam método utilizada na ciência, que possibilita constituir e compartilhar um *corpus* de conhecimento sobre objetos naturais que, de acordo com trocas humanas complexas, visa a verificação e validação públicas desse conhecimento, que considera *objetivo* aquilo que pode ser transformado em um corpo de conhecimento regulamentado. Mas os autores alertam que inevitavelmente esse corpo de conhecimento, que é em parte *subjetivo* — depende da observação e experiência individual — e em parte *objetivo* — é limitado e regulado pelos fenômenos empíricos e naturais.

Método da Assemblagem ou das Associações — cf. John Law (2004) se distingue da assemblagem na prioridade anexada à geração de presença. A definição mais geral, por si só é simétrica, não nos dizendo nada sobre a forma tomada pela presença, ausência ou pelas relações entre elas. Em sua definição mais geral, é tratada por Law como a promulgação de um conjunto de relações ramificantes que geram representações e representam as realidades existentes. De um modo geral, o Método da Assemblagem ou das Associações se refere ao processo de elaboração e performance dos limites necessários entre presença, ausência manifesta e alteridade. Trata-se de um método generativo ou performativo que produz ausência e presença ou, mais especificamente, a fabricação ou agregação de relações em três partes: (a) tudo que está presente (p.ex. uma representação ou um objeto); (b) tudo que está ausente, mas também manifesto (que é manifestamente relevante para a presença e que pode ser visto ou descrito); e (c) tudo que está ausente, mas que é *Outro* porque, mesmo sendo necessário para a presença, também está oculto, reprimido ou desinteressante. A presença pode assumir a forma de representações (representacionais e/ou alegóricas) ou de objetos. A ausência manifestada pode tomar a forma de uma realidade que é representada, ou o contexto relevante para um objeto.

Método Cartesiano — cf. Wikipédia, criado por René Descartes, consiste no Ceticismo Metodológico: duvida-se de cada ideia que pode ser duvidada. Subdivide-se em quatro tarefas básicas: verificar se existem evidências reais e indubitáveis acerca do fenômeno ou coisa estudada; analisar, ou seja, dividir ao máximo as coisas, em suas unidades de composição, fundamentais, e estudar essas coisas mais simples que aparecem; sintetizar, ou seja, agrupar novamente as unidades estudadas em um todo verdadeiro; e enumerar todas as conclusões e princípios utilizados, a fim de manter a ordem do pensamento.

Método Dedutivo — [ver Dedução] cf. Silvio Luiz de Oliveira (2002: 62), contrário à indução, fundamentado na lógica e na matemática, procura transformar enunciados complexos, universais, em particulares; Cf. Wikipedia, modalidade de raciocínio lógico que faz uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de

determinada(s) premissa(s). Essencialmente, os raciocínios dedutivos se caracterizam por apresentar conclusões que devem, necessariamente, ser verdadeiras caso todas as premissas sejam verdadeiras se o raciocínio respeitar uma forma lógica válida. Partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros (premissa maior), o pesquisador estabelece relações com uma segunda proposição (premissa menor) para, a partir de raciocínio lógico, chegar à verdade daquilo que propõe (conclusão).

Método Dialético – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 182), na concepção clássica, sobretudo na interpretação platônica da filosofia socrática, o método dialético é aquele que procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão.

Método Didalético – proposto por Sandra Corazza, considera que “o processo de construção do conhecimento é um processo de transformação da realidade que se dá em três diferentes etapas: (1) parte do conhecimento prático ou empírico (sincretização), (2) teoriza sobre esta prática (análise) e (3) volta à prática para transformá-la (síntese)” (Rheingantz 2003).

Método Empírico – [ver Empirismo] cf. Geraldo Serra (2006), se desenvolveu a partir de Bacon, Hobbes, Locke e Hume, e tem como ponto de partida o reconhecimento de que a mente não contém nenhuma ideia inata e que não há nada nele que não tenha passado pelos nossos sentidos. Na medida em que o empirismo se desenvolve, vai se tornando mais claro que mesmo uma sucessão muito grande de experiências apresentando sempre o mesmo resultado poderia nos dar qualquer certeza, conforme demonstram diversos sistemas filosóficos conflitantes.

Método Experimental – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 182), aquele que tem por base a realização de experimentos para o estabelecimento de teorias científicas, procedendo através da observação, da formulação de hipóteses e da verificação ou confirmação das hipóteses a partir de experimentos. É valorizado sobretudo nas concepções empiristas. Cf. Serra (2006), também baseado na experiência, distingue-se do método empírico por basear-se em ensaios, por realizar eventos planejados, em geral em ambiente controlado, visando a realizar as observações que conduzirão à conclusão.

Método Fenomenológico – [ver Fenomenologia*] cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 102), método resultante da “corrente filosófica fundada por E. Husserl, visando estabelecer um método de fundamentação da ciência e de constituição da filosofia como ciência rigorosa. O projeto fenomenológico se define como uma ‘volta às coisas mesmas’, isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece à consciência, que se dá como seu objeto intencional. O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia”.

Método Focal – proposto por Eugene Gendlin, cuja essência implica em “sair da mente pensante e incluir o corpo vivido, ligando-se à sensação corporal daquilo que está sendo trabalhado” (Welwood 2003: 34).

Método Hermenêutico – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 182), ver Hermenêutica. Método relativo à ou próprio da Hermenêutica, utilizado na análise de textos, que busca uma explicação coerente.

Método Hipotético-dedutivo – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 127), diz-se do raciocínio ou pesquisa que procede, por dedução, a partir de hipóteses. Cf. José Ferrer Mora em *Dicionário de Filosofia* (1994: 335), “é característico do raciocínio hipotético não se saber se uma ou mais das premissas é verdadeira, já que é precisamente isso o que “se pretende averiguar ... é comum distinguir entre hipótese como enunciado não comprovado e enunciado de observação como enunciado comprovado. Desse ponto de vista, as hipóteses podem ser consideradas enunciados teóricos”. Em outro sentido mais específico, a hipótese pode ser considerada como um instrumento de pesquisa que medeia a teoria e a metodologia. Os métodos que se baseiam na formulação prévia de hipóteses pressupõe a existência de uma ideia central formulada previamente à realização da pesquisa.

Método Indutivo – [ver Indução] cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996), importante na ciência e na pesquisa experimental, estabelece uma lei geral a partir da observação e repetição de regularidades em casos particulares. Apesar de não permitir o estabelecimento da verdade da conclusão em caráter definitivo, fornece, no entanto, razões para sua aceitação, que se tornam mais seguras em função do maior o número de observações realizadas e de sua essência probabilística.

Metodologia – cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009) seria o ramo da lógica que se ocupa dos métodos das diferentes ciências ou parte de uma ciência que estuda os métodos que ela própria recorre. Essa descrição reforça meu entendimento da impropriedade com que essa palavra tem sido utilizada para fazer referência às estratégias metodológicas ou materiais e métodos utilizados nas pesquisas por mestrandos, doutorandos e pesquisadores; cf. Howard Becker em *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, (1994: 17), a metodologia “é importante demais para ser deixada aos metodólogos” e alerta contra uma “propensão muito forte dos metodólogos a apregoar uma “maneira certa” de fazer as coisas, por causa de seu desejo de converter os outros a estilos de trabalho apropriados, por causa de sua relativa intolerância com o erro” (Becker 1994: 18); cf. Pedro Demo (1995), metodologia significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência; cf. John Law (2004), quando nos referimos à metodologia, não devemos nos limitar ao método, a um conjunto de técnicas, ou a uma filosofia do método. Quando queremos reconhecer alguns tipos de realidades ou tipos de mundos que esperamos poder performar, fundamentalmente estamos buscando uma forma de ser: que tipos de ciências queremos praticar e de pessoas que queremos ser e como deveríamos viver. “O método acompanha o trabalho, as formas de trabalhar e as formas de ser. Gostaria que trabalhássemos da forma mais feliz, criativa e generosa possível nas ciências sociais. E refletir sobre o que é trabalhar bem” (Law 2004: 10).

Metodologia da Pesquisa – expressão que, cf. Ana Ivenicki e Alberto Canen (2016: 1), “pode ser usada no sentido restrito e instrumental de coleta de tratamento de informações, ou no sentido amplo de abordagem ao processo de produção de conhecimento, o que envolve também aspectos teóricos e conceituais ... mas que não podem ser interpretados como possuindo vida própria, independentemente do pesquisador”.

Modelo – cf. Quatremère de Quincy, em seu *Dictionnaire d'Architecture*, “entendido segundo a execução prática da arte, é um objeto que se deve repetir tal qual é ... Tudo é preciso e dado no modelo...” (in Argan 2000: 66); representação simplificada de características relevantes da realidade (Echenique 1963), que deriva das analogias com as quais é composto (Broadbent 1973); maneira de expressar certas características de um objeto ou de um sistema que tenha existido, que exista ou que possa vir a existir (Rowe 1992)

Modernismo – cf. Bruno Latour (2001), concepção de futuro que separa humanos e não-humanos, onde a ciência ou a razão desempenham importante papel na ordem política da sociedade; um artefato do acordo modernista que separa humanos e não-humanos. Cf. Yaneva (2022: 10), “Latour definiu o modernismo como um acordo político que resultou em uma Política em que a maior parte da atividade política se justifica referindo-se à Natureza, apontando os ‘fatos’ para resolver os debates”.

Modernização – processo fundado em um conjunto de crenças ou promessas de desenvolvimento, prosperidade e emancipação contínuos que, segundo Latour (2020), nunca se preocupou em avaliar e explicar *em que mundo* exatamente o progresso acabaria nos levando, que resultou no descrédito da noção de tradição como algo arcaico, antigo que dificultou ou até mesmo impossibilitou qualquer forma de transmissão ou herança.

Moderno - cf. Bruno Latour (1994: 16), “designa dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas, mas que recentemente deixaram de sê-lo. O primeiro conjunto de práticas cria, por ‘tradução’, misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo cria, por ‘purificação’, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos de um lado, e a dos não-humanos do outro”.

Modernos – cf. Bruno Latour (2019: 156), “Costuma-se dizer que os Modernos seriam aqueles que puseram fim à irracionalidade das superstições e descobriram a eficácia das técnicas”.

Modos de Existência – cf. Bruno Latour (2019: 156), é “uma versão do **SER-ENQUANTO-OUTRO** (uma amostra de descontinuidade e de continuidade, de diferença e de repetição, do outro e do mesmo) e, ao mesmo tempo, um regime próprio de veridicção”.

Morfologia – cf. *Dicionário Aulete Digital* (c215), estudo das formas, estrutura, aparência da matéria, dos seres vivos, das línguas; ; parte da gramática que descreve os processos de formação e de flexão das

palavras.

Móveis Imutáveis – o oposto de imóveis mutáveis*; expressão utilizada por Bruno Latour (2001; 2013b) para descrever uma transferência ou deslocamento de constantes; “termo que enfatiza o movimento de deslocamento e as exigências contraditórias da tarefa. Quando os móveis imutáveis estão claramente alinhados, produzem a referência circulante*”. (Latour 2001: 350). Oximoro voluntário que possibilita tomar sua expressão de duas maneiras opostas: para enfatizar, por meio de uma forte tensão, o tempo dispendido com invenções originais de diversas disciplinas científicas para resolver a questão-chave da referência, maximizando as duas exigências opostas de maior mobilidade e de maior imutabilidade (Latour 20019). Neste caso, “a expressão “móveis imutáveis” resume o esforço da história e da sociologia da ciência para documentar o desenvolvimento das técnicas de visualização e de **INSCRIÇÃO** que estão no núcleo da vida científica desde a tímida origem da geometria grega – sem trigonometria não existiria o mapa do Instituto Geográfico Nacional – até sua formidável extensão de hoje – pensemos, por exemplo, no GPS”(Latour 2019: 73); ou, ao contrário, “para *supor que o problema está resolvido* admitindo como prova que é possível operar um deslocamento sem qualquer transformação, pelo simples deslizamento de uma identidade a uma identidade por uma identidade. ... no segundo sentido, a mesma expressão designará o *resultado final* de uma correspondência que seria feita *sem* qualquer descontinuidade visível”. (Latour 2019:73). Os dois sentidos “são verdadeiros ao mesmo tempo porque o efeito das séries descontínuas de referência tem como produto final o percurso contínuo da visada que permite o acesso sem dificuldades de seres distantes – mas só quando tudo está em seu lugar. Isto é o que dissemos acima a respeito dos dois significados da palavra **REDE**: uma vez que tudo funciona sem obstáculos, podemos dizer da correspondência o mesmo que diziam antigamente do gás as placas de alguns prédios, ‘gás em todos os andares’ (e que hoje também se poderia dizer do wi-fi): ‘Referências em todas as etapas’ (Latour 2019: 73). Cf. Michael Guggenheim (2016: 67-68), “os móveis imutáveis são tecnologias móveis que permitem a padronização e a reprodução de ações em diferentes lugares. Em suma, móveis imutáveis são objetos altamente modernos, dependentes da ciência para serem inventados, das metrologias para medi-los e padronizá-los, para padronizar suas linhas de produção para trazê-los à existência. Como as tecnologias estabilizam os processos e os tornam previsíveis, elas têm o único recurso que podem quebrar. Um móvel imutável quebrado não permite reproduzir um processo em outro lugar. Ele se torna inutilizável. Ele precisa de um reparo técnico para trabalhar novamente”.

Móveis Mutáveis – cf. Bruno Latour (1987: 226-7), são objetos que são estabilizados como tecnologias para realizar as mesmas ações em diferentes locais; são tecnologias que operam independentemente de seu contexto, porque seus criadores (geralmente cientistas) podem proteger os objetos dos grupos de usuários que estão interferindo. Cf. Michael Guggenheim (2016: 68), “fluidos, ou móveis mutáveis ... não são objetos em redes estabilizadoras. Tais objetos não possibilitam que as ações sejam reproduzidas. Pelo contrário, eles têm efeitos e significados variados, dependendo do seu uso. Pedras e paus, entulho e ovos, água. Eles não são tecnologias, mas coisas que não especificam seus usos. Eles são móveis, mas não dependem tanto das redes sociotécnicas. Os móveis mutáveis também não se quebram. Uma vara pode literalmente quebrar-se em duas, mas ainda pode ser utilizada para fazer, basicamente, o que ela fazia quando estava inteira. Um CD player, uma vez quebrado, não.

Multidisciplinarietà – cf. *Wikipedia*, corresponde à estrutura tradicional e fragmentada dos currículos do ensino formal de inspiração cartesiana ou cientificista, cujo conjunto de disciplinas trabalhadas simultaneamente sem explorar a cooperação ou as relações entre elas, ou seja, quando a solução de um problema demanda informações de duas ou mais áreas do conhecimento sem a preocupação de interligar as disciplinas entre si ou de que as disciplinas envolvidas sejam modificadas ou enriquecidas.

Mutação Climática – expressão adotada por Bruno Latour em *Diante de Gaia* (2020a), para substituir com vantagem 'crise climática', por considerar que crises passam, enquanto 'mutação' indica que estamos diante de um Novo Regime Climático*.

Não-humano – cf. Bruno Latour (2001), designação que só significa alguma coisa na diferença entre o par "humano-não-humano" e a dicotomia sujeito-objeto. Associações de humanos e não-humanos aludem a um regime político diferente da distinção entre sujeito e objeto. Assim, o par “humano-não-humano” não constitui uma forma de “superar” a distinção sujeito-objeto, mas uma forma de

ultrapassá-la completamente. Cf. Irme Bonamigo (2016), termo utilizado para designar equipamentos, materiais, artefatos de inscrição, dispositivos tecnológicos, entre outros. A partir de *Onde Aterrorizar* (Latour 2020b), Latour propõe utilizar a designação Terrestre* em substituição ao par "humano-não-humano", que apresenta a vantagem de não ser necessário especificar nem gênero nem espécie.

Não-moderno – cf. Bruno Latour (2001), substitui a linha divisória moderna e pós-moderna entre natureza e sociedade pela noção de coletivo (termo que se refere à associação de humanos e não-humanos); sempre que direcionamos simultaneamente nossa atenção para os trabalhos de purificação e de hibridização, deixamos de ser modernos porque retrospectivamente nos damos conta de que os dois conjuntos de práticas sempre estiveram em ação no período histórico que está terminando e nosso passado começa a mudar. Quem reconhece que muitas hibridizações são realizadas em suas práticas, deixa de ser moderno para se tornar um praticante híbrido. Segundo Yaneva (2022: 10-11), ao contrário do moderno, reconhece as conexões entre a ordem social e a ordem natural e a formação de coletivos que colocam em primeiro plano o processo político pelo qual essas ordens são reunidas sem dividi-las em dois pólos distintos da Natureza e da Sociedade”.

Narrativa – cf. Isabelle Stengers (2002), a exemplo da experimentação, seu procedimento é uma conduta *arriscada* por estar sempre submetida à possibilidade de o narrador se prender à proliferação dos indícios que tanto podem alimentar quanto limitar o poder da ficção.

Narrativa imagética – narrativa da experiência através de imagens, desenhos ou modelos tridimensionais.

Naturalizar – cf. Bruno Latour (2004: 381), “não quer simplesmente dizer que se estende indevidamente o reino da Ciência a outros domínios, mas que se paralisa a política. Pode-se então naturalizar a partir da sociedade*, da moral*, etc.. Uma vez reunido o coletivo, não há mais razão, em represália, para privar-se das expressões de bom senso e de utilizar natural como o que vai de si ou quemé sócio pleno do coletivo”.

Natureza – cf. Bruno Latour (2004: 381), “um processo injustificado de unificação da vida pública e de distribuição das capacidades de palavra e de representação, de modo a tornar impossíveis a assembleia política e a convocação do coletivo em uma República*. Luta-se aqui contra três formas de natureza, a natureza ‘fria e dura’ das qualidades primeiras, a natureza ‘quente e verde’ da *Naturpolitik**, e enfim a natureza ‘vermelha e sangrenta’ da economia política*”.

Naturpolitik – cf. Bruno Latour (2004: 381), “no modelo de *Realpolitik**, designa-se assim este desvio da ecologia política que pretende, por oposição à ecologia militante, renovar a vida pública mantendo intacta esta ideia de natureza*, inventada para envenená-la”.

Negentropia – cf. Eduardo Rocha (2019), termo vindo da linguagem científica, utilizado pelo grupo *Stalker* – grupo ativista urbano da cidade de Roma que se dedica a pesquisas e ações na paisagem das margens e espaços urbanos abandonados – em sua busca para reconstruir a noção de “paisagem” a partir de espaços gerados pela natureza em reações não-lineares e espontâneas que podem fazer surgir ecossistemas evoluídos.

Nomologia – cf. *Dicionário Aulete Digital* (c2015), estudo das leis que presidem aos fenômenos naturais, um país ou uma sociedade.

Novo Regime Climático – expressão apresentada por Bruno Latour em *Diante de Gaia* (2020a), e retomada em *Onde Aterrorizar?* (2020b: 12): “a questão climática está no centro de todos os problemas geopolíticos e que está diretamente ligada às questões das injustiças e desigualdades”, “esse *Novo Regime Climático* “vem há tempos varrendo todas as fronteiras e nos expõe aos quatro ventos, sem que haja meio de construir” os muros contra os invasores”. A “falta de consciência de que “entramos em um Novo Regime Climático, não podemos compreender nem a explosão das desigualdades, nem a amplitude das desregulações, nem a crítica da globalização e nem, sobretudo, o desejo desesperado de regressar às velhas proteções do Estado nacional – o que se costuma chamar, um tanto erroneamente, de “ascensão do populismo” (Latour 2020b: 10-11).

Nyingma – cf. Thartang Tulku (2006), “quer dizer ‘os mais antigos’” e designa uma tradição milenar do

Tibete Oriental ensinada pelos monges como prática preparatória para a meditação abordando holisticamente corpo e mente, equilibrando o físico e o psicológico para preservar a saúde e o bem estar.

Objetividade – em alinhamento com os fundamentos dos estudos CTS e da ANT, o significado aqui atribuído à palavra 'objetividade' resulta da multiplicação das observações e relatos muitas vezes conflitantes de um fenômeno; ela também procura evitar "esconder-se por trás da aparência de objetividade" (Latour 2012: 360) da herança positivista da ciência, cujo reducionismo se manifesta na preferência pela "frieza dos dados" (Latour 2012: 363); reforçando a impropriedade e/ou a impossibilidade de definição ou entendimento 'único' de lugar diante dos conflitos ainda sem solução cujos múltiplos relatos precisam ser reunidos sem a preocupação de enquadrá-los em teorias existentes para seguir em frente em busca de *outras* objetividades. Sem esquecer que a ANT sustenta que modifica o significado de ser uma ciência, bem como o significado de ser social e, também, o que significa um informe *objetivo*: cf. Latour (2008: 182) "a palavra não faz referência ao sentido tradicional das questões de fato – com suas pretensões frias e desinteressadas de "objetivação" – mas para os sítios de construção das questões de interesse calorosos, atraentes e controversos. Portanto, a objetividade pode ser alcançada ou por um estilo objetivista – ainda que ali não exista objeto algum à vista – ou pela presença de muitos *objetores* – ainda que nem de longe se pretenda parodiar o gênero objetivista"; em sua *Proposição Cosmopolítica* Isabelle Stengers (2018 [2007]) se questiona sobre como separar sua proposição das questões de autoridade e de generalidade associadas à noção de "teoria"; sobre como responder ao desafio de fazer os leitores pensarem sobre ela sem tentar *dizer o que ela é ou deveria ser*, apenas *verificando se e como ela pode ter 'desacelerado' os raciocínios*, fazendo emergir uma outra sensibilidade para tratar dos problemas e situações que nos mobilizam. Ela também **explica que sua proposição "cosmopolítica" requer praticantes que aprenderam a se tornar indiferentes às pretensões generalistas dos teóricos que tendem a definir os praticantes como aqueles que em sua prática "aplicam" uma teoria ou entendem sua prática como a ilustração de uma teoria** (Stengers 2018 grifo meu).¹⁷ Mas assumir a indeterminação, a incerteza e o não domínio da recalcitrância implica em um "não domínio do coletivo sobre os indivíduos a ele vinculados" (Arendt 2008: 8) e sinaliza com uma profunda renovação das ciências humanas e dos EU. Reconhecer a relação direta entre a qualidade de uma pesquisa científica, o interesse de um experimento ou de uma teoria, o risco corrido pelo pesquisador e a recalcitrância dos objetos implica em admitir que **"o conhecimento não é mais medido por sua objetividade, mas pelos riscos compartilhados entre o observador e o observado**. Se, de um lado, o pesquisador pode exigir uma resposta construindo um experimento, de outro lado um humano não se sentirá obrigado a responder nos mesmos termos. Se o experimento for bem construído ele pode desviar a questão, surpreender o questionador, perturbar as previsões e expor a interpretação a riscos insuspeitados (Latour 2006: 187 – grifo meu).

Objetividade entre parênteses – cf. Humberto Maturana (2001: 36), "no caminho da objetividade entre parênteses, o observador não pode fazer referência a entidades independentes de si na construção do seu explicar, pois "a explicação é uma reformulação da experiência com elementos da experiência".

Objetividade sem parênteses – cf. Humberto Maturana (2001: 36), "no caminho da objetividade sem parênteses as coisas e os fenômenos ocorrem independentemente do observador – ou seja, a existência precede à distinção. Nele só há uma realidade que é objetiva, independente e requer obediência e aceitação".

Objeto – cf. *Dicionário Aulete Digital* (c2015), qualquer coisa material; mercadoria, bem de consumo; os autores CTS e ANT expandem e complexificam a natureza dos objetos; cf. Law e Singleton (2003: 4-5) "se começarmos com o senso comum, tendemos a pensar nos objetos como itens fisicamente constituídos que ocupam volume no espaço euclidiano". Podemos entender os objetos comumente exibidos como constituídos de uma dupla imutabilidade: eles costumam ter uma forma mais ou menos estável no espaço euclidiano "embora a definição dessa forma física estável provavelmente

¹⁷ Inspirado em Isabelle Stengers e Vinciane Despret, Bruno Latour (2008) observa que, paradoxalmente, os humanos são menos recalcitrantes do que os não-humanos, pois costumam adotar uma postura de obediência diante das questões propostas pelos pesquisadores das ciências sociais que, por sua vez, acreditam que produzem fatos tão robustos quanto os das ciências naturais.

dependa do trabalho relacional e interativo de um tipo ou outro (e também pode ser que 'objetos abstratos' não ocupe o espaço euclidiano) ... [eles certamente] ... têm, exibem ou são constituídos por uma estrutura mais ou menos estável em uma rede de relações. A estabilidade (podemos dizer estabilidade espacial, embora esse seja outro argumento) é sustentada de duas maneiras separadas mas parcialmente relacionadas (a forma de rede de um navio está relacionada com sua integridade física). O argumento adicional da ANT seria que é necessário um esforço que sustenta as redes estáveis de relações. Isso significa que objetos como fígados doentes ou doença hepática alcoólica precisam ser mantidos para que possam se sustentar e se mover entre os locais. É preciso seguir performando a rede de relações que os sustenta e os constitui. Caso contrário, as coisas começam a perder sua forma, perder suas características e a deslocar para longe. Eles deixam de ser os objetos que eram. Nada é fixo e permanente no mundo ANT. Apenas algumas coisas são consertadas a tempo"; cf. Latour (2008a), considerando a aparente incomensurabilidade de seus modos de ação com os vínculos sociais concebidos da forma tradicional, a palavra *objeto* deveria ser substituída por *questão de interesse*, pois os *sociólogos do social* entenderam erradamente a natureza desta incomensurabilidade ao concluir que, por serem incomensuráveis, devem ser mantidos separados dos vínculos sociais propriamente ditos, sem advertir que deveriam ter concluído precisamente o oposto: são incomensuráveis porque foram procurados em primeiro lugar.

Observação – cf. Wikipedia, uma das etapas do [método científico](#) que consiste em [perceber](#), [ver](#) e relatar sem interpretar o que foi visto e pode ser assistemática (espontânea ou casual) quanto sistemática (metódica ou planejada em torno das premissas do estudo e estruturada a partir de questões como “por que?”, “para que?”, “quem?”, “como?” e “o que?” observar); além de assistemática e sistemática, metodologicamente a observação também pode ser classificada como: Observação participante, onde o pesquisador se envolve e participa enquanto observa; Observação não participante, o pesquisador é imparcial e não interfere no ambiente pesquisado; Observação individual, onde somente um pesquisador observa; Observação em equipe, é aquela na qual mais de um pesquisador observa; Observação na vida real, é a prática de observar em situações reais e cotidianas; Observação em laboratório, aquele que se observa em um ambiente controlado e artificial.

Observação Empírica ou Empirismo – cf. Wikipedia ([em latim](#): “*experientia*”: “*experiência*”, [do grego](#): *ἐμπειρία*) trata do conhecimento sobre o mundo vem apenas da [experiência sensorial real](#) e da [evidência](#), especialmente na formação de ideias.

Observação incorporada – modo de operacionalização e aplicação da Cognição Experiencial; pode ser definida como um encadeamento de associações dependentes do contexto que, em conjunto, configuram um ponto-de-vista aproximado e particular da experiência vivenciada por um observador ou grupo de observadores em um determinado ambiente ou conjunto de ambientes. O observador no ambiente “torna-se” um mundo que não pode ser “representado” a priori. O sucesso de uma experiência vivencial e local não deve ser entendido como uma verdade que possa vir a ser estendida a contextos diferentes e mais amplos. Como o observador está sempre imerso no ambiente, sua compreensão será sempre local ou situada. A atividade dos homens no mundo possibilita que eles criem padrões que são comparados aos já existentes (senso comum). Esta operação modifica tanto os padrões iniciais, quanto as próprias operações de comparação que acontecem durante a observação e, assim, indefinidamente. Nesse sentido, a observação, por ser um ato cognitivo, é sempre criadora (Pedro 1996).

Observador – cf. Humberto Maturana (2001: 126-127) “observador acontece no observar ... [e] ... suas propriedades ou habilidades de observador resultam de sua operação como sistema vivo ... [que] ... são sistemas estruturalmente determinados”, ou seja, como nada externo a um sistema vivo pode especificar o que ocorre nele, por sua constituição, o observador não pode afirmar ou explicar nada independentemente das ações por meio das quais ele produz suas afirmações e explicações.

Observar – cf. Paulo Freire (1996: 15-16), “quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade, não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto do seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele”.

Oligópticos – termo proposto por Bruno Latour e Emilie Hermant (2006), em oposição aos panópticos e sua pretensão de ver a cidade em sua totalidade, para designar a exploração fotográfica por transeuntes de locais habitualmente escondidos, “e passear pela cidade, em textos e imagens, explorando algumas das razões pelas quais ela não pode ser captada de relance. A nossa exploração fotográfica leva-nos primeiro a locais habitualmente escondidos dos transeuntes, nos quais se elaboram as inúmeras técnicas que tornam a vida dos parisienses possível (serviços de água, polícia, circular: vários ‘oligópticos’ a partir dos quais a cidade é vista em sua totalidade). Isso nos ajuda a compreender a importância dos objetos comuns, a começar pelo mobiliário urbano que faz parte do cotidiano dos habitantes e permite que eles se desloquem pela cidade sem se perderem. Também nos torna atentos aos problemas práticos colocados pela coexistência de um número tão grande de pessoas em uma superfície tão pequena. Todas estas visitas inusitadas podem eventualmente permitir-nos lançar um novo olhar sobre uma questão mais teórica sobre a natureza do vínculo social e sobre as formas muito particulares pelas quais a sociedade permanece elusiva” (Latour, Hermant 2006: 1-2). Com relação à tendência de explorar os contrastes entre o real e o virtual, ou “a dura realidade urbana e as utopias eletrônicas”, os autores procuram mostrar que “as cidades reais têm muito em comum com as ‘cidades invisíveis’ de Italo Calvino. Por mais congestionado, saturado e asfíxiado que seja, na cidade invisível de Paris podemos aprender a respirar mais facilmente, desde que alteremos nossa teoria social” (Latour, Hermant 2006: 28). Na sequência, para ilustrar sua “ópera sociológica”, exploram os dois extremos correspondentes aos intervalos e aos finais dos jogos da Liga dos Campeões, quando as telas das tvs mostram milhares de parisienses que, ao mesmo tempo, se levantam para descarregar suas bexigas ... “Toda Paris em cores na tela e os hábitos mais pessoais dos parisienses? Não, nada de Paris aparece na tela, exceto o destino geral de 1.150.000 metros cúbicos de água e urina fluindo sob nossos pés, sem que percebamos os piezômetros, as contas, os servos-controles, os controladores ou os operadores. Como o próprio nome indica, os ‘pan-ópticos’ permitem ver tudo, desde que também os consideremos como ‘olig-ópticos’, do grego *oligo* que significa pouco, e encontrados em palavras como oligarquia. Nos oligóticos não vemos uma gota. Se os operadores do SAGEP conseguem administrar com tanta habilidade uma rede tão complexa, é pela parcimônia com que aceitam os dados – obtidos – em suas telas. Sua sabedoria é proporcional à sua cegueira deliberada. Eles ganham em capacidade de coordenação apenas porque concordam em perder primeiro a água e depois a maior parte da informação” (Latour, Hermant 2006: 28).

Ontologia – parte da filosofia que trata do ser enquanto ser, concebido como tendo uma natureza comum é inerente a todos e a cada um dos seres; cf. Annemarie Mol (2002: 6), “a ontologia não é dada na ordem das coisas, ... em vez disso, ontologias são trazidas à existência, sustentadas, ou deixadas à míngua em práticas sociomateriais comuns do dia a dia”; lembrando que “práticas sociomateriais” necessariamente envolvem os seres Terrestres*, sejam humanos, não humanos ou coisas.

Ôntico – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 201), “que se refere ao ser em particular”, seja humano, não-m ou coisa.

Ontológico – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 201), “que se refere ao ser em geral”, seja huano, não-hukano ou coisa.

Ordem / Ordenamento – cf. Bruno Latour (2008a), a melhor opção para recuperar algum sentido de ordem ou de ordenamento do social é deixar a tarefa de definir e ordenar o social para os próprios atores, não para o analista. Os atores devem poder desdobrar seus próprios e diversos cosmos. Segundo o autor, a melhor solução para recuperar algum sentido de ordem seria rastrear relações *entre* qualquer controvérsia dada. Agindo assim, em lugar de abandonar a busca de ordem, rigor e padrões, essas buscas são reposicionadas em um nível mais alto de abstração, permitindo aos atores desdobrarem seus próprios e diversos cosmos, “por mais contraintuitivos que pareçam” (Latour 2008: 43).

Orientado a objetos – cf. Bruno Latour (2005), expressão inventada por cientistas da computação para descrever uma nova maneira de programar seus computadores, metáfora que ele utiliza para fazer a pergunta: “Como seria uma democracia orientada a objetos?”

Oxímoro – cf. Dicionário Aulete Digital, (retór.) figura antiga cujo sarcasmo se ocultava com palavras aparentemente contraditórias; v. g.: responder com silêncio eloquente. F. gr. *Oxymoron*.

Paisagem – cf. Mônica Schlee et al (2009), termo que designa o “imediatamente visível” ou “extensão

visível de um território” ou conjunto de elementos e formas naturais ou construídos, apreendido pelo olhar como uma unidade visual envolvendo múltiplas significações, significados e interfaceamentos entre diversas disciplinas; o entendimento de paisagem implica a apreensão de uma associação tridimensional produzida nos interfaceamentos entre natureza e sociedade, abrangendo múltiplos aspectos e sentidos, além do visual.

Paisagem Sonora¹⁸ [ver Espacialidade Sonora*] – designação proposta por Murray Schafer (1992/2011) em suas reflexões pioneiras sobre a importância dos sons nos ambientes, para caracterizar o estudo do universo sonoro que nos rodeia. O termo original em inglês – *soundscape* – guarda uma analogia com o conceito de paisagem – *landscape* – tal como tratado nos campos do paisagismo e da geografia, uma espécie de pano de fundo, composto por diferentes sonoridades – sejam elas de origem natural, humana ou tecnológica – que confeririam algum sentido à nossa experiência (Schafer, 1992/2011). Na apresentação à primeira edição brasileira de *O Ouvido Pensante* (Schafer, 1992/2011), Marisa Fonterrada explica que o projeto de Schafer consistia em "um estudo multidisciplinar sobre o som ambiental, suas características e modificações sofridas no decorrer da história e sobre o significado e o simbolismo desses sons para as comunidades afetadas por eles" (*apud* Schafer, 1992/2011, p. XIII). No entendimento de Schafer, o mundo seria uma vasta composição macrocósmica, composta pelos *músicos*, por ele definidos como “qualquer um ou qualquer coisa que soe”. Nesse universo sonoro, há sons que não ouvimos mais, ou por terem desaparecido, ou por estarem tão naturalizados no nosso cotidiano que não nos damos conta deles, passando a fazer parte do pano de fundo do universo sonoro contemporâneo. Por sua característica multidisciplinar, os estudos da paisagem sonora situam-se no cruzamento entre a ciência, os estudos sociais e as artes. A acústica e a psicoacústica¹⁹ nos ensinam sobre as propriedades físicas do som e a maneira como o som é interpretado pelos humanos, enquanto os estudos sociais se ocupam dos efeitos dos sons no comportamento dos humanos. As artes, especialmente a música, se ocupam da produção de paisagens sonoras ideais para a vida da imaginação e para a reflexão psíquica. Mesmo ciente das dificuldades de estabelecer com precisão o desenho de uma paisagem sonora – algo que, no seu entendimento, uma impressão fotográfica instantânea poderia oferecer aos estudos da paisagem (*landscape*) – Schafer sustentava que, com doses intensas de habilidade e paciência, seríamos capazes de chegar a uma imagem precisa. Isso dependeria de uma maior familiaridade com os *marcos sonoros* (*soundmarks*), análoga à que temos com os *marcos visuais* (*landmarks*). Schafer (1977) buscou uma aproximação com os estudos da geografia e também da arquitetura, que produziu movimentos simétricos a partir desses campos. A arquitetura-urbanismo*, em especial, incorpora muitas de suas contribuições, transformando os modos tradicionais de projetar. Como sustentam Emery e Rheingantz, na concepção das cidades, lugares e edifícios, o foco costuma estar na visão – aparência, volumetria, formas, texturas e cores. Preocupados em conceber belas paisagens visuais, arquitetos-urbanistas e construtores tendem a espalhar esculturas, pórticos, murais e jardins pelas cidades, lugares e edifícios sem levar em conta os efeitos sonoros que, inevitavelmente, se produzem no seu viver cotidiano (Emery; Rheingantz, 2001). Ao não explorarem conscientemente os efeitos da paisagem sonora na performance* das cidades, lugares e edifícios, quando o fazem, costumam limitar-se ao controle ou eliminação dos sons indesejáveis ou ruídos. Neste processo, muitos sons, que poderiam ser intencionalmente explorados, costumam ser desprezados ou excluídos, o que resulta em não atentar para a polifonia das paisagens sonoras em nosso viver cotidiano nas cidades. A despeito de ter chamado a atenção para a importância do som na composição de nossa paisagem ambiental, o entendimento de paisagem sonora tem sido problematizado por diversos pesquisadores, especialmente em decorrência da analogia com a ideia de paisagem visual que parece estar presente na obra de Schafer, de que haveria diferentes paisagens para cada canal sensorial. No dizer de alguns pesquisadores críticos a essa concepção, nossa experiência sensorial é eminentemente híbrida. Ela já vem carregada de uma mescla de sentidos, como aponta Tim Ingold (2011, p. 136): "Na prática perceptual comum, esses registros [visão, audição, tato, olfato, o que for] cooperam com tamanha proximidade, e com tanta sobreposição de funções, que é praticamente impossível desenredar suas respectivas contribuições". Assim, na descrição da *paisagem sonora*, muitas outras entidades também

¹⁸ Extrato do artigo *Sounds Around: COVID-19's effects on the sound spaciality of the places we inhabit* (Rheingantz et al 2021b).

¹⁹ Cf. Wikipedia, ramo da ciência que estuda as respostas psicológicas associadas ao som – incluindo [ruído](#), fala e [música](#) – e a relação entre sensações auditivas, as características físicas e as características temporais do som.

compareceriam e, desse modo, a dimensão sonora dos lugares se assemelharia menos a uma paisagem – no sentido que damos a uma pintura, por exemplo – e mais ao que é experimentado em um território, com sua fluidez, ritmo e sazonalidade. Essa questão é retomada por Marcelo Lopes de Souza (2016) Ao discutir o conceito de paisagem, como *o* mundo em que vivemos ou como *aquilo* que contemplamos de fora, questiona: contemplamos a paisagem ou estamos dentro dela? Ou ambos? O autor recorre à etimologia do termo e aos primórdios da geografia alemã, destacando o sentido abrangente e holístico do termo em sua acepção original, sentido esse que foi se perdendo ao longo do tempo, deixando apenas a associação a um conteúdo eminentemente visual e representacional.

Paradoxo – cf. *Dicionário Aulete Digital* (c2015), “ideia, conceito, proposição, afirmação aparentemente contraditória a outra ou ao senso comum”; cf. *Wikipedia*, “declaração aparentemente verdadeira que leva a uma contradição lógica ... ‘o oposto do que alguém pensa ser a verdade’”.

Pensamento Complexo – ver Complexidade*.

Percepção – diferentemente dos autores alinhados com o pensamento de James Gibson (1979), que sugerem que o ambiente seja algo exterior e independente de nós, autores alinhados com a fenomenologia, como Shawn Gallagher e Dan Zahavy, em *The Phenomenological Mind* (2021), entendem a percepção como inteligente, significativa e enriquecida tanto pelas nossas habilidades e competências corporais, experiência passada quanto pelas circunstâncias e possibilidades da nossa existência incorporada e do ambiente ao redor, cujos contextos podem ser explorados fenomenologicamente. Nossa experiência perceptiva está inserida em contextos que são pragmáticos, sociais, culturais e muito do trabalho semântico (a formação do significado perceptivo) é facilitado pelos objetos, arranjos, eventos e aspectos espaciais encontrados e podem ser explorados fenomenologicamente. Como nossa posição limita o que podemos ou não ver, nossa percepção é sempre incompleta em relação aos objetos — nunca vemos um objeto completo de uma só vez. Gallagher e Zahavi (2021: 15) chamam isso de *incompletude de perspectiva*: “sempre há algo mais para ver que está lá implicitamente” e quando nos movemos ao seu redor seus vários perfis ou faces não são percebidos como desconexos ou fragmentados, mas como momentos sinteticamente integrados. Este processo sintético é mais uma vez temporal por natureza. Fenomenologicamente, também podemos descobrir certas características *gestálticas* da percepção visual, cuja estrutura característica normalmente coloca um determinado objeto no centro de nosso foco em detrimento dos demais, que estão no fundo, no horizonte, ou na periferia. Podemos mudar nosso interesse ou foco para outra coisa, mas para isso precisamos tirar nosso foco do primeiro objeto. Como nosso modo de ver os objetos sempre depende de um certo contexto a ser fenomenologicamente explorado, nosso costume de atribuir um conteúdo representacional ou conceitual à percepção não possibilita apreender completamente a natureza situada da experiência perceptiva. Em seus relatos os fenomenólogos se preocupam com o modo como as estruturas experienciais particulares da percepção se relacionam com o mundo no qual estão situados, ou seja, não se prendem à experiências puramente subjetivas ou separadas do mundo. Eles entendem a percepção como uma experiência vivida por observadores com motivações e propósitos que estão incorporados no mundo, não como um fenômeno puramente subjetivo. Além desse tipo de análise intencional de como vivenciamos o mundo, ou como o mundo nos parece, eles também se perguntam sobre o estado fenomenal do observador. “Uma explicação fenomenológica da percepção é algo bem diferente de uma explicação psicofísica ou neurocientífica. A fenomenologia se preocupa em obter uma *compreensão* e descrição adequada da estrutura experiencial de nossa vida mental/corporificada; não tenta desenvolver uma *explicação* naturalista da consciência, nem busca descobrir sua gênese biológica, base neurológica, motivação psicológica ou coisas do tipo” (Gallagher; Zahavi 2021: 15); por sua vez, o aforismo “viver é conhecer (viver é ação efetiva no existir como ser vivo)” de Humberto Maturana e Francisco Varela (1995: 201) associado com a abordagem performativa ou enativa de Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (2003) e com os fundamentos dos estudos CTS-ANT possibilita explorar uma outra abordagem que entrelaça múltiplas experiências vivenciadas por seres e coisas que performam versões alternativas que precisam ser diplomaticamente negociadas para serem compartilhadas com outros. Esse entendimento implica em substituir sua designação “clássica” por performance* ou performance*.

Perceber – cf. Bruno Latour (2019) deve ser entendido ou traduzido* como um *outro* sistema de coordenadas ou *modo de existência* que explora as possibilidades de múltiplas negociações diplomáticas

ou tentativas em busca de uma reformulação comum das versões alternativas de nossas experiências compartilhadas com outros. Como um efeito da associação da abordagem experiencial com os CTS-ANT, percepção* se transforma e performance* ou performance*, evitando a separação entre preceptor e objeto da percepção sugerida pelas definições "clássicas".

Performance – Designação utilizada por Annemarie Mol (2008) para explicar que, em lugar de observadas por diversos olhos mantendo-se intocadas no centro, as realidades são feitas ou performadas [*enacted*]. As realidades são atravessadas e manipuladas por “meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” (Mol, 2008, p. 6). Segundo Mol, fatos, objetos e entidades são “performados” ou produzidos *na* ação e *pela* agência de outros entes, ou seja, as coisas e suas ontologias passam a ser entendidas como produto final de uma trama de ações. Cf. Marcia Moraes e Ronald Arendt (2013), o termo inglês *enact* foi utilizado por Annemarie Mol (2002) para dizer que nenhum objeto existe sem estar articulado às práticas que o produzem e o fazem existir e aponta para dois sentidos distintos: como *encenar*, representar um papel, e; como *fazer existir*. Para melhor traduzir o sentido em sua tradução os pesquisadores do grupo ProLUGAR utilizam os dois sentidos apontados por Moraes e Arendt (2013), bem como as variações *performar*, *performatividade*, *performativo*.^[20]

Performação – tradução mais próxima de *enactment*, termo utilizado por Annemarie Mol (2008) para falar da realidade como múltipla, feita e performada [*enacted*], em lugar de observada por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é continuamente manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de diferentes práticas cujo processo contínuo de produção e reprodução no qual as relações e, também, as realidades, as representações das realidades ou, mais genericamente, ausências e presenças, não têm status, posição ou existência fora desses processos. Falar da realidade como múltipla depende de outro conjunto de metáforas de intervenção que sugerem que as realidades são múltiplas, feitas e performadas^[21]; cf. Law (2004), quase sinônimo possivelmente preferível porque *performance* tem sido amplamente utilizado no teatro ou, mais genericamente, na conduta humana. Afirmação de que as relações, as realidades e representações das realidades (as ausências e presenças) são infinitas ou estão sendo criadas em um processo contínuo de produção e reprodução que não têm status, posição ou realidade fora desses processos.

Performações de Lugares – o rebatimento de performance* no entendimento de ‘lugar’ como local privilegiado para investigar o processo contínuo de produção e reprodução de realidades ou de composição de mundos como um conjunto de relações ou associações entre agentes humanos e não humanos a ser devidamente mapeado em suas dinâmicas, cuja ‘qualidade’ deixa de ser o resultado de um conjunto de atributos dos elementos físicos que constituem um determinado lugar e passa a ser um conjunto de relações ‘performadas’ *nos* e *com* os lugares urbanos enquanto. A substituição de ‘qualidade’ por ‘performações’ de lugares [no plural] passa a ser entendida como um efeito de um movimento progressivo de afastamento dos referenciais behavioristas e fenomenológicos da percepção ambiental iniciado com a proposição da Abordagem Experiencial* e alinhado com a Abordagem Performativa*.

Performar – nos estudos CTS-ANT, *performar* uma determinada realidade significa que ela é muito mais produzida do que observada, ou seja, é “manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” (Mol 2008: 66); John Law utiliza *performar* para descrever ações ou práticas de atuação e manipulação dos objetos e das realidades que, embora tenham o mesmo nome, constituem-se como múltiplas entidades que coexistem sem que haja conflito ou enfrentamento.

²⁰ As histórias de *performance* relacionam-se com literaturas tão diversas como Hacking (1983) ou Goffman (1971 ou 1959). Radicalizam as noções do primeiro, espalhando-as por outros sítios além da pesquisa experimental por si só, e privam o último de qualquer ideia de “bastidores”. Ver, por exemplo Cussins (1998) ou, no mesmo volume, Mol (1998).

²¹ Em inglês, ‘*enactment*’ está próximo de ‘*performance*’ e neste texto os dois são usados alternadamente. Em obras posteriores, a autora viria a adotar em exclusivo o termo ‘*enact*’, para se demarcar de algumas conotações alimentadas pela extensiva utilização do vocabulário da *performance* nas ciências sociais da viragem do século. O termo ‘*enact*’ é de complicada tradução para a generalidade das línguas europeias, sendo difícil cobrir todas as acepções com a elegância da palavra inglesa. Em conjunto com a autora, decidiu-se que para a presente tradução não era importante encontrar a melhor tradução, podendo tratar-se o termo como sinónimo de ‘*performar*’. Como a autora usa os dois termos, na tradução indica-se os casos em que foi usado ‘*enact*’. Sobre a relação entre estes termos, cf. Annemarie Mol (2004), *The Body Multiple*, Durham e Londres: Duke University Press; e John Law (2004), *After Method: Mess in Social Research*, Londres: Routledge, p. 159.

Pesquisa – Estudo sistemático e minucioso, ou “conjunto de atividades que têm por finalidade a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico, literário, artístico etc.” (*Dicionário Oxford Languages & Google* c2023).

PesquisarCOM* – cf. Marcia Moraes (2010: 42), verbo que possibilita explorar o pesquisar com o outro, e que implica em “uma concepção de pesquisa que é engajada, situada. Pesquisar é engajar-se no jogo da política ontológica. Que realidades produzimos com nossas pesquisas?”; cf. Marcia Moraes e Anita G. Bernandes (2014: 12), modo de pesquisar no qual os textos assumem uma centralidade a partir da figura do Outro com quem pesquisamos, de modo a se apostar nessa modalidade outra de política de pesquisa. Em suas narrativas os(as) autores(as) nos permitem pesquisar junto COM eles(as) e COM aqueles COM quem pesquisam. Cf. Silveira, Palombini, Moraes (2014: 13), a aventura de pesquisarCOM o corpo é constituir esse corpo sensível à experiência do outro. O corpo sem órgãos do pesquisador é a possibilidade de experimentar o caos como quem prova um sabor desconhecido, como quem firma o pé sem conseguir ver onde está pisando, como quem sente um sintoma nunca sentido antes. É importante garantir, nessa experimentação, algo de um território que nos ajude a voltar – a cançãozinha que, quando for preciso, nos tirará do caos (pensando no ritornelo, conforme referido por Deleuze e Guattari, 1997). Organizar uma escritaCOM o outro também é oferecer uma cançãozinha, um território para sair do caos, experimentar um equilíbrio mesmo que fugaz, mas que, por ter sido experimentado, permite outros caminhos. Ver EscreverCOM*.

Placemaking – cf. Lineu Castello (2007), expressão inglesa utilizada por arquitetos-urbanistas para fazer referência a uma abordagem prática que busca melhorar os lugares, bairros, cidades ou regiões; uma ideia que inspira as pessoas a reimaginar e reinventar coletivamente os espaços públicos, fortalecendo sua conexão *com* e *nos* lugares que habitam; cf. *Project for Public Spaces* (PPS)^[22], mais do que apenas promover um melhor desenho urbano, o *placemaking* facilita padrões criativos de uso, atentando para o processo de identificação física e sociocultural que caracterizam um lugar e dão suporte ao seu processo de contínua evolução.

Plasma – cf. Bruno Latour (2005: 244), é “aquilo que ainda não está formatado, ainda não medido, ainda não socializado, ainda não engajado em cadeias metrológicas e ainda não coberto, pesquisado, mobilizado ou subjetivado”. Não se trata do mesmo *Plasma* que o da terra na era do antropoceno. Mais do que um claro objeto, ele é uma categoria de sobras. Designa tudo que não seja totalmente tecnológico. Mas, assim como a Terra, o plasma é uma categoria do sociomaterial que, mesmo não sendo traduzida em uma rede sociotécnica, permanece em segundo plano (Guggenheim 2010). “De minha parte, chamo de plasma este espaço – mas não é um espaço – no qual repousam – mas não há repouso – as circulações diversas de totalizações e de participações, aguardando a explicitação e composição. A expressão parece abstrata, mas é porque todas as metáforas usuais são definidas pelo zoom, o que obriga a crer que se sabe do que se fala quando se diz que existe um caminho contínuo entre as partes e o todo. Suspenda o zoom, multiplique as conexões entre as diferentes vistas de Paris, sem torná-las comensuráveis rápido demais, meça a invisibilidade constitutiva/fundante de todos os oligópticos (cada qual vê bem, mas muito pouco), relocalize os locais em que se fala de Paris “como um todo” (o gabinete do prefeito, o quartel-general da administração municipal de Paris, a sala de controle do Serviço de água, o imóvel do Boulevard Morland, etc.) e pergunte em que você pode situar bem estes *membra disjecta*, impedindo-se de reportá-las tão logo a um “quadro natural”, a uma “sociedade” ou, claro, a “discursos”. Muito bem, este pano de fundo é o plasma. É ele que permite mensurar a extensão de nossas ignorâncias a respeito de Paris. É ele, sobretudo, que permite voltar a dar oportunidade à questão política, reservando-lhe a tarefa de composição, evitando naturalizá-la ou que socializá-la, ou que dela se faça um simples jogo de palavras” (Latour 2009: item 20).

Pluridisciplinaridade – cf. *Wikipedia*, apesar de, a exemplo da multidisciplinaridade, também considerar um sistema de disciplinas de um só nível, possui disciplinas justapostas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas.

Política – cf. Bruno Latour (2004: 383), “entende-se aqui, em três sentidos, que se distinguem por

²² Disponível em <https://www.pps.org/article/what-is-placemaking> . Acesso em 05set2024.

intermédio de perífrases: (a) na sua acepção usual, designa a luta e os compromissos dos interesses e das paixões humanas diante das preocupações dos não-humanos; ... (b) no sentido próprio, designa a *composição progressiva do mundo comum** e todas as competências exercidas pelo coletivo; (c) no sentido restrito, chama-se política somente a um dos cinco alicerces necessários à Constituição, e que permite a representação fiel pela ativação, sempre a retomar, da relação um/todos”.

Política ontológica – cf. Annemarie Mol (2008: 63), termo composto que “refere-se a ontologia – que na linguagem filosófica comum define o que pertence ao real, as condições de possibilidade com que vivemos. A combinação dos termos ‘ontologia’ e ‘política’ sugere-nos que as condições de possibilidade não são dadas à partida. Que a realidade não precede as práticas banais nas quais interagimos com ela, antes sendo modelada por essas práticas. O termo política, portanto, permite sublinhar este modo activo, este processo de modelação, bem como o seu carácter aberto e contestado”. Cf. Law (2004), se as realidades são encenadas, em princípio, a realidade não é fixa ou singular, e a verdade não é mais a única base para aceitar ou rejeitar uma representação. Segundo o autor, existem várias razões possíveis, incluindo a política, para performar um tipo de realidade em vez de outra, e seus fundamentos podem, de alguma forma, ser debatidos. Esta é uma política ontológica.

Pontos de Passagem Obrigatória (PPO) – cf. Michel Callon (2021 [1986]), terceiro dos quatro momentos de tradução* que problematiza e descreve “um sistema de alianças ou associações entre entidades, definindo, assim, suas identidades e o que elas ‘querem’”; indica os movimentos e desvios a serem aceitos, assim como as alianças que precisam ser performadas.

Porta-voz – cf. Bruno Latour (2016: 164), nas questões de cosmopolítica*, “uma noção bem cômoda em que “se encontram os que falam em nome dos humanos – *grosso modo* os políticos – e os que falam em nome dos não-humanos – digamos, os cientistas, que, de acordo com o que aprendemos, sabem bem fazer as coisas falarem por meio de seus laboratórios* –, mas também numerosos atores, ativistas, praticantes, consumidores, amadores esclarecidos, especialistas de todo tipo, cujas competências imprevistas têm direito ao assunto”.

Positivismo – cf. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (1996: 217), “1. Sistema filosófico formulado por Auguste Comte ... [onde] ... o espírito humano, ou seja, a sociedade, a cultura, passa por três etapas: a teológica, a metafísica e a positiva. As chamadas ciências positivas surgem apenas quando a humanidade atinge a terceira etapa, sua maioridade, rompendo com as anteriores. Para Comte, as ciências se ordenaram hierarquicamente da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia; cada uma tomando por base a anterior e atingindo um nível mais elevado de complexidade. A finalidade última do sistema é política: organizar a sociedade cientificamente com base nos princípios estabelecidos pelas ciências positivas; 2. Em um sentido mais amplo, um tanto vago, o termo ‘positivismo’ designa várias doutrinas filosóficas do século XIX, como as de Stuart Mill, Spencer, Mach e outros, que se caracterizam pela valorização de um modelo empirista e quantitativo, pela defesa da experiência sensível como fonte principal do conhecimento, pela hostilidade em relação ao idealismo, e pela consideração das ciências empírico-formais como paradigmas de cientificidade e modelos para as demais ciências. Contemporaneamente muitas doutrinas filosóficas e científicas são consideradas ‘positivistas’ por possuírem algumas dessas características, tendo este remota adquirido uma conotação negativa nesta aplicação”; cf. John Law (2004: 16), “o positivismo é outro conjunto de tradições estreitamente relacionado que argumenta que as verdades científicas são conjuntos rigorosos de relações lógicas ou leis que descrevem as relações entre descrições empíricas (rigorosas)”.

Pós-modernismo – cf. Albena Yaneva (2022: 10), “O pós-modernismo é uma continuação do modernismo que não acredita mais em seus fundamentos. Sente que algo deu errado na crítica moderna, mas não pode fazer nada além de prolongar essa mesma crítica”; além de acumular os inconvenientes do modernismo não aproveita qualquer de suas vantagens (Yaneva 2022: 17). Segundo Latour (2001), mantém a separação entre natureza e sociedade, humanos e não-humanos, que dela se diferencia por um relativo arrefecimento da confiança e amplitude da razão e de seu papel na ordem política da sociedade.

Possibilidade [Do lat. possibilitate.] S. f. 1. Qualidade de possível.

Possível – 1. Que pode ser, acontecer ou praticar-se. S. m. 2. Aquilo que é possível: 3. Filos. Do ponto de vista lógico, o que não implica contradição. 4. Filos. Do ponto de vista físico, quer o que satisfaz às leis gerais da experiência, quer o que não está em contradição com nenhum fato ou lei empiricamente estabelecida, quer o que é mais ou menos provável. 5. Filos. Do ponto de vista moral, o que não contraria nenhuma norma moral.

Pragmatismo – 1. Doutrina de Charles Sanders Peirce, filósofo americano (1839-1914), cuja tese fundamental é que a ideia que temos de um objeto qualquer nada mais é senão a soma das ideias de todos os efeitos imagináveis atribuídos por nós a esse objeto, que possam ter um efeito prático qualquer; pragmaticismo. 2. Doutrina segundo a qual a verdade duma proposição é uma relação totalmente interior à experiência humana, e o conhecimento é um instrumento a serviço da ação, tendo o pensamento caráter puramente finalístico: a verdade de uma proposição consiste no fato de que ela seja útil, tenha alguma espécie de êxito ou de satisfação. [Cf. ativismo (1), humanismo (1) e naturalismo (5).]

Prática Budista – cf. John Welwood (2003: 35) “busca nos libertar das cinco tendências universais que produzem sofrimento, chamadas *kleshas*-raiz ou venenos: apego, agressão, ignorância, inveja e orgulho”.

Práticas Experimentais [ou de Transformação] – Cf. Vinciane Despret (2011: 51), “encontram seus limites como o fazem todas as práticas que interrogam os vivos dotados de intenção, vivos animados pela questão ‘o que ele quer de mim?’, vivos que não cessam de interpretar as proposições que lhes são feitas: os saberes dela derivados, as alterações propostas tomam o seu significado e valor no interior de um dispositivo*, elas estão ligadas às condições de sua emergência, o que torna mais complicado o processo de generalização e reduz o seu alcance. Nesse sentido, elas pertencem às ciências da contemporaneidade: nelas, os seres jamais são indiferentes às questões que lhes são colocadas, às teorias que guiam essas questões e às produções de existência que essas teorias suscitam. As condições de conhecimento são inextricavelmente condições de existência. A indiferença, que alimenta o sonho de muitos experimentadores querendo ‘fazer ciência’, torna o processo impossível, pelo menos, desinteressante.”

Praxiografia ou **Exercício de filosofia empírica** ou designação utilizada por Annemarie Moll (2002) para os estudos das políticas ontológicas ou dos modos como se produzem as realidades, ou modos de existência das coisas.

Pré-modernista – cf. Latour (2001), exotismo atribuível à invenção da crença por aqueles que não se entusiasma pela modernidade, e que são acusados pelos modernistas de possuir unicamente uma cultura e crenças, mas não conhecimentos a respeito do mundo.

Pregnância – Qualidade que tem uma forma de impregnar o espírito do indivíduo e de ser por ele percebida no processo de gruação de elementos; a força da forma.

Pressuposto – 1. Que se pressupõe. S. m. 2. Pressuposição; conjectura. 3. Desígnio, tenção, projeto. 4. Jur. Circunstância ou fato considerado como antecedente necessário de outro. (conjetura - [Var. de conjectura < lat. conjectura.] S. f. 1. Juízo ou opinião sem fundamento preciso; suposição, hipótese:

Princípio de Simetria Generalizada – cf. Latour, como os humanos e os não-humanos estão interconectados e fazem parte dos coletivos, configurados e redistribuídos em seu todo como redes sociotécnicas, devemos utilizar os mesmos dispositivos para entender tanto a sociedade humana quanto o mundo material (ou das coisas); cf. Albena Yaneva (2022: 11), distinção decorrente do assentamento Natureza-Sociedade, que separa os sujeitos dos objetos; para evitar a irrelevante distinção sujeito-objeto, Bruno Latour sugere utilizar o termo ‘não-humano*’ – que possibilita incluir objetos, animais, divindades, tecnologias, regulamentos, também reconhecendo sua agência na vida social; cf. Yaneva (2022), princípio crucial o argumento de Latour, que implica em, no meio dos acontecimentos, assumir uma posição que permita ao ‘observador’ prestar atenção simultaneamente nos humanos e nos não-humanos, permitindo a proliferação de híbridos, tendo o cuidado de, no primeiro plano, explorar o trabalho de mediação e tradução^[23]; cf. Rodrigo Costa (2019: 50), princípio defendido por Latour, que “sugere que tanto natureza quanto sociedade devem ser explicadas a partir de um quadro comum e geral, em que uma não necessariamente determina a outra”.

²³ Editado a partir da tradução de Claudio Comas Brandão (2023).

Probabilidade – 1. Qualidade do provável. 2. Motivo ou indício que deixa presumir a verdade ou a possibilidade dum fato; verossimilhança. 3. Mat. Número positivo e menor que a unidade, que se associa a um evento aleatório, e que se mede pela frequência relativa da sua ocorrência numa longa sucessão de eventos. Probabilidade complementar. Estat. 1. A probabilidade de um acontecimento não se realizar. Probabilidade composta. Probabilidade termodinâmica. Fís. 1. Número de microestados de um sistema compatíveis com um mesmo macroestado deste sistema.

Probabilidade total – 1. A de um evento aleatório cuja realização é, indiferentemente, a dos eventos de um conjunto determinado.

Problema – 2. Questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento: 3. Proposta duvidosa, que pode ter numerosas soluções. 4. Qualquer questão que dá margem a hesitação ou perplexidade, por difícil de explicar ou de resolver; cf. Latour (2008):

Problematização – cf. Callon (2021 [1986]), primeiro dos quatro momentos de tradução* envolvendo a identificação de um conjunto de atores e a definição das suas identidades, de modo que eles possam estabelecer “para si mesmos um ponto de passagem obrigatório na rede de relacionamentos que construíram”; em de reduzir a investigação a uma formulação simples, a problematização toca em elementos que são parcial e localmente, parte de dois mundos: o social e o natural.

Programa – 1. Escrito ou publicação em que se anunciam e/ou descrevem os pormenores de um espetáculo, festa ou cerimônia, das condições dum concurso, etc. 2. P. ext. Aquilo que se anuncia num programa. 3. Indicação geral da(s) matéria(s) para estudar num curso. 5. Exposição sumária das intenções ou projetos dum indivíduo, dum partido político, duma organização, etc. 6. Plano, intento, projeto. 9. Proc. Dados. Sequência de etapas que devem ser executadas pelo computador para resolver um problema determinado.

Programa Forte em Sociologia do Conhecimento – abordagem dos Estudos da Ciência ou *Science Studies* inspirada nos trabalhos de David Bloor que preconiza que a sociologia deveria abandonar o papel de explicar os fatores externos à ciência e suas falhas eventuais e assumir a responsabilidade de explicar a ciência, as atividades científicas e a natureza do conhecimento científico, uma vez que conhecimento e ciência são provenientes de causas sociais (Tozzini 2020).

Programação Arquitetônica – cf. Sanoff (1977; 1978) etapa do processo projetual envolvendo os usuários no processo de decisão para garantir que seus desejos, necessidades e valores sejam levados em consideração. O autor considera que o processo projetual deve procurar unir os métodos tradicionais, baseados na intuição e na experiência, com um processo lógico e rigoroso de raciocínio, demodo a absorver o melhor de cada um dos dois lados.

Projetar – em arquitetura, designação utilizada a partir do Renascimento para o processo de concepção de um plano, esboço ou risco de obra a se realizar no futuro que, a partir do pensamento moderno, enfatiza o entendimento de que um projeto possa antecipar ou prever todas as demandas técnicas e ofícios necessários para sua execução, diminuindo ou até mesmo eliminando a possibilidade de improviso. Apesar dos esforços recentes para racionalizar os procedimentos profissionais utilizando os métodos da ciência – que se baseia no entendimento de princípios, leis, regras ou estruturas necessariamente incorporadas em assuntos existentes – para explorar soluções simultâneas combinando empatia, criatividade e razão evidencia, os métodos de projeto “não tem qualquer objeto especial além daquilo que um projetista concebe que seja” (Buchanan 1992: 16); segundo esse autor, o projeto se configura como um problema que pensa o singular e focaliza soluções a partir de um objetivo inicial. Mas na atualidade a natureza do processo projetual esbarra na formação estética, social e tecnológica dos projetistas, que resulta em um entendimento equivocado da tecnologia em termos de coisas, máquinas e seus produtos, esquecendo-se de tratá-la como uma atividade humana. Esse equívoco dificulta a comunicação dos projetistas, que trabalham com a interligação do conhecimento teórico e prático de outras áreas para propor soluções adequadas para a qualidade de vida nos assentamentos humanos e para a gestão do meio ambiente e dos recursos naturais.

ProjetarCOM – quando associado a tradução de Bruno Latour (2008) as *proposições* de um *projetar articulado* são influenciadas ou postas em movimento por outras entidades cujas diferenças inesperadas

são registradas de outras maneiras; por se tratar apenas de *pro-posição* ou *com-posição*, um projeto não tem uma autoridade definitiva; em alinhamento com o *pesquisarCOM** (Moraes 2010), Rodrigo Costa (2019) o incorporar a expressão em maiúsculas “COM” retira do arquiteto a totalidade da origem das ações e enfatiza a agência de outros atores: com isso, projetar é entendido como um processo articulado, afetado ou influenciado por uma pluralidade de *outros* conhecimentos além daqueles específicos da arquitetura, que implica em projetar junto *COM o outro* e não *PARA o outro*; assim a capacidade de articulação dá origem a um processo coletivo que se desloca no sentido contrário ao da crença na individualidade da criação dos projetos de arquitetura, e se configura como um corpo sensível à experiência do outro.

Projeto – cf. Houaiss, Villar, Mello Franco (2009) plano geral de edificação; intendo, desígnio ou esquema em torno de uma ideia, ou processo para executar ou realizar algo, no futuro;.

Propedêutica – 1. Introdução, prolegômenos, de uma ciência; ciência preliminar. 2. Conjunto de estudos que antecedem, como um estágio preparatório, os cursos superiores.

Propedêutico – 1. Que serve de introdução; preliminar. 2. Que prepara para receber ensino mais completo.

Proposição – cf. Latour (2004: 383-384), diferentemente do seu sentido usual da filosofia da linguagem, de um enunciado que pode ser verdadeiro ou falso, o utiliza “em um sentido metafísico para designar, não um ser do mundo ou uma forma linguística, mas uma associação de humanos e não-humanos, antes que ela se torne um membro afastado do coletivo inteiro, uma essência* instituída. Em vez de ser verdadeira ou falsa, ela é bem ou mal articulada. Ao contrário dos enunciados, as proposições insistem na dinâmica do coletivo à procura da boa articulação, do bom cosmo*. Para evitar repetições, às vezes dizemos entidades ou coisas*”.

Psicogeografia do lugar – na Teoria da Deriva, a psicogeografia do lugar é constituída pelo relevo das cidades com correntes, pontos fixos e turbilhões e que relata as emoções do observador de um percurso qualquer.

Qualidade do lugar – [ver Performance do Lugar*] cf. del Rio (2001), principal atributo ou conjunto de atributos de um ambiente construído que atrai as pessoas, sejam elas moradores, usuários ou visitantes. Numa cidade, a qualidade do lugar determina preferências e expectativas, atribuições variadas, inserções em guias turísticos, valorizações fundiárias e comerciais. O autor também observa que o ser humano sempre atentou para a qualidade dos lugares e, desde a antiguidade, busca explicações mágicas ou científicas. Segundo Norberg-Schulz (1979), os antigos romanos acreditavam que todo lugar era possuído por um *genius loci* espírito próprio que o animava e protegia – que representava a energia, o princípio de unidade e a continuidade do lugar. A dificuldade de explicar a qualidade do lugar em toda a sua plenitude levou Christopher Alexander (1979) a designá-la *qualidade sem nome*. Essa mesma dificuldade levou o grupo ProLUGAR a adotar as designações *urbanidade** ou *lugares em ação**, entendendo que os lugares, ruas, edifícios e ambientes não têm uma qualidade preexistente. Seus múltiplos processos emergem de associações (Fárias 2010) continuamente produzidas pela justaposição de materiais ou eventos heterogêneos, cuja tensão oscila entre os opostos *urbanidade-desurbanidade*, em função da natureza das dinâmicas que resultam das associações e das ações que não refletem diretamente a intencionalidade de um ou mais atores sociais, mas sim o movimento da agência distribuída de um coletivo que “faz-fazer”.

Quase-tecnologias - cf. Guggenheim (2010) são objetos que, dependendo de quem e como os está utilizando, às vezes são tecnologias e outras vezes não,. Em algum momento e sob certas circunstâncias, como tipos de construção, os edifícios funcionam adequadamente como atores-rede de caixas pretas, onde um ator (o arquiteto) controla a rede. Mas isso pode mudar rapidamente e o edifício perde suas propriedades de caixa preta. As quase-tecnologias dependem muito menos da pré-programação de projetistas e inventores do que outras tecnologias. O conceito de quase-tecnologias nos permite olhar para objetos não apenas da perspectiva de como eles são transformados em tecnologias ou caixas pretas, mas como eles são feitos para não agir ao mesmo tempo. O conceito de quase-tecnologias nos pede para olhar para aqueles procedimentos e circunstâncias que transformam objetos em tecnologias e aqueles que os transformam em meros materiais. Diferente do que a ANT clássica proporia, tal transformação de

um objeto em tecnologia ou meramente material não está necessariamente relacionada à criação de redes longas envolvendo muitos actantes e muito trabalho. Às vezes é uma questão de uma única sentença.

Questão de Interesse [Matters of Concern] – cf. Bruno Latour (2008a), considerando a aparente incomensurabilidade dos modos de ação dos *objetos* com os vínculos sociais concebidos da forma tradicional, a palavra *objeto* deveria ser substituída por *questão de interesse*. Segundo Latour (2019), o *interesse* surge de repente, entrelaçando pessoas e bens e ele tanto pode vir do indivíduo, do objeto ou da influência do meio. E essas longas listas de coisas interessantes nos fazem agir. O autor também observa que a etimologia do *interesse* o situa como mediador entre duas entidades que, antes dele, desconheciam seus vínculos; cf. Isabelle Stengers (2023: 24-25) termo feliz cunhado por Bruno Latour que, ao contrário das “questões de fato”, “pede ... que nós pensemos, hesitemos, imaginemos, tomemos posição”, ou seja, que se refere às “situações experimentais, reconstruídas ou não, ... muito diferentes daquelas que nos confrontamos enquanto cidadãos”.

Racionalidade – cf. Isabelle Stengers (2023: 17-18) “uma outra racionalidade é possível e ela responderia a uma outra definição da racionalidade ... [que] ... no que diz respeito às ciências, ... exigiria, por exemplo, uma avaliação – feita não apenas por pares, mas também por outros igualmente preocupados – daquilo que um pesquisador aprendeu com as hesitações e testes que encontrou quando deixou o espaço seguro de sua disciplina; ... Ela exigiria uma rede de publicações em que essas aprendizagens ... não seriam tratadas como avanços, mas sim como experiências de aprendizagem sempre situadas. ... E exigiria ainda, sem dúvidas, que as ciências rompessem os laços privilegiados que foram tecidos, sob o signo do progresso, com as razões do Estado nacional ou supranacional e das empresas. Pois são as razões desses aliados tradicionais das ciências desde o século XIX que privilegiam a ontologia dualista das ciências mobilizadas. O que interessa a esses aliados, acima de tudo, é o poder conferido pela escalabilidade: fazer produzir e fazer calar”. Em sua argumentação em favor de uma *outra ciência* que “exige a rebelião contra o conjunto dos meios pelos quais as instituições atuais desencorajam estudantes e pesquisadores a fazer “más perguntas”, perguntas que não fazem “avançar o conhecimento” porque questionam o sentido do que lhes foi ensinado, do que é privilegiado, do que é negligenciado ou desprezado” Isabelle Stengers (2023: 17) aposta em uma ciência plural que não separe os humanos do mundo, e que responde a uma outra definição de “racionalidade”:

será chamado de racional aquilo que vise entender o que uma situação exige e a se tornar capaz de responder a essa exigência. Desse modo, no que diz respeito às ciências, a racionalidade exigiria, por exemplo, uma avaliação – feita não apenas por pares, mas também por outros igualmente preocupados – daquilo que um pesquisador aprendeu com as hesitações e testes que encontrou quando deixou o espaço seguro de sua disciplina. Ela exigiria uma rede de publicação em que essas aprendizagens fossem relatadas e pudessem ser discutidas e citadas da mesma maneira como são relatados, discutidos e citados os resultados de uma pesquisa clássica que só interessa à disciplina; elas não seriam tratadas como avanços, mas sim como experiências de aprendizagem sempre situadas. Ela exigiria que os *experts* reencontrassem o que esse termo significa em sua origem: pessoa com experiência, capaz de transmitir o que aprendeu dessa experiência. E exigiria ainda, sem dúvidas, que as ciências rompessem os laços privilegiados que foram tecidos, sob o signo do progresso, com as razões do Estado nacional ou supranacional e das empresas. Pois são as razões desses aliados tradicionais das ciências desde o século XIX que privilegiam a ontologia dualista das ciências mobilizadas. O que interessa a esses aliados, acima de tudo, é o poder conferido pela escalabilidade: fazer produzir e fazer calar (Stengers 2023: 18).

Racionalismo – 1. Método de observar as coisas baseado exclusivamente na razão, considerada como única autoridade quanto à maneira de pensar e/ou de agir. 2. Atividade do espírito de caráter puramente especulativo. 3. Filo. Doutrina segundo a qual nada existe que não tenha uma razão de ser, de tal modo que, de direito, nada existe que não seja inteligível. 4. Filo. Doutrina segundo a qual todo conhecimento verdadeiro é consequência necessária de princípios irrecusáveis a priori e evidentes. 5. Filo. Segundo Kant [v. kantismo], doutrina que afirma que a experiência só é possível para um espírito que disponha de um sistema de princípios universais e necessários que organizem os dados empíricos. 6. Filo. Crença na razão e na evidência das demonstrações. [Opõe-se a empirismo (1).]

Racionalizado – 1. Que sofreu racionalização.

Racionalizar^[24] – V. t. d. 1. Tornar racional. 2. Tornar reflexivo; inclinar à reflexão: 3. Tornar mais eficientes os processos de (o trabalho industrial, agrícola, etc., ou a organização de empreendimentos, planos, etc.), pelo emprego de métodos científicos: 4. Eliminar os radicais de (uma expressão algébrica). 5. Elaborar (raciocínio) sobre falsas razões.

Rastros (deixados pela formação de grupos) – em lugar de sustentar que é possível chegar a saber se a sociedade “realmente” está composta de pequenos agentes individuais ou de imensos macroatores, ou que se tudo vale é possível eleger um candidato favorito segundo o capricho de cada um, a ANT possibilita uma conclusão relativista (científica) de que essas controvérsias garantem um recurso essencial para o analista tornar rastreáveis as conexões sociais; a ANT sustenta que a relação relativista entre marcos de referência oferece uma fonte de juízo objetivo mais refinada do que a configuração absoluta (arbitrária) sugerida pelo senso comum; a “ANT não considera como sua a tarefa de estabilizar o social em nome das pessoas que estuda; tal deve se deixar inteiramente aos ‘próprios atores’, um clichê muito insultado que revisaremos no devido momento” (Latour 2008: 52). Ao substituir a tarefa impossível de listar os agregados sociais pela tarefa bem mais simples de listar os elementos sempre presentes nas *controvérsias* sobre a formação de grupos, nas quais alguns rastros que sempre estão presentes (Latour 2008a):

- (1) para delinear um grupo criado do zero ou simplesmente atualizado, são necessários porta-vozes que recordem o quanto de trabalho foi necessário para que cada indivíduo pudesse “tomar sua vida em suas próprias mãos”; que “façam a favor da” existência do grupo, que justifiquem a existência do grupo, invocando regras e precedentes; os grupos não são coisas silenciosas que existem “por si mesmos”;
- (2) traçar ou retrazar as fronteiras de um grupo demanda muito trabalho para qualificar outros grupos (como vazios, arcaicos, perigosos, obsoletos, etc.); qualquer vínculo se destaca sempre por comparação com outros vínculos rivais; como os atores estão sempre ocupados em definir o mapa do “contexto social” em que os grupos estão situados, *não* é recomendável que o analista defina previamente que tipo de assemblagem social pode definir o contexto para todos esses mapas; são os atores que fazem a sociologia para os sociólogos e os sociólogos aprendem com eles o que compõe seu conjunto de associações; essa versão panorâmica possibilita que os cientistas façam “reflexivamente” o que os informantes fazem inconscientemente;
- (3) quando os grupos se formam ou redistribuem, seus porta-vozes buscam maneiras de *de-fini-los*, marcando, delineando ou tornando suas fronteiras fixas e duráveis;
- (4) entre os porta-vozes que possibilitam a definição durável dos grupos devemos incluir os cientistas sociais, as ciências sociais, a estatística social e o periodismo social; para os sociólogos das associações, todo estudo de grupo levado a cabo por cientista social é parte inevitável do que faz existir, durar, decompor ou desaparecer um ou mais grupos; como os cientistas são “membros sociais” e têm dificuldade para “extrair-se” dos vínculos de suas próprias “categorias sociais”, expandir o social demanda igualmente todas as mãos. Somente ao final é possível entender as consequências desta igualdade fundamental. Segundo Latour (2008a) a possibilidade de aprender a rastrear muitas relações sociais é uma vantagem muito parcial da ANT que, por um lado, nos liberta de uma tarefa impossível que nos fez avançar com mais lentidão, por outro, nos obriga a considerar mais cartografias contraditórias do social do que o desejado e isso nos faz avançar com muito mais lentidão.

Razão – faculdade dos humanos de avaliar ou julgar com inteligência, prudência e bom senso, raciocinar, ponderar e fundamentar ações, atitudes ou pontos de vista; cf. Antônio Houaiss et al (2009: 1615), “12. Filos. Sistema de princípios a priori cuja verdade não depende da experiência; ... 14. Filos. Princípio de explicação: o que dá conta de um efeito. 15. Mat. Quociente de dois números. 16. Mat. Diferença entre os termos consecutivos de uma progressão aritmética. Geom. 1. O quociente constante das dimensões das linhas correspondentes de duas figuras semelhantes ...”; cf. Edgar Morin (1996: 112), “a razão [...] é

²⁴ Cf. Edgar Morin (1996: 112), “a racionalização, apesar de desmentidora, tem os mesmos ingredientes da razão”. Segundo o autor, a “verdadeira racionalidade se manifesta na luta contra a racionalização” (MORIN 1996: 112).

lógica fechada e desmentidora, que julga poder aplicar-se ao real, quando o real se recusa a aplicar-se a essa lógica, é negado ou então submetido a ferros para que obedeça; é o sistema de campo de concentração”. Para o autor, a razão deve estar aberta e aceita, e reconhecer no universo, a presença do não racionalizável, ou seja, o desconhecido ou o mistério.;

Razão prática – cf. Antônio Houaiss et al (2009: 1615), “Filos. 1. Segundo Kant [V. kantismo.], a razão que se aplica à determinação da vontade. **Razão pura**. Filos. 1. Segundo Kant [V. kantismo.], quer a faculdade superior de conhecimento que se opõe à faculdade empírica, à intuição, quer a faculdade superior que produz as ideias de Alma, Mundo e Deus”.

Realidade – cf. Michel Callon (2021 [1986]), um processo que, a exemplo de um composto químico, passa por sucessivos estados. Cf. Annemarie Mol (2008) em sua dimensão ontológica a “realidade” é localizada histórica, cultural e materialmente e, por isso, também é múltipla e sua multiplicidade não deve ser confundida com pluralismo; Cf. Pedro (2010: 85), ela “tem a ver com trabalho, com a construção de um mundo comum, que se configura como algo a se atingir no futuro, e não como o que já está dado como nosso passado”. Cf. Isabelle Stengers (2002), a realidade tem o poder de manter junto uma multiplicidade *heterogênea* de práticas que testemunham de modos diferentes a existência daquilo que as mantém unidas.

Realidades Múltiplas – cf. Annemarie Mol (2008), a ideia de realidades múltiplas, de realidade como performance se afasta tanto “o” “pluralismo” – que mantém “a” realidade única mas multiplica os olhares sobre ela – presente no “perspectivismo” quanto nas “histórias de construção”. Um único objeto e suas várias visões possíveis, todas elas excludentes das demais. Já as histórias construtivistas multiplicam as realidades no passado, descrevendo como se chegou a uma única realidade presente. As alternativas apresentam-se sempre em outro tempo, distante daquele que nos encontramos hoje em dia (Castro 2013). Cf. Law (2004), julgar se as realidades – que são fluidas, fracionadas, múltiplas, indefinidas e ativas – são boas ou não, deve ser circunstancial: não existe regra geral, uma vez que elas não são bens políticos em si mesmas

Realpolitik – cf. Latour (2005: 14-15), palavra utilizada na língua alemã “para descrever uma maneira positiva, materialista, sensata, apenas de interesse e prática de lidar com relações de poder nuas. Embora na época de Bismarck essa ‘realidade’ pudesse parecer uma mudança bem-vinda depois dos cruéis idealismos que pretendia substituir, ela nos parece agora profundamente irrealista. Em geral, invocar o ‘realismo’ ao falar de política é algo que não se deve fazer sem tremer e tremer. A bela palavra ‘realidade’ foi condenada pelos muitos crimes cometidos em seu nome ... A hipótese geral é tão simples que pode parecer trivial – mas ser trivial pode fazer parte do que é se tornar um ‘realista’ na política. Podemos estar mais ligados uns aos outros por nossas preocupações, nossos assuntos de preocupação, as questões que cuidamos, do que por qualquer outro conjunto de valores, opiniões, atitudes ou princípios. O experimento é certamente fácil de fazer. [...] Basta ir na sua cabeça sobre qualquer conjunto de questões contemporâneas: a entrada da Turquia na União Europeia, o véu islâmico na França, a disseminação de organismos geneticamente modificados no Brasil, a poluição do rio perto de sua casa, a quebra das geleiras da Groenlândia, o retorno reduzido de seus fundos de pensão, o fechamento da fábrica de sua filha, os reparos a serem feitos em seu apartamento, a ascensão e quedadas opções de ações, a mais recente decapitação por fanáticos em Falluja, a última eleição americana. Para cada um desses objetos, você vê neles um conjunto diferente de paixões, indignações, opiniões, bem como um conjunto diferente de partes interessadas e diferentes formas de realizar sua resolução parcial”.

Recalcitrância – se refere à intenção de demonstrar resistência para obedecer ou cumprir ordens de autoridade competente ou de outra pessoa a que se deve subordinação. Nos estudos CTS e na ANT, recalcitrância tem sido explorada como uma consequência natural da *Proposição Cosmopolítica* de Isabelle Stengers e do entendimento latouriano do corpo como interface que aprende. Em uma abordagem alinhada com uma epistemologia política alternativa como a proposta por Isabelle Stengers, Bruno Latour destaca que no termo ‘científico’ o que importa é sua raridade, sua originalidade, seu interesse, sua postura arriscada na busca do pesquisador pela maximização da recalcitrância nos agentes investigados. Ele também observa que “as ciências humanas tem descoberto a recalcitrância dos objetos no dia após dia, nos fracassos dos laboratórios” (Latour 2004: 281-282 - texto da nota de rodapé 48). Ao

refletir sobre os efeitos da recalcitrância na definição dos objetos numa abordagem não moderna que enfatiza as articulações sempre redefinidas em redes instáveis, enquanto uma abordagem moderna enfatiza os objetos passíveis de serem dominados, Ronald Arendt sugere que na abordagem não moderna, a "recalcitrância do objeto será uma questão de não domínio, enquanto desconsideração, por parte do agente quanto às teorias que pretendem encaixá-lo num referencial interpretativo estável" (Arendt 2008: 3); cf. Latour (2008b: 50) "atores se definem antes de tudo como obstáculos, escândalos, como aquilo que suspende o domínio, como aquilo que incomoda a dominação, como aquilo que interrompe o fechamento e a composição do coletivo. [...] É pela noção de recalcitrância que convém principalmente definir sua ação. Crer que os não-humanos se definam pela estrita obediência às leis da causalidade, é não ter nunca seguido a lenta montagem de uma experiência de laboratório. Crer, ao inverso, que os humanos se definam logo pela liberdade, é não ter jamais medido a facilidade com que eles se calam e obedecem, e a convivência que eles têm com este papel de objeto ao qual queremos, tão frequentemente, reduzi-los. Em complemento, Arendt (2008) discute o entendimento de recalcitrância e avalia a medida desse "escândalo" e o significado do "incômodo" suscitado pelos atores.

Redes Sociotécnicas – redes formadas por múltiplas conexões ou associações envolvendo os diferentes atores humanos e não-humanos – ou actantes. As redes *sociotécnicas* não fazem referência a uma unidade pronta, mas a um meio para reassociar os atores (Latour 2012), o que implica em não partir de hipóteses ou ideias preestabelecidas – que interferem no olhar do observador, modificando seus relatos e sua percepção. Cf Latour (1999), na ANT* o entendimento de rede significa transporte instantâneo, sem deformação; acesso imediato a cada parte de informação e possibilita relacionar a história social e a história das coisas da natureza (humanos + não humanos); romper as dicotomias entre natureza e sociedade, contexto de descoberta e contexto da justificação, interior e exterior, centro e periferia; compreender os conhecimentos tecnocientíficos como efeitos de uma multiplicidade de interações sociais e técnicas; desenvolver um modelo diferente sobre a descoberta e a invenção. A natureza torna-se o fato socialmente construído. A criação, um fenômeno coletivo e material e não o fruto de ideias geniais ou de processos cognitivos específicos. A novidade é um resultado e não uma qualidade inscrita nos dados de partida. O motor da descoberta não está nem na cabeça dos indivíduos, nem nos critérios sociais estabelecidos: ele está distribuído num coletivo (Machado, 2003); cf. Anna Tsing (2024: 69 nota de rodapé 14), "cadeia de associações que estrutura outras associações".

Referência Circulante; Referência; Referente – cf. Bruno Latour (2001: 354), "termos da linguística e da filosofia usados para definir, não a cenografia das palavras e do mundo, mas as inúmeras práticas que acabam por articular proposições*. 'Referência' não designa um referente externo sem significação [*meaningless*] (isto é, literalmente, sem meios [*means*] de completar seu movimento), mas a qualidade da cadeia de transformações, a viabilidade de sua circulação".

Referente Interno – ch. Bruno Latour (2001: 354), "é um termo da semiótica para descrever os elementos que produzem, entre os diferentes níveis semânticos de um texto, a mesma diferença produzida entre um texto e o mundo exterior. Prende-se à noção de deslocamento*."

Relatividade – cf. Houaiss (2009), 1. Qualidade do que é relativo. Cf. Japiassú e Marcondes (1996), Teoria da Relatividade – *relatividade estrita* formulada por Einstein (1905) e ampliada *relatividade generalizada* (1913) – afirma que não existe um sistema fixo e universal em relação ao qual podemos medir um movimento. O movimento é sempre relativo a um ponto de referência. Neste sentido, "a totalidade dos fenômenos físicos é de tal caráter, que não oferece base para se introduzir o conceito de movimento absoluto" (Einstein).

Relativismo – cf. Houaiss (2009), 1. Qualidade do que é relativo; 2. Fil. Ponto de vista epistemológico (adotado, pelo *ceticismo*, *pragmatismo*, etc., que a firma a relatividade do conhecimento humano e a incognoscibilidade do absoluto e da verdade, em razão de fatores aleatórios e/ou subjetivos (tais como interesses, contextos históricos, etc.), inerentes ao processo cognitivo. 3. Ét. Doutrina segundo a qual os valores morais não apresentam validade universal e absoluta, diversificando-se ao sabor de circunstâncias históricas, políticas e culturais. Cf. Japiassú & Marcondes (1996: 233-234), *Relativismo científico* é a atitude daquele que considera que, nas ciências, não existe verdade definitiva, pois deve constituir uma aproximação progressiva, uma construção inteligível do mundo sempre aproximada. Cf. Latour (2001), termo que não se refere à discussão da incomensurabilidade dos pontos de vista - que deveria chamar-se

absolutismo -, mas unicamente ao processo mundano pelo qual são estabelecidas relações entre pontos de vista mediados por instrumentos. Assim, insistir no relativismo, em vez de enfraquecer as conexões entre as entidades, multiplica os caminhos que nos possibilitam mudar de perspectiva. Cf. Deleuze (1991), *relativismo* não se ocupa com a relatividade da verdade, mas com a verdade da relação.

Relevância – costuma ser entendida como qualidade importante, , proeminência, relevância ou conveniência; nos sistemas de natureza complexa ou nebulosa (*fuzzy*), a relevância indica a significância que assumem determinados resultados modelados segundo a lógica da matemática clássica (*crisp*); mas Pedro Demo (1995) observa que mesmo sendo formalmente aceita como perfeita, “porque atende a todos os ritos e exigências acadêmicos e demonstra domínio instrumental metodológico e teórico, uma tese pode não ser relevante por não explorar um problema importante para a sociedade.

Representação – Operação pela qual a mente tem presente em si mesma uma imagem mental, uma ideia ou um conceito correspondendo a um objeto externo. A função de representação é exatamente a de tornar presente à consciência a realidade externa, tornando-a um objeto da consciência, e estabelecendo assim a relação entre a consciência e o real. A noção de representação geralmente define-se por analogia com a visão e com o ato de formar uma imagem de algo, tratando-se no caso de uma “imagem não-sensível, não-visual”. Essa noção tem um papel central no pensamento moderno, sobretudo no *racionalismo cartesiano e na filosofia da consciência. Sob vários aspectos, entretanto, a relação de representação parece problemática, sendo por vezes entendida como uma relação casual entre o objeto externo e a consciência, por vezes como uma relação de correspondência ou semelhança. A principal dificuldade parece ser o pressuposto de que a consciência seria incapaz de apreender diretamente o objeto externo. (Japiassú; Marcondes 1996: 235); a ideia de representação presente nos estudos das relações pessoa-ambiente implica no entendimento de um mundo pré-determinado e incompleto, uma vez que deixa de fora justamente a possibilidade de formular questões relacionadas com a experiência que é produzida nestas relações. A noção de representação, entendida como constructo pelos cognitivistas – que subentende a possibilidade de construir ou representar o mundo de determinada forma, como um padrão ou sistema que age com base em imagens mentais internas, independentes do mundo vivido – é questionada pela proposta performativa da cognição (Varela et al 2003). Em lugar da *representação*, a abordagem experiencial trabalha com a *interpretação*. Cf. Law (2004), uma versão fabricada da presença condensada que representa e re-performa a ausência manifesta, enquanto afirma ou insinua que suas representações são expressões relativamente diretas de ausência manifesta. Ver método da assemblagem.

Representação mental – cf. António Damásio (1996: 259), resposta construída pelo cérebro humano para descrever uma determinada situação e os movimentos formulados como resposta a esta situação, que dependem de interações mútuas cérebro-corpo. Nas abordagens performativa e experiencial da cognição experiencial ou dos estudos ciência-tecnologia-sociedade (CTS)* e da teoria ator-rede (ANT)*, essa resposta ou ideia é imperfeita e incompleta para caracterizar as relações que se produzem entre os corpos, objetos e ambiente nos coletivos ou redes sociotécnicas, uma vez que além de não serem simples coadjuvantes, todos eles são atores (na verdade, actantes*) que se coproduzem cotidianamente.

Requalificação – atribuição de uma nova qualidade ao ambiente ou de intervenções de diferentes naturezas que conferem uma nova qualidade urbana.

Retórica – [Do gr. *rhetoriké* (subentende-se '*téchne*'), 'a Arte da retórica', pelo lat. *rhetorica*.] S. f. 1. Eloquência (4); oratória. 2. Conjunto de regras relativas à eloquência (4). 3. Tratado que encerra essas regras. 4. Adornos empoados ou pomposos de um discurso. 5. Discurso de forma primorosa, porém vazio de conteúdo. [Cf. *retorica*, do v. *retoricar*.]

Rizoma – cf. Deleuze e Guattari (1980: 31), “Diferentemente das árvores ou suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria (n+1). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e

transborda.”

Ruína – cf. Anna Tsing (2023: 7), “as paisagens globais de hoje estão repletas desse tipo de ruína. Ainda assim, esses lugares podem ser animados apesar dos anúncios de sua morte; campos de atóvica abandonados às vezes geram novas vidas multiespécies e multiculturais. Em um estado global de precariedade, não temos outras opções além de procurar vida nessa ruína”.

Ruralidades – (no plural) podem ser entendidas como qualidades de qualquer região geográfica não urbana, não-urbanizável, de expansão urbana ou destinada à limitação do crescimento urbano, em geral utilizada para atividades agropecuárias, agroindustriais, extrativismo, silvicultura, e/ou conservação ambiental, que de um modo geral se caracterizam por uma baixa densidade de população e pequenos assentamentos, tradicionalmente utilizadas para a agricultura ou pecuária, na atualidade grandes superfícies podem estar protegidas como área de conservação (da flora, fauna ou outros recursos naturais), terras indígenas, reservas extrativistas, ou ter outra importância para a economia — como é o caso do turismo rural e do ecoturismo (Wikipedia).

Selvático – cf. Rocha (2019), termo vindo do humanismo que designa aquele que habita a selva ou vive longe da civilização; contemporaneamente vem sendo utilizado pelo grupo *Stalker* para designar aquele território abandonado que atravessa a cidade e o urbanismo em sua busca para reconstruir a noção de “paisagem” a partir de espaços gerados pela comunidade, em reações não-lineares e espontâneas que podem fazer surgir ecossistemas evoluídos.

Senso comum – Filos. 1. Conjunto de opiniões tão geralmente aceitas em época determinada que as opiniões contrárias aparecem como aberrações individuais. [Cf. bom senso.] Bom senso. Filos. 1. Faculdade de discernir entre o verdadeiro e o falso. [Cf. senso comum.] 2. Aplicação correta da razão para julgar ou raciocinar em cada caso particular da vida. Cf. Paulo Freire (1996), saber feito de pura experiência. Cf. Demo (1995), o senso comum é marcado pela falta de profundidade, de rigor lógico, de espírito crítico, mas não possui apenas o lado negativo, a começar por ser o saber comum que organiza o cotidiano da maioria. Cf. Boaventura Santos (1995), é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é interdisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir, reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico emetafórico; não ensina, Persuade.

Sentir – cf. John Welwood (2003: 32), “é responder com o corpo ao mundo que nos cerca. A sensação ocorre o tempo todo, mesmo que a gente não preste atenção”.

Silogismo – cf. Houaiss; Villar (2009), [Do gr. syllogismós, 'argumento', pelo lat. syllogismu.] S. m. Lóg. 1. Dedução formal tal que, postas duas proposições, chamadas premissas, delas se tira uma terceira, nelas logicamente implicada, chamada conclusão. Apodíctico. Lóg. 1. Aquele cujas premissas são verdadeiras; silogismo demonstrativo. Categórico. Lóg. 1. Silogismo composto de três juízos categóricos. Crítico. Filos. 1. Sofisma. Dialético. Lóg. 1. Segundo Aristóteles [V. aristotelismo.], aquele cujas premissas são prováveis (epiquerema). Disjuntivo. Lóg. 1. O que tem como premissa maior uma proposição disjuntiva. Erístico. Lóg. 1. Sofisma. Hipotético. Lóg. 1. Silogismo que tem ao menos uma premissa hipotética (Houaiss 2009). **Simulação** – cf. Stengers (2002: 164), “a força do computador como instrumento de simulação faz surgir, entre os cientistas o que poderíamos chamar de 'novos sofistas', pesquisadores cujo compromisso não remete mais a uma verdade que calaria as ficções, e sim à possibilidade, seja qual foro fenômeno, de contruir a ficção matemática que o reproduz”. Segundo a autora, a simulação demanda uma 'ética' que dê conta do modo pelo qual um programa 'adultera' as leis ao mesmo tempo em que questione o comprometimento mútuo entre conduta, verdade e realidade.

Simulador – Cf. Stengers (20'2), pode ser considerado um 'roteirista' que coloca em cena uma multiplicidade *heterogênea* de elementos, que define um modo temporal de narrativa sobre como esses elementos atuam juntos que passam a ser imaginados como a 'explicação' de um processo e as põe à prova. Segundo a autora cabe ao simulador enfrentar a questão ética relacionada com uma cena

inteiramente definida em termos de representações que não podem ser confundidas com acontecimentos.

Sistema – [Do gr. *systema*, 'reunião, grupo', pelo lat. *systema*.] S. m. 1. Conjunto de elementos, materiais ou ideais, entre os quais se possa encontrar ou definir alguma relação (5). 2. Disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, e que funcionam como estrutura organizada: 3. Reunião de elementos naturais da mesma espécie, que constituem um conjunto intimamente relacionado: 4. O conjunto das instituições políticas e/ou sociais, e dos métodos por elas adotados, encarados quer do ponto de vista teórico, quer do de sua aplicação prática: 5. Reunião coordenada e lógica de princípios ou ideias relacionadas de modo que abranjam um campo do conhecimento: 6. Conjunto ordenado de meios de ação ou de ideias, tendente a um resultado; plano, método: 7. Técnica ou método empregado para um fim precípuo: 8. Modo, maneira, forma, jeito: 9. Complexo de regras ou normas: 10. Qualquer método ou plano especialmente destinado a marcar, medir alguma coisa: 14. Comun. Conjunto particular de instrumentos e convenções adotados com o fim de dar uma informação: 15. Fís. Parte limitada do Universo, sujeita à observação imediata ou mediata, e que, em geral, pode caracterizar-se por um conjunto finito de variáveis associadas a grandezas físicas que a identificam univocamente. Sistema binário. Mat. 1. Importante sistema de numeração, utilizado na tecnologia dos computadores, no qual a base é dois, e que só tem dois algarismos: o zero e o um. Sistema cartesiano. Geom. Anal. 1. Sistema de coordenadas, em que estas são cartesianas. Sistema conservativo. Fís. 1. Aquele em que não há dissipação de energia sob forma térmica. Sistema de coordenadas. Geom. Anal. 1. Conjunto de n números que determinam univocamente a posição de um ponto num espaço n -dimensional. Sistema dissipativo. Fís. 1. Aquele em que ocorre dissipação de energia sob forma térmica. Sistema duodecimal. Mat. 1. Sistema de numeração em que a base é doze. Sistema especialista. Proc. Dados. 1. Novo sistema de computação que retém uma fração significativa do conhecimento de um especialista em uma determinada área, e que pode utilizar este conhecimento para sugerir conclusões às quais o especialista chegaria, se ambos fossem confrontados com os mesmos problemas. Sistema fechado. Fís. 1. Aquele que pode trocar energia com o exterior, mas cujas paredes ou fronteiras não permitem a passagem de substâncias materiais. Sistema geocêntrico. Astr. 1. Sistema cosmológico que admitia ser a Terra o centro do Universo, em torno da qual giravam todos os astros. [Cf. sistema ptolomaico.] Sistema heliocêntrico. Astr. 1. Sistema cosmológico que admite ser o Sol o centro do Universo, girando em torno dele os astros do sistema solar. [Cf. sistema copernicano e sistema kepleriano.] Sistema indeterminado. Álgebra. 1. Sistema de equações que admite uma infinidade de soluções. Sistema internacional de unidades. 1. Sistema de unidades de medida baseado em seis unidades fundamentais: o metro, unidade de comprimento; o quilograma, unidade de massa; o segundo, unidade de tempo; o ampère, unidade de corrente elétrica; o kelvin, unidade de temperatura termodinâmica; e a candela, unidade de intensidade luminosa. Sistema racionalizado. Fís. 1. Sistema de unidades de medidas elétricas e magnéticas, derivado do sistema métrico e no qual as unidades destes aparecem multiplicadas por potências apropriadas de 4 < com o objetivo de tornar mais simples ou mais simétricas algumas expressões teóricas.

Sistema de Geração – cf. Latour (2020b: 99-100), "coloca em confronto agentes, atores e seres animados com capacidades de reação distintas. Ele não procede segundo a mesma noção de materialidade, não possui a mesma epistemologia e não leva às mesmas políticas que o outro. Isto porque ele não se interessa em produzir bens para os humanos a partir de recursos, mas em *gerar* os terrestres – todos os terrestres, e não apenas os humanos. Ele se baseia na ideia de cultivar vínculos, operações que são ainda mais difíceis porque os seres animados não são limitados por fronteiras e não param de se sobrepor, de se emaranhar uns nos outros".

Sistema de Produção – cf. Latour (2020b: 99) "se baseava numa certa concepção da natureza, do materialismo e do papel das ciências; ele atribuía outra função à política e se apoiava numa divisão entre os atores humanos e seus recursos. Seu alicerce era a ideia de que a liberdade dos humanos se desdobrava num cenário natural, onde era possível definir os limites precisos de cada propriedade".

Sociabilidade Mais que Humana – ao alertar para a necessidade de "recuperar a história e permitir a entrada de não humanos, assim como historiadores sociais se abriram para as histórias de povos colonizados, povos indígenas, pessoas de cor e mulheres no final do século XX" (Tsing 2023: 16) o ponto de partida de seu estudo sobre a vida nas ruínas é reconhecer a capacidade dos não humanos de mudar

nosso entendimento da história natural – até então restrito aos interesses das elites europeias e dos observadores coloniais – incorporando a "anarquia ontológica" (Viveiros de Castro 2019) das múltiplas tradições e práticas dos povos ancestrais e suas interações com as plantas, animais, terras e águas e as muitas coisas estranhas e surpreendentes das quais o antropoceno está cheio e que precisamos conhecer. E recorre aos vários legados dos termos "agenciamento" e "assembleia", que se ligam à uma ecologia da paisagem que se ocupe do modo como os organismos podem ser encontrados juntos e agrupados em um lugar configurando processos sociais mais amplos e dinâmicos do que os humanos, que possibilitem "renovar nosso interesse coletivo pelo que está acontecendo" (Tsing 2023: 17).

Social – cf. *Dicionário Aurélio Digital* (c.2015), relativo a: sociedade ou ao conjunto dos cidadãos a ela pertencentes (problemas/ciências *sociais*) ; posição dos indivíduos e seus grupos na sociedade como um todo (classe/organização *social*); Latour (2008a) propõe uma nova definição de *social* como um fluido visível *apenas* quando estão sendo criadas novas associações; o autor alerta para o uso problemático da palavra *social*, muito utilizada para fazer referência àquilo que já foi associado e que atua como uma totalidade; ele também observa que *social* pode ser utilizada desde que não se faça confusão entre o seu significado em duas sentenças: "social é o que acontece junto" e "social designa um tipo particular de coisas" – confusão entre dois significados de *social* que, segundo Latour, pode ser evitada com a abertura de uma segunda fonte de incertezas, que trate da natureza heterogênea dos ingredientes que compõe os vínculos sociais.

Sociedade – cf. Latour (2004: 385) "chama-se sociedade ou mundo social à metade da velha Constituição que deve unificar os sujeitos separados dos objetos, e sempre submissa à ameaça da unificação pela natureza; é um todo já constituído que explica as condutas humanas e permite, então, abreviar o papel político da composição; faz o mesmo papel paralisante que a natureza, pelas mesmas razões. O adjetivo 'social' (em *inferno do social*, ou representação social ou construtivismo social) é, então, sempre pejorativo, pois designa o esforço sem esperança dos prisioneiros da Caverna para articular a realidade sem ter os meios". Mais recentemente para responder a uma série de perguntas – "O que vem a ser uma sociedade? Que significa a palavra 'social'? Como alguém pode demonstrar a presença de 'fatores sociais' operando? Quando o estudo da sociedade ou de outro agregado social se revela profícuo? De que modo o rumo de uma sociedade pode ser alterado? – Latour (2012: 19) aponta duas abordagens muito distintas: a **sociologia do social*** e a **sociologia das associações***. Cf. Yaneva (2022: 7), "sociedade refere-se ao resultado da colonização moderna que, por razões políticas, divide artificialmente as coisas entre o reino natural e o social".

Sociologia – cf. Latour (2012: 18-19), "traduzida tanto do latim quanto do grego, a palavra 'socio-logia' significa 'ciência do social'. Ela seria excelente se não fossem dois empecilhos: o termo 'social' e o termo 'ciência'. As virtudes que hoje nos dispomos a atribuir aos empreendimentos técnicos e científicos têm pouca relação com as intenções dos fundadores das ciências sociais quando inventaram as disciplinas. Na época em que a modernização corria à solta, a ciência era uma necessidade absoluta, a ser prolongada indefinidamente, sem nenhuma preocupação impedindo seu progresso. Eles não imaginavam que sua amplitude poderia torná-la praticamente uma extensão do resto das relações sociais. O que entendiam por 'social' sofreu uma mudança não menos radical, o que se deve em grande parte à própria multiplicação dos produtos da ciência e da tecnologia. Já não se sabe se existem relações específicas ‘ bastante para serem chamadas de 'sociais' e agrupadas num domínio espacial capaz de funcionar como uma 'sociedade'. O social parece diluído por toda parte e por nenhuma em particular. Assim, nem ciência nem sociedade permaneceram estáveis o suficiente para cumprir a promessa de uma forte 'socio-logia'".

Sociologia das Associações – cf. Latour (2012: 21-22), postula que "não há nada de específico na ordem social; que não existe nenhuma dimensão social, nenhum 'contexto social', nenhuma esfera distinta da realidade a que se possa atribuir o rótulo 'social' ou 'sociedade'; que nenhuma 'força social' está aí para 'explicar' os traços residuais que outros domínios não explicam, que os membros sabem muito bem o que estão fazendo, mesmo quando não falam ...; que os atores nunca estão inseridos num contexto social e são, por isso mesmo, muito mais que meros 'informantes'; que, portanto, não há sentido em acrescentar 'fatores sociais' a outras especialidades científicas; que a relevância política obtida por meio de uma 'ciência da sociedade' não é necessariamente desejável; e que a 'sociedade' longe de representar o contexto 'no qual' tudo se enquadra, deveria antes ser vista como um dos muitos elementos de ligação

que circulam por estreitos canais. Se provocada essa segunda escola de pensamento alardearia como seu *slogan* as famosas palavras que a sra. Thatcher proferiu (mas por razões diferentes). "Sociedade é coisa que não existe". E, mais adiante, (Latour 2012: 23), "Ainda que a maioria dos cientistas sociais prefira chamar 'social' a uma coisa homogênea, é perfeitamente lícito designar com o mesmo vocábulo uma série de *associações* entre elementos heterogêneos. Dado que nos dois casos [sociologia do social e sociologia das associações], a palavra tem a mesma origem – a raiz latina *socius* –, podemos permanecer fiéis às instituições originais das ciências sociais, redefinindo a sociologia não como a 'ciência do social', mas como a *busca de associações*. Sob esse ângulo, o adjetivo 'social' não designa uma coisa entre outras, como um carneiro negro entre carneiros brancos, e sim um *tipo de conexão* entre coisas que são, em si mesmas, sociais".

Sociologia do Social – cf. Latour (2012: 19-20) que se tornou senso comum, postula "a existência de um tipo específico de fenômeno climático por vários anos: 'sociedade', 'ordem social', 'prática social', 'dimensão social' ou 'estrutura social'. No último século, durante o qual foram elaboradas teorias sociais, era importante distinguir esse domínio da realidade de outras esferas como economia, geografia, biologia, psicologia, direito, ciência e política. Um dado traço era considerado 'social' ou 'inerente à sociedade' quando apresentava, por definição, propriedades específicas, algumas negativas – não devia ser 'puramente' biológico, linguístico, econômico, natural; e outras positivas – devia compor, reforçar, exprimir, preservar, reproduzir ou subverter a ordem social. Uma vez definido esse domínio, ainda que de maneira vaga, podia-se usá-lo para lançar alguma luz sobre fenômenos especificamente sociais – o social esclarecendo o social – e fornecer uma explicação qualquer para aquilo que escapava aos outros domínios: um apelo aos 'fatores sociais' elucidaria os 'aspectos sociais' de fenômenos não sociais".

Sociotécnico – enquadramento "não fragmentado e ... fundamentado na indissociabilidade e indeterminação do técnico e do social" (Cukierman et al 2007: 201) adotado pelos adeptos dos estudos CTS*-ANT*, com o propósito explícito de superar a separação entre o 'técnico' e o 'social'; de eliminar toda e qualquer dualidade em um olhar que entrelace essas dualidades em um tecido indivisível em sua mútua determinação.

Stricto sensu (stricto sensu) [Lat.] 1. Em sentido restrito. [Antôn.: lato sensu.]

Subjetividade – cf. Guattari (*apud* Castro 2008: 49) efeito das conexões de uma rede. É importante frisar que a "subjetividade" aqui não se confunde com "individualidade".

Sujeito – cf. Stengers (2002), a distinção clássica entre sujeito e objeto supõe o sujeito 'livre' se depurou da opinião. Ele sabe que só lida com objetos, cujo modo de existência se difere do seu. E sua relação com esses objetos não tem nada em comum com o modo como se relaciona com outros sujeitos: o sujeito detém o poder toda iniciativa enquanto posiciona o objeto do lado da 'causa' a ser discutida e julgada pela tecnologia.

Tautologia – [Do gr. tautología.] S. f. 1. Vício de linguagem que consiste em dizer, por formas diversas, sempre a mesma coisa: 2. Filos. Proposição que tem por sujeito e predicado um mesmo conceito, expresso ou não pelo mesmo termo. 3. Filos. Erro lógico que consiste em aparentemente demonstrar uma tese repetindo-a com palavras diferentes.

Taylorismo – (tei) S. m. 1. Sistema de exploração industrial devido a Frederick W. Taylor, engenheiro e economista norte-americano (1856-1915), baseado nos princípios da psicotécnica e de organização racional do trabalho, e com o qual se procura alcançar o máximo de rendimento com o mínimo de tempo e de atividade.

Técnica – [Fem. substantivado do adj. técnico.] S. f. 1. A parte material ou o conjunto de processos de uma arte: 2. Maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo: 3. Prática (4). [Cf. tecnologia.]

Tecnociência – palavra utilizada por Bruno Latour (2000: 286) para "descrever todos os elementos amarrados ao conteúdo científico, por mais sujos, insólitos ou estranhos que pareçam, e a expressão 'ciência e tecnologia', entre aspas, para designar o que ficou da tecnociência depois de resolvidos todos os julgamentos de responsabilidade".

Tecnologia – cf. Wikipedia, “conjunto de processos e habilidades usados na produção de bens ou serviços, ou na realização de objetivos, como em investigações científicas. ...também pode ser embutido em máquinas para permitir a operação destas sem conhecimento detalhado do funcionamento”.

Teologia – [Do 'r. theología56ecnologia dos deuses', pelo lat. theologia.] S. f. 1. Estudo das questões referentes ao conhecimento da divindade, de seus atributos e relações com o mundo e com os homens, e à verdade religiosa. 2. Restr. O estudo racional dos textos sagrados, dos dogmas e das tradições do cristianismo. 3. Tratado ou compêndio de teologia (1 e 2). 4. O conjunto de conhecimentos relativos à teologia (1 e 2), ou que têm implicações com ela, ministrados em cursos ou nas respectivas faculdades. 5. Os teólogos

Teoria – [Do gr. theoría ou ação de contemplar, examinar; estudo; deputação solene que as cidades gregas mandavam às festas dos deuses'; 'festa sol56ene, procissão', pelo lat. theoria.] S. f. 1. Conhecimento especulativo, meramente racional. 2. Conjunto de princípios fundamentais duma arte ou duma ciência. 3. Doutrina ou sistema fundado nesses princípios. 4. Opiniões sistematizadas. 5. Noções gerais; generalidades: 6. Suposição, hipótese. 7. Utopia; quimera. 8. Na Grécia antiga, embaixada sagrada que um Estado enviava para o representar nos grandes jogos esportivos, consultar um oráculo, levar oferendas, etc. 9. Conjunto de pessoas que marcham processionalmente: 10. Série, sequência: 11. Filos. Conjunto de conhecimentos não ingênuos que apresentam graus diversos de sistematização e credibilidade, e que se propõem explicar, elucidar, interpretar ou unificar um dado domínio de fenômenos ou de acontecimentos que se oferecem à atividade prática. Teoria da ciência. Filos. 1. Epistemologia. Teoria da comunicação. 1. Teoria que estabelece os fundamentos científicos da comunicação; possui caráter interdisciplinar e apresenta-se, deste prisma, como a imbricação de diversas áreas de conhecimento (semiologia, teoria da informação, linguística, sociologia, etc.). Teoria da forma. Filos. 1. Gestaltismo. Teoria da informação. 1. Teoria científica voltada essencialmente para a análise matemática dos problemas relativos à transmissão de sinais [V. sinal (22).] no processo de comunicação. Teoria da literatura. 1. Conhecimento sistematicamente organizado aplicado à obra literária; análise ou explicação da natureza dela. Teoria da relatividade. Fís. 1. Teoria muito geral que afirma serem invariantes as leis físicas expressas em referenciais inerciais e não inerciais. Teoria das ideias. Filos. 1. Doutrina fundamental do platonismo, que consiste em conceber entidades eternas e imutáveis que seriam objeto de conhecimento verdadeiro e de que as coisas do mundo sensível constituíam pálidos reflexos. Teoria do conhecimento. Filos. 1. Estudo do valor e dos limites do conhecimento, e especialmente da relação entre sujeito e objeto; gnosiologia. [Cf. metodologia (2) e epistemologia.] Teoria econômica. Econ. 1. V. economia (3).

Teoria Ator-rede (ANT) – designação de uma concepção de ciência a ser construída durante o processo de produção dos fenômenos cujo lema é *seguir as associações e registrar as vozes dos atores em ação*²⁵. Fundamenta-se na ideia de redes sociotécnicas formadas por múltiplas conexões ou associações envolvendo os diferentes atores humanos e não-humanos – que participam da rede. As redes *sociotécnicas* não fazem referência a uma unidade pronta, mas a um meio para reassociar os atores (Latour 2012), o que implica em não partir de hipóteses ou ideias preestabelecidas – que interferem no olhar do observador, modificando seus relatos e sua percepção. Na ANT não se pretende demonstrar nenhuma afirmação. Apenas acompanhar os movimentos, conexões e associações dos diversos atores implicados; cf. Latour, essa abordagem foi originada a partir da necessidade de uma outra teoria social ajustada aos estudos de ciência e tecnologia com Callon (1986), Law (1986) e Latour (1988), no momento em que os “não-humanos – micróbios, ostras, pedras e carneiros – se apresentaram à teoria social de uma maneira nova. Pela primeira vez, os objetos da ciência e da tecnologia se tornaram para mim, digamos, compatíveis socialmente. Desde então a ideia avançou em várias direções” (Latour 2012: 29); a ANT “é uma mudança de metáforas para descrever essências: em vez de superfícies, o que se tem são filamentos” (ou rizomas cf. Deleuze e Guattari); não se consideram mais superfícies bidimensionais ou esferas tridimensionais, a Teoria Ator-Rede “faz um convite ao pensamento em termos de *nodes* [nós], que têm tanto muitas dimensões quanto conexões” (Latour, 1997). A metáfora das redes, por sua vez, é

²⁵ A frase original de Latour (2008a), *seguir e dar voz aos atores* foi modificada intencionalmente

importante porque evidencia sua fragilidade. A rede é composta, principalmente, de espaços vazios; pode ser interrompida e é inteiramente dependente de suas condições materiais. Sempre que uma ação é concebida como uma rede, é preciso considerar as consequências de sua extensão. Ela não se expande aleatoriamente para todos os lugares, a noção de distância depende de conexões, pontes e nós. (Latour, 2010); cf. Law (2004: 163), uma abordagem da análise sociotécnica que trata entidades e materiais como efeitos performados e relacionais; que explora a configuração e a reconfiguração dessas relações. Sua relacionalidade significa que as principais categorias ontológicas (por exemplo, tecnologia e sociedade, ou humano e não-humano) são tratadas como efeitos ou resultados, não como recursos explicativos. A teoria ator-rede é amplamente utilizada na análise sociotécnica como um kit de ferramentas, mas pode ser considerada como materialidade, relacionalidade e processo. Se é uma teoria, é duvidoso. Durante seu desenvolvimento, assumiu um vasto leque de formas diferentes e, por vezes, inconsistentes. Em diferentes momentos tem sido criticada por sua relativa falta de interesse em assimetrias sociais, pela recusa em basear suas explicações em categorias ontológicas geralmente aceitas, por sua tendência a um gerencialismo centrado, pelo caráter de achatamento de sua rede de metáforas e por sua falta de preocupação com a *Outrização*. A extensão em que essas queixas são relevantes para o futuro é uma questão de julgamento.

Terreno de vida – “aquilo de que um terrestre depende para sobreviver, perguntando-se quais são os outros terrestres que se encontram sob a mesma dependência ... suas configurações vão atravessar todas as escalas de espaço e de tempo; expressão que permite deslocar a palavra ‘território’, tão frequentemente associada à mera divisão administrativa feita pelo Estado” (Latour 2020b:105).

Terrestre – cf. Latour (2020b), o “T” maiúsculo especifica um novo *agente-político* que é tão diferente da ‘natureza’ daquilo que costumamos chamar de ‘mundo humano’ ou ‘sociedade’ ..., e que não se parece em nada com aquele que os Modernos haviam outrora “descoberto”, e que presumiram de saída estar despovoado ... Sob o Novo Regime Climático, a questão é precisamente a de não saber do que é que dependemos para existir. Se não há razão para se descentrar, é porque não existe círculo. É a respeito da Terra, muito mais do que do universo infinito, que é preciso dizer, citando Pascal, que “seu centro se encontra em toda parte e sua circunferência não se acha em parte alguma”^[26]. Para enfatizar este ponto, talvez seja hora de falar não mais em humanos, mas em *terrestres* (*Earthbound*), insistindo assim no *húmus* e, a bem dizer, no *composto* presente na *etimologia* da palavra “humano”^[27] (a vantagem de falar em “Terrestre” é não ter de especificar nem o gênero nem a espécie) ... Dizer “Nós somos terrestres em meio a outros terrestres” não supõe de forma alguma a mesma política de “Nós somos humanos na natureza”. Os dois não são farinha do mesmo saco; ou mais precisamente, não provêm da mesma lama (Latour 2020b: 99-105). A partir de *Onde Aterrar* (Latour 2020b), *Terrestre* substitui com vantagem as designações Humanos* e Não-humanos*

Território – cf. Schlee et al (2009), termo que na, abordagem psicossocial, corresponde a uma delimitação de espaço físico portadora de significados psicológicos, culturais e organizada para determinadas atividades, cuja configuração se estabelece a partir das funções que acolhe; relacionado com os processos econômicos e produtivos que transitam entre as esferas pública, privada e as formas de ocupação urbana e a sua matriz de suporte natural, caracterizada por fragmentos ambientais mais ou menos frágeis; envolve estratégias de intervenção e de dominação sobre o espaço e seus recursos, que se manifesta sobre uma base física, através de múltiplas apropriações, individuais e coletivas, delimitando marcas e marcos de identificação cultural; incorpora “os rebatimentos mais sensíveis que perpassam diferentes escalas, tempos e tipos de identificação e de identidade cultural, de forma material-objetiva e imaterial-perceptiva, desde a análise dos sistemas de espaços na escala da região até as situações mais locais, nos estudos sobre como os indivíduos e grupos escolhem, cunham e determinam seus ‘territórios’ e ‘lugares’” (Schlee et al 2009: 35); segundo Bruno Latour, quando o próprio território passa a “se ocupar de nós” e praticar golpes por cima de golpes, a expressão “*Eu pertença a um território*” mudou de sentido; ela agora

²⁶ O trecho original em que Pascal descreve o infinito é: “Por mais que ampliemos as nossas concepções e as projetemos além dos espaços imagináveis, concebemos tão somente átomos em comparação com a realidade das coisas. Esta é uma esfera infinita cujo centro se encontra em toda parte e cuja circunferência não se acha em nenhuma”. Fragmento 72, *Pensamentos*. (N.R.T.)

²⁷ Sugerido em Haraway, *Staying with the Trouble*, p. 55.

indica a instância que se apoderou do proprietário!" (Latour 2020b: 53).

Territorialidade – cf. Schlee et al (2009: 35) propriedade do território, “conjunto de estratégias e ações utilizadas para demonstrar, manter e reforçar o poder sobre o espaço. Segundo essa posição, as características morfológicas do espaço físico (sua disposição, localização e ordenação) são confrontadas com o conteúdo e com os processos comportamentais dos grupos sociais que o ocupam”.

Tese – [Do gr. 'thésis, 'ato de pôr', 'proposição', pelo lat. these.] S. f. 1. Proposição que se expõe para, em caso de impugnação, ser defendida. 2. Proposição formulada nos estabelecimentos de ensino superior e médio para ser defendida em público. 3. P. ext. Discussão da própria tese. 4. A publicação que contém uma tese. 5. Filos. O primeiro momento do processo dialético. [Cf. dialética (3).] **Em tese**. 1. De acordo com o que se supõe; em princípio; em teoria.

Tipo – cf. Argan (2000: 66), para Quatremère de Quincy em *Dictionnaire d'Architecture*, "a palavra 'tipo' não representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quanto a ideia de um elemento que deve ele mesmo servir de regra ao modelo ... [é] ... um objeto segundo o qual qualquer pessoa pode conceber obras que não se assemelharão em nada entre si. ... tudo é mais ou menos vago no tipo.

Topofilia – cf. Wikipedia palavra utilizada por Wystan Hugh Auden para enfatizar que “tem pouco em comum com o amor pela natureza”, embora dependesse de uma paisagem repleta de um senso de história; Gaston Bachelard em *A poética do Espaço* (1958) apenas a menciona; em sua autobiografia, *My Own Way* (1972) Alan Watts atribui sua invenção ao poeta britânico John Betjeman para um amor especial por lugares peculiares; em 1980, Yi-Fu Tuan a utiliza para traduzir o sentimento ou o grau de familiaridade que faz com que as pessoas se afeiçoem e sejam atraídas por um determinado lugar, diretamente relacionado com seus afetos, valores, emoções e com a sua condição sócio-histórica-cultural; cf. James W. Gibson, em *A Reenchanted World* (2009), a topofilia ou “amor ao lugar” é uma conexão cultural estreita e de base biológica com o lugar, e que, mesmo tendo a modernidade destruído grande parte dessas conexões, o número de pessoas que tentam reinventá-las aumenta.

Topologia – cf. John Law (2000), ramo da matemática que explora o caráter de espaços possíveis, incluindo mas não se limitando ao que costumamos pensar como “espaço” cujo caráter é euclidiano, cartesiano ou regional. Mas existem outras possibilidades de pensar em outras espacialidades, fazendo perguntas sobre a continuidade das formas ou de sua proximidade ou localização relativa. Assim, a questão é como um objeto ou forma pode ser movido no espaço enquanto ainda mantém as relações essenciais que asseguram a sua continuidade como esse objeto ou forma; que permitem que se ele mova sem distorção. Então, o que conta como 'essencial'? O que tem de ser sustentado? Processado continuamente? O que é uma distorção? São precisamente essas coisas que estão em jogo na topologia, que não prejudica as respostas. Para a topologia, trata-se de um jogo matemático que explora as possibilidades e as propriedades das diferentes formas de continuidade – e os diferentes espaços que expressem ou permitem essas continuidades. E em princípio, existe um número indefinido de maneiras de definir o que vai ser considerado como continuidade (espacial); um número indefinido de maneiras de descrever, ao mesmo tempo, o movimento de objetos e de assegurar a sua continuidade (essencial); um número indefinido de espaços correspondentes. E como uma parte de tudo isso, um número indefinido de maneiras de medir a proximidade ou distância. Mais precisamente, é isso o que está em jogo na topologia.

Tradução – cf. Pedro (2010:83), “não significa apenas a mudança de um vocabulário para outro, mas, antes de tudo, um deslocamento, um desvio de rota, uma mediação ou invenção de uma relação antes inexistente e que, de algum modo, modifica os atores nela envolvidos – logo, que modifica a rede. É importante, portanto, ressaltar que as traduções são sempre imperfeitas, pois significam a apropriação local que cada ator faz do que circula na rede. Portanto, não há traduções ‘certas’ ou ‘erradas’, nem qualquer tradução deve ser tomada como ‘indiscutível’”; cf. Law (1999: 6), “'tradução' é um verbo que implica transformação e a possibilidade de equivalência, de que uma coisa (por exemplo, um ator) possa representar outra (por exemplo, uma rede) ... [e as] ... traduções são empíricas locais e variáveis”; cf. Callon (2021 [1986]), processo durante o qual são negociadas e delimitadas a identidade dos atores, as possibilidades de interação e as margens de manobra, que é composto de quatro momentos que podemse

sobrepor e constituem as diferentes fases: *problematização** – ou como se tornar indispensável; a *interdefinição dos atores**; a *definição dos pontos de passagem obrigatória* (PPO)*; e os *dispositivos de interesse** – ou como manter os aliados no local.

Traduzir – significa fazer conexão, “se ligar a” e implica em interpretação, apropriação e traição (Law 1992, 2004); “traduzir é ao mesmo tempo transcrever, transpor, deslocar, transferir e, portanto, transportar transformando” (Latour 2016: 30). No grupo ProLUGAR passamos a utilizar *traduzir* nas negociações e comunicações envolvendo os actantes* – observadores, habitantes e colaboradores humanos/não-humanos e ambientes – admitindo que ela também pressupõe a possibilidade de vir a ser recusada, negociada ou até mesmo ser novamente traduzida.

Transdisciplinaridade – cf. *Wikipedia*, termo proposto por Jean Piaget no Seminário de Nice (1970), para designar uma abordagem da produção de conhecimento fundamentada na articulação dos elementos que passam entre, além e através das disciplinas, que demanda uma atitude de abertura ao outro e seu conhecimento; cf. Edgar Morin (2003: 109), “A história da *Annales* foi constituída pela transdisciplinaridade e dentro dela: deu lugar a uma profunda penetração da perspectiva econômica e sociológica na História; em seguida, uma segunda geração de historiadores introduziu a perspectiva antropológica, em profundidade, como provam os trabalhos de Duby e Le Goff sobre a Idade Média. A História, assim fecundada, não pode mais ser considerada como uma disciplina *stricto sensu*: é uma ciência histórica multifocalizadora, multidimensional, em que se acham presentes as dimensões de outras ciências humanas, e onde a multiplicidade de perspectivas particulares, longe de abolir, exigem a perspectiva global”. A *Carta da transdisciplinaridade*, produzida no I Congresso Mundial de Transdisciplinaridade (1994), em seus considerandos, critica a proliferação das disciplinas acadêmicas e não-acadêmicas, que conduz a um crescimento exponencial do saber e torna impossível uma visão global dos humanos; sublinha a forte ameaça de uma tecnociência triunfante que só obedece à lógica apavorante da eficácia pela eficácia; reforça necessidade de considerar a dimensão planetária dos conflitos atuais no enfrentamento da complexidade do nosso mundo e o desafio contemporâneo de autodestruição material e espiritual; associa a ruptura contemporânea entre um saber cada vez mais cumulativo e um ser interior cada vez mais empobrecido que conduz a um obscurantismo de consequências incalculáveis; associa o crescimento sem precedentes dos saberes, com a desigualdade crescente no seio dos povos e entre as nações do nosso planeta, decorrente das diferenças; reconhece que todos os desafios enunciados têm sua contrapartida de esperança e que o crescimento extraordinário dos saberes pode conduzir, a longo prazo, a uma mutação comparável à passagem dos homínídeos à espécie humana. Dentre os 14 artigos, destaco: (Artigo 1) Toda e qualquer tentativa de reduzir o ser humano a uma definição e de dissolvê-lo no meio de estruturas formais, sejam quais forem, é incompatível com a visão transdisciplinar; (Artigo 2) O reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes, é inerente à atitude transdisciplinar. ...; (Artigo 3) ... é complementar à abordagem disciplinar; ela faz emergir novos dados a partir da confrontação das disciplinas que os articulam entre si; oferece-nos uma nova visão da natureza da realidade. ... não procura a mestria de várias disciplinas, mas a abertura de todas as disciplinas ao que as une e as ultrapassa; (Artigo 4) ... pressupõe uma racionalidade aberta a um novo olhar sobre a relatividade das noções de “definição” e de “objetividade” ...; (Artigo 5) ... ultrapassa o domínio das ciências exatas pelo seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior; ... (Artigo 7) ... não constitui nem uma nova religião, nem uma nova filosofia, nem uma nova metafísica, nem uma ciência da ciência; (Artigo 8) ... Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade; mas com o título de habitante da Terra, ele é ao mesmo tempo um ser transnacional. O reconhecimento, pelo direito internacional, dessa dupla condição – pertencer a uma nação e à Terra – constitui um dos objetivos da pesquisa transdisciplinar; (Artigo 9) ... conduz a uma atitude aberta em relação aos mitos, às religiões e temas afins, ...; (Artigo 10) Inexiste laço cultural privilegiado a partir do qual se possam julgar as outras culturas. O enfoque transdisciplinar é, ele próprio, transcultural; (Artigo 11) Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento. Ela deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar reavalia o papel da intuição, do imaginário, da sensibilidade e do corpo na transmissão do conhecimento; ... (Artigo 14) Rigor, abertura e tolerância são as características fundamentais da visão transdisciplinar. O rigor da argumentação que leva em conta todos os dados é o agente protetor contra todos os possíveis desvios. A abertura pressupõe a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito a ideias e

verdades diferentes das nossas.

Turbulência – designação proposta por Albena Yaneva e Alessandro Armando (2042) das múltiplas e pequenas mudanças relacionadas com a tecnologia na prática e para reconhecer os efeitos, instabilidades, estremecimentos, confusão – ou turbulência – produzidos por tecnologias introduzidas durante a pandemia na prática do design/projeto na reorganização das suas rotinas culturais e técnicas, em contraposição à pouca atenção dada à prática pelos historiadores de teóricos da arquitetura²⁸. Segundo Yaneva e Alessandro Essas pequenas e múltiplas turbulências desencadeiam um processo que se difere da ideia de "viradas" radicais ainda dominantes no entendimento das mudanças tecnológicas no campo.

'Turbulência' ... aponta para uma compreensão da historicidade que transforma, espirala, se bifurca e reconhece a importância do evento (termo emprestado do filósofo Alfred North Whitehead). Ele aponta para a historicidade de todos os ingredientes da história, incluindo os não-humanos, e explica melhor a novidade substituindo a noção de virada al, revolução e mudança radical. Também é inspirado por filósofos pragmáticos segundo os quais a diferença e o tremor estão no centro de todas as obras criativas, não a unidade e a semelhança [TARDE 1999]. Convida-nos a olhar para as inúmeras mudanças infinitesimais ao nível das rotinas quotidianas da prática criativa. Assim, as questões a serem descompactadas neste artigo são: Como a tecnocultura do Zoom que várias pequenas empresas adotaram durante a pandemia mudou e continua a mudar a prática de design? De que forma o projeto arquitetônico hoje é influenciado – seja determinado, construído, restringido ou fortalecido – pelo estado da tecnologia de comunicação imposto pelo Zoom? Se a tecnologia condiciona não apenas a forma e a estrutura da comunicação, mas também o conteúdo, como a disseminação da tecnologia Zoom mudou a natureza dos projetos arquitetônicos gerados durante a pandemia? E como isso afetou a maneira como os arquitetos pensam sobre comunicação, espaço e criatividade? (Yaneva; Armando 2024: 5)

Urbanidades²⁹ – (no plural) podem ser entendidas como qualidades não preexistentes nos lugares, ruas, edifícios, etc., que *emergem* de múltiplos processos de associações (Farias 2010) produzidas pela justaposição de materiais ou eventos heterogêneos, cuja tensão oscila entre os opostos *urbanidade-desurbanidade*.

Urbanidade-Desurbanidade – *urbanidade* significa morada na cidade, qualidade ou condição de ser urbano, civilidade, cortesia, afabilidade, boas maneiras, delicadeza. Por antonímia, *desurbanidade* significa morada rural, rústica, inurbana; incivilidade, descortesia, aspereza, grosseria, arrogância, brutalidade, desatenção, grosseria, impolidez, rispidez, rudeza, desconsideração. O entendimento ANT adotado pelo ProLUGAR se distancia dos conceitos usualmente utilizados para interpretá-la, na medida em que eles tendem a "estabilizar" traduções, tornando-se rígidos ou limitados demais para expressar a dinâmica instável das tensões entre os opostos [indissociáveis] de uma outra espacialidade, designada *urbanidade-desurbanidade*. Como essa espacialidade emerge das associações entre múltiplos actantes, sua narrativa pode ser tratada como resultado das múltiplas associações que se produzem e se transformam continuamente a partir das dinâmicas dos acontecimentos ou das ações que são performadas nos lugares urbanos e, também, a partir de outros coletivos que a eles se articulam. Mas como aquilo que uns entendem por urbanidade pode ser considerado desurbanidade por outros, os lugares performam urbanidade-desurbanidade na duplicidade de suas localizações, formas ou configurações, bem como das transformações resultantes de sua capacidade de acolher diferentes eventos. A possibilidade de produção de *outros mundos* presentes na dinâmica da performance urbanidade-desurbanidade nos lugares tem a ver com os efeitos das transformações ou performances produzidas por seus actantes – incluídos os dispositivos e sistemas tecnológicos que incorporam – e pelas ações que acontecem em seus interiores-exteriores – cujos territórios e fronteiras, segundo Stephen Graham são reinventadas. A contribuição de autores que se ocupam de *outras* cosmopolíticas* (Stengers 2002, 2005, 2014; Kopenawa, Albert 2010; Moraes, Arendt 2013; Viveiros de Castro 2018;

²⁸ Exceção feita a *Builders of the Vision: Software and the Imagination of Design* (Routledge 2015), estudo sobre a história do design assistido por computador.

²⁹ O uso da palavra no plural se alinha com a discussão apresentada no livro *Urbanidades*. organizado por Douglas Aguiar e Vinicius Netto (2012), que reúne oito entendimentos diferentes, controversos e fundamentados.

Krenak 2019, 2022; Vilaça 2020) evidencia a exclusão de *territorialidade**, *ruralidade** e *florestidade**.

Usuário – [ver agente*] designação utilizada nos trabalhos de avaliação pós-ocupação (APO) e percepção ambiental* alinhados com as abordagens comportamental, fenomenológica e experiencial, em referência às ações de todos os humanos que utilizam edifícios e/ou ambientes construídos*. Por sua conotação utilitária e não inclusão da *agência** dos não-humanos, na *abordagem performativa**, conforme o contexto de cada estudo/observação, passei a utilizar a palavra *agente** mais inclusiva do que outras alternativas, como *ocupantes*, *habitantes*, *sujeitos*, *atores** ou *actantes**.

Variância – cf. Wikipedia, na teoria da probabilidade e na estatística, medida da dispersão estatística indicativa do distanciamento entre o valor obtido e o valor esperado de uma variável aleatória ou processo estocástico, cujo valor é obtido pelo quadrado do desvio padrão.

Verdade – [Do lat. veritate.] S. f. 1. Conformidade com o real; exatidão, realidade: 2. Franqueza, sinceridade. 3. Coisa verdadeira ou certa: 4. Princípio certo: 5. Representação fiel de alguma coisa da natureza: 6. Caráter, cunho: Verdade de fato. Filos. 1. Verdade que é contingente e cujo oposto é impossível. Verdade de razão. Filos. 1. Verdade necessária e cujo oposto é impossível.

Verdadeiro – Adj. 1. Em que há verdade: 2. Que fala verdade: 3. Real, exato: 4. Autêntico, genuíno, legítimo: 5. Que não é fingido; sincero: 6. Que tem as qualidades essenciais à sua natureza.

Vida Feral – cf. Anna L. Tsing (2023) designa as transformações industriais e imperiais da paisagem não projetadas pelos humanos e seus contínuos arranjos ecológicos, de cujos perigos não podemos escapar. "Feral" aqui se refere a reações não projetadas de não humanos às infraestruturas humanas. Se durante muitos séculos que antecederam o Antropoceno os seres humanos dependeram dos efeitos ecologicamente benéficos da ação feroz, do recrescimento das florestas após o corte de árvores realizado pelos humanos e o apodrecimento de seus resíduos. Mas com o espalhamento das infraestruturas industriais e imperiais, os efeitos perigosos e não projetados dispararam; segundo Tsing, o perigo desse tipo de ferocidade permeia os comportamentos das coisas não vivas – como o dióxido de carbono, a radioatividade e o lixo plástico – resulta da transformação da paisagem cujos efeitos não planejados se acumulam, não preocupam investidores, formuladores de políticas e engenheiros. Ao se perguntar sobre o que precisa mudar nas ciências sociais para incorporar a atenção à *socialidade mais que humana** e à ação feroz.

Walkthrough – palavra da língua Inglesa que pode ser traduzida como *passeio* ou *entrevista acompanhado(a)*, utilizada sem tradução pelos pesquisadores brasileiros. Alguns autores (acrescentam a palavra Entrevista – *Walkthrough-Interview* (Brill et al, 1985), Avaliação – *Walkthrough-Evaluation* (Preiser et al 1988), Análise (Rheingantz 2000), Passeio (del Rio 1991) ou Percurso (Rheingantz 2021; Modler (2020).

Yin-yan – cf. Timothy J. Ross (1995), contraposição dinâmica que não se fundamenta no princípio binário da lógica aristotélica e aceita naturalmente a incerteza, o que favoreceu a disseminação da lógica fuzzy no Japão e nas demais culturas orientais.

Zona Crítica – termo que, no singular, designa uma fina camada de alguns quilômetros de espessura situada entre a atmosfera e as rochas-mães, nada mais do que uma película ou pele dentro da qual a vida modificou radicalmente a atmosfera e a geologia, em oposição tanto ao espaço de além quanto à profunda geologia de baixo (Nota 96 in Latour 2020b: 96). Diante da imensidão do universo e da profundidade até o centro do planeta, essa minúscula Zona Crítica é o ponto de partida e de retorno de todas as ciências que nos importam. Não precisamos nos ocupar do universo inteiro a cada vez que falarmos de conflitos de território ... todo o que lhe diz respeito reside nessa minúscula Zona Crítica (Latour 2020b: 95). É o espaço onde o clima e a vida evoluíram juntos, ou seja, “é filho do tempo” da constituição mútua entre seres e solo que “se estende tão longe quanto nós; nós duramos tanto quanto aqueles que nos fazem respirar”. Segundo James Lovelock, tudo o que se situa entre o topo da atmosfera e o fundo das rochas sedimentares – o que os bioquímicos chamam justamente de zona crítica (Latour 2020b: 96).

AGRADECIMENTOS:

O presente trabalho é realizado com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS:

- ABRANTES, M.. (2004) **Um olhar cognitivo sobre o Lugar do Trabalho - avaliação de desempenho em ambiente de escritório: estudo de caso em empresa de advocacia**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, Disponível em <www.fau.ufrj.br/prolugar>. Acesso em 07jun 2007.
- AGAMBEN, G. (2005) O que é um dispositivo? In: **Outra Travessia** 5, jul-dez 2005, p. 9-16. Fala proferida em conferência realizada no Brasil em setembro de 2005. [Trad. do italiano por Nilcéia Valdati] disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/12576/1174>> acesso em 22abr2019.
- AKRICH, M. (1992) *De-scription of Technical Objects*, in Bijker, W.; Law, J. (Eds) *Shaping Technology/Building Society*. Cambridge: MIT Press, p. 205-224.
- ALCANTARA, D.. (2008) **Abordagem Experiencial e Revitalização de Centros Históricos: os casos do Corredor Cultural no Rio de Janeiro e do Gaslamp Quarter em San Diego**. Tese (Doutorado em Arquitetura) Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ.
- ALCANTARA, D. de. (2002) **Projeto, Desempenho Urbano e Construção do Lugar: Avaliação da Qualidade Ambiental do Parque Guinle, Rio de Janeiro**. Dissertação [Mestrado em Arquitetura] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ALCANTARA, D. de; RHEINGANTZ, P. A.. (2007) *Embodied Observation and Quality of Place*. In: **Architecture and Phenomenology Book of Abstracts**, Haifa: Technion.
- ALCANTARA, D. de; RHEINGANTZ, P. A.; BARBOSA, A. M.. (2006) *Percursos à deriva na investigação do lugar: o caso do Corredor Cultural, Rio de Janeiro*. NUTAU'2006, São Paulo. In: **Anais...** São Paulo: NUTAU/USP. (CD-ROM).
- ALCANTARA, D. de; RHEINGANTZ, P. A.; BARBOSA, A. M.; LAUREANO, A. R.; AMORIM, F. (2006) *Rua Pires de Almeida: Observação Incorporada de Um Lugar Público Particular*. In: **Paisagem e Ambiente**, n. 22, São Paulo: USP, p. 30-40.
- ALEXANDER, C.. (1979) **El Modo Intemporal de Construir**. Barcelona: G.Gili.
- ALZAMORA, G.; ZILLER, J.; COUTINHO, F. A.. (orgs.) (2021) **Dossiê Bruno Latour**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- AMIN, A.; THRIFT, N.. (2002) **Cities: Reimagining the Urban**. Cambridge: Polity Press; Blackwell Publishing, 2002.
- ARGAN, G. C. (2000) **Projeto e destino**. São Paulo: Editora Ática.
- ANDRADE, R. (Org.) (2020) **Domínios da Paisagem: Hibridismos Culturais e Práticas Socioespaciais – memórias de aula**. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ; Paisagens Híbridas.
- AUGOUYARD, J-F. (2020) *Uma Travessia das ambiências dentro ... acima, longe de ... através de* In DUARTE; PINHEIRO (2020, p. 54-85).
- AZEVEDO, G. A. N. (Org.) (2019) **Diálogos entre Arquitetura, Cidade e Infância: territórios educativos em ação**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ.
- BARDIN, L.. (1977) **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- BASTOS, L. da R. et al. (1979) **Manual para elaboração de projetos, relatórios de pesquisa teses e dissertações**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan.
- BECKER, H. (1994) **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais** São Paulo: Hucitec.
- BLOK, A.; FARÍAS, I. (2016) **Urban Cosmopolitics**. Nova Iorque: Routledge.
- BERNARDES, A. G.; TAVARES, G. M.; MORAES, M [Orgs] (2014) **Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia** Vitória: Edufes.
- BONAMIGO, I. S. (2016) *O texto científico como laboratório de fabricação de mundos*. In **Polis e Psique** 6(1), p.149 – 161.
- BRANDÃO, C. C. R. (2023) **Com quantos arcos se faz um palácio? A arquitetura do Itamaraty em processo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura).
- BRASILEIRO, A.. (2007) **Rebatimento espacial de dimensões sócio-culturais: ambientes de trabalho**. Tese (Doutorado em Arquitetura) Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ. Disponível em <www.fau.ufrj.br/prolugar>.

- BUCHANAN, Richard (1992) *Wicked Problems in Design Thinking*. In **Design Issues**, Vol. 8, No. 2, 1992, pp. 5-21.
- CASTRO, E. (2009) **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- BUNGE, M.. (1980) **Ciência e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- CALLON, M.; LASCOUMES, P. & YANNICK, B.. (2009) **Acting in an Uncertain World: an essay on Technical Democracy**. Massachusetts: Institute of Technology of Massachusetts.
- CALLON, M. (2021 [1986]) *Elementos para uma sociologia da tradução – A domesticação das vieiras e dos pescadores da baía de saint-Brieuc*. In Alzamora; Ziller; Coutinho (2021). [livro eletrônico]
- CAPRA, F.. (1996) **A teia da Vida**. São Paulo: Cultrix.
- CARDOSO, B. HIRATA, D. (2017) Dispositivos de inscrição e redes de ordenamento público: uma aproximação entre a Teoria do Ator-Rede (ANT) e Foucault. In **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.77-103.
- CASTRO, R. B. de. (2008) **Redes e Vigilância: uma experiência de cartografia psicossocial**. Dissertação [Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CHAUÍ, Marilena (1994) **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO – CNPq. *Of. PRE N. 249/09*, Brasília, 12/05/2009.
- COSENZA, C. A. N.; RHEINGANTZ, P. A.; LIMA, F. R.; COSENZA, H. (1996) **Diagnóstico do Centro Empresarial Internacional Rio (RB1)**, Rio de Janeiro: Fundação COPPETEC, (Relatório de Consultoria, 3vls)
- COSENZA, C. A. N.; RHEINGANTZ, P. A.; COSENZA, H.; LIMA, F. R.; AZEVEDO, G. A. N. (1997) **Diagnóstico do Edifício de Serviços do BNDES**. Rio de Janeiro: Fundação COPPETEC, [Relatório de Consultoria]
- COSENZA, C. A. N.; RHEINGANTZ, P. A.; LIMA, F. R.; RIBEIRO, R. T.; SLAMA, J. G.; VIDAL, M. C. R. (2000) **Avaliação da adequação físico-ambiental das instalações do INPI no Rio de Janeiro** Rio de Janeiro: Fundação COPPETEC. [Relatório de Consultoria]
- COSTA, C. (1999) *Sem medo do complexo* in Jornal do Brasil, sábado 12 de junho de 1999.
- COSTA, R. N. (2019) **Debaixo Do Mesmo Teto: prática projetual em edifícios de pesquisa e desenvolvimentobioteecnológico**. Tese [Doutorado em Arquitetura] Rio de Janeiro: UFRJ/FAU.
- CUKIERMAN, H.; TEIXEIRA, C.; PRIKLADNICKI, R.. (2007) Um Olhar Sociotécnico sobre a Engenharia de Software In **RITA -Revista de Informática Teórica e Aplicada**. Porto Alegre, UFRGS, v.XIV, n.2, p. 199-219.
- DAMÁSIO, A.. (1996) **O Erro de Descartes**. São Paulo: Companhia das Letras.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. (2014) **Há mundo por vir?** Florianópolis: Cultura e Barbárie / São Paulo: Institutosocioambiental.
- DHARMA PUBLISHING (2004) **Caminhos para a Iluminação**. Série Educação Nyingma. Instituto Nyingma do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- DEL RIO, V. (1998) **Apoio à pesquisa e ensino em avaliação pós-ocupação do ambiente Construído**. Estudo de caso na Clínica de Repouso São Vicente. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Relatório final projeto CNPq 450.388/98-0]
- DEL RIO, V.. (2002) **Projeto e Qualidade do Lugar: Avaliação de Desempenho de Quatro Lugares na Cidade do Rio de Janeiro Através da Cognição e do Comportamento Ambiental**. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ. [Relatório de Pesquisa]
- DEL RIO, V. (1995) **Percepção Ambiental e Desenho da Cidade**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, [Relatório de Pesquisa]
- DEL RIO, V.. (1991) **Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro**. Tese [Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas]. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- DELEUZE, G. (1991) **A Dobra: Leibniz e o Barroco**. (6ed) Campinas: Papiros Editora.
- DELEUZE, G. (1990) **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, p.155-161. Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/347477167/Gilles-Deleuze-O-que-e-um-dispositivo-pdf> > acesso em 22abr2019.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. (1980) **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** (v.1) São Paulo: Editora 34, .

- DEMO, P.. (1995) **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas.
- DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE, A.. (2003) **Da hospitalidade**. São Paulo: Escuta.
- DESPRET, V.. (2011) *Os Dispositivos Experimentais*. In **Fractal: Revista de Psicologia**, v.23, n.1, Jan/Abr. 2011, p. 43-58.
- DESPRET, V. (2021) **O que diriam os animais?** São Paulo: Ubu Editora.
- DICIO, Dicionário Online de Português@7Graus – 2009-2022. Disponível em <https://www.dicio.com.br/atmosfera/> [Acesso em 10mai2022]
- DICIONÁRIO AULETE DIGITAL. Rio de Janeiro:Lexikon Editora Digital. s/d. Disponível em < <http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=auletedigital> > acesso em 13mar2015.
- DICIONÁRIO OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE (c2023) Disponível em <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/> Acesso em 20jun2023.
- DUARTE, C. R. S.; PINHEIRO, E. (Orgs.) (2020) **Arquitetura, Subjetividade e Cultura**. Rio de Janeiro: Rio-Books; Programa de Pós-graduação em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DUARTE, C. R.; VILLANOVA, R. de. (Org.) (2013) **Novos Olhares sobre o lugar – ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia**. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- FARIAS, I. (2010) *Introduction: decentring the object of urban studies*. In FARÍAS, I.; BENDER, T. (edit.) **UrbanAssemblages**. Nova Iorque: Routledge, p. 1-24.
- FARINIUK, T. M. D. (2017) Arquitetura, interfaces e conexões: uma discussão sobre os “lugares em ação” [online]. *SciELOem Perspectiva: Humanas*. Disponível em <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2017/10/26/arquitetura-interfaces-e-conexoes-uma-discussao-sobre-os-lugares-em-acao/> Acesso em 24jul2019].
- FÁVERO, M. (2000) *Qualidade do Lugar 4 Desenho do Ambiente*. Dissertação [Mestrado em Arquitetura] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERREIRA, A. B. de H.. (1998) **Novo Dicionário Ada Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 19XX.FLUSSER, V.. **Ficções filosóficas**. São Paulo: EDUSP.
- FOUCAULT, M. (1979) **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREIRE, P.. (1996) **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** (12ed.) São Paulo: Paz e Terra,.
- GALLAGHER, S., ZAHAVI, D. (2021) **The Phenomenological Mind**. [3ed.] Routledge: Nova Iorque; Oxon.
- GANE, N. (2012) *Se nós nunca fomos humanos, o que fazer?* Documento eletrônico disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao6-traducao>. Acesso em 3 de maio de 2012.
- GÓMEZ, D. L.; TIRADO, F. J.. (2012)*Teoría del Actor-Red: Un pragmatismo contemporáneo*. In. SERRANO, F. T.; GÓMEZ, D. L..(Eds.) **Teoría del Actor-Red: Más allá de los estudios de ciencia y tecnología**. Barcelona: Amentia Editorial, p.1-17. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/263543452>. Acesso em 16mar2018.
- GUGGENHEIM, M.. (2010) *Mutable Immobiles. Building conversion as a Problem of Quasi-Technologies* (In FARÍAS,BENDER 2010, p. 161-178).
- HARAWAY, D. (2023) **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. São Paulo: n-1 edições.
- HARAWAY, D. (1995) *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. In **Cadernos Pagu** (5) 1995: p.07-41.
- HÉRNANDEZ, A. A.; MARQUES, I. da C. (2008) Entrevista com Michel Callon: Dos estudos de laboratório aos estudos decoletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos, in *Sociologias* no.19 Porto Alegre Jan/Jun. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000100013 > acesso em 07out2018.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S; MELLO FRANCO, F. M. de. (2009) **Dicionário Houaiss da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- INGOLD, T. (2011) *Four objections to the concept of soudspace*. In **Being Alive: Essays on movement, knowledge and description**. Londres, Nova Iorque: Routledge, Cap. 11, p. 131-139.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. International Standard ISO 642– Performance standards in building - Principles for their preparation and factors to be considered, 2003.

IVENICKI, A.; CANEN, A. (2016) **Metodologia da Pesquisa - rompendo fronteiras curriculares**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D.. (1996) **Dicionário Básico de Filosofia**. (3ed.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar,.

JONES, Ch.. (1992) **Design Methods: seeds for human futures**. Nova Iorque: John Wiley.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. (2010) **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras.

KRENAK, A. (2019) **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras.

KRENAK, A. (2022) **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. (1991) **Fundamentos de Metodologia Científica**. (3ed.) São Paulo: Atlas.

LAMOUNIER, A. A. (2017) **Atmosferas de Preferência na “Cidade Maravilhosa”**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)

LATOUR, B.. (1994) **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed 34.

LATOUR, B.. (1996) On Actor-Network Theory: A Few Clarifications. **Soziale Welt** 47, p.369-381.

LATOUR, B. (2000) **Ciência em ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP.

LATOUR, B.. (2001) **A esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC.

LATOUR, B.. (2004) **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC.

LATOUR, B. (2005) *From Realpolitik to Dingpolitik or How to Make Things Public*. In Latour, B. & Weibel, P. **Making Things Public-Atmospheres of Democracy catalogue of the show at ZKM**, MIT Press, p. 14-41.

LATOUR, B.. (2008a) **Reassemblar lo Social – una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, .

LATOUR, B. (2008b) Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In NUNES, J. N.; ROQUE, R. [Orgs.] **Objetos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008, p. 39-62.

LATOUR, B. (2009) *Paris, Cidade Invisível: O Plasma*. in **Ponto Urbe** 5.

LATOUR, B. (2012) *As fábulas científicas de uma La Fontaine empírica*, Prefácio in DESPRET (2012: 6-16)

LATOUR, B. (2013a) *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções*. In PARENTE, André (Org.) **Tramas da Rede – Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação** Porto Alegre: Editora Sulina, 2013a, p. 39-63.

LATOUR, B. (2013b) **Investigación sobre los Modos de Existência – uma antropologia de los modernos**. Buenos Aires: Paidós.

LATOUR, B. (2016) **Cogitamus – seis cartas sobre as humanidades científicas**. São Paulo: Editora 34.

LATOUR, B. HERMANT, E. (2006) **Paris: Invisible City**, traduzido do francês por Liz Carey-Libbrecht da versão impressa original (1998) *Paris ville invisible*. Paris: La Découverte-Les Empêcheurs de penser en rond. Disponível em http://www.bruno-latour.fr/search-results?search_block_form=paris+Invisible+city. Acesso em 10jan2023.

LATOUR, B., & YANEVA, A. (2008). 'Give Me a Gun and I will Make All Buildings Move': An ANT's view of Architecture, 1-10. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Albena_Yaneva. Acesso em 19dez2018.

LAW, J. STS as Method (2016) In FELT, U.; FOUCHÉ, R.; LILLER, K.; SMITH_DOERR, L. (Eds.) **The Handbook of Science and Technology Studies**. Cambridge; Londres: The MIT Press, p. 31-57. Disponível em <http://heterogeneities.net/publications/Law2015STSAsMethod.pdf> [Acesso em 27abr2023]

LAW, J.. **After Method: mess in social science research**. London, New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.

LAW, J. After ANT: complexity, naming and topology. In LAW, J; HASSARD, J. (1999) *Actor Network Theory and after*. Blackwell Publishers: Oxford; Maiden, p. 1-14.

LAW, J.; MOL, A. Situating Technoscience: an Inquiry in **Spatialities**, 2000 Disponível em

<www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-MolSituating-Technoscience.pdf> acesso em 05/05/2015.

LAW, J.; SINGLETON, V. (2000) *This is Not an Object*, publicado pelo *Centre for Science Studies*, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, UK, 2000. Disponível em <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Singleton-This-is-Not-an-Object.pdf> [Acesso em 10ago2021]

LAW, J.; SINGLETON, V. 'Object Lessons'. Center for Science Studies, Lancaster: Lancaster University, 2003. Disponível em <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Singleton-Object-Lessons.pdf> (consulta em 20set2020)

LUNGARZO, C.. (1989) **O Que É Ciência**. São Paulo: Brasiliense.

MACHADO, J.. (org.) (2003) **Trabalho, Economia e Tecnologia: novas perspectivas para Sociedade Global**. São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis.

MACHADO, R. (2006) **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

MATURANA, H.; VARELA, F.. (1995) **A Árvore do Conhecimento**. Lisboa: Editoril Psi.

MATURANA, H.; VARELA, F. (1997) **De Máquinas e Seres Vivos: Autopoiese – a Organização do Vivo**. Porto Alegre: ArtesMédicas.

MATURANA, H.. **Ciência, conhecimento e vida cotidiana**. 2001.

MEDINA, E.; MARQUES, I. da C.; HOL-ES, C. (eds) (2014) **Beyond Imported Magic - Essays on Science, Technology, and Society in Latin America**. Cambridge; Londres: The MIT Press.

MENDONÇA, N. D. (1985) **O Uso Dos Conceitos – uma tentativa de interdisciplinaridade**. Petrópolis: Vozes.

MODLER, N. L. (2020) **Arquitetura e Educação Infantil: Abordagem Experiencial em um estudo de caso no Norte do Rio Grande do Sul**. Tese [Doutorado em Arquitetura] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programade Pós-graduação em Arquitetura.

MOL, A.. (2002) **The body multiple: ontology of medical practice**. Duke: Duke University Press.

MOL, A.. (2008) Política Ontológica. Algumas ideias e várias perguntas (In NUNES; ROQUE 2008, p. 63-78

MORA, J. F. (1993) **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes.

MORAES, M. (2008) *A contribuição da antropologia simétrica à pesquisa e intervenção em psicologia social: uma oficina de expressão corporal com jovens deficientes visuais*, in *Psicologia & Sociedade*; 20 (Ed.Esp.), p. 32-40.

MORAES, M. (2010) *PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual*, in MORAES, M.; KASTRUP, V. **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: NAU, p. 26-51. Disponível em http://gphandlahdpffmccakmbngmbjnjiahp/https://app.uff.br/slab/uploads/2010_txt15.pdf; acesso em 28fe4v2024.

MORAES, M.; ARENDT, R.. (2013) *Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social*, in **Psicologia em Estudo** v.18, n.2 Abr/Jun 2013. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200012#nt01 > acesso em 06out2018.

MORAES, M.; BERNARDES, A. G. (2014). *Apresentação*. In Bernardes; Tavares; Moraes (2014, Orgs), **Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia** Vitória: Edufes (p.7-11).

MORIN, E.. (1996) **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil.

MORIN, E.. (2003) **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. [8ed] Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NORBERGH-SCHULZ, C.. (1979) **Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture**. Londres: Academy Press, .

NUNES; J. A.; ROQUE, R.. (2008) **Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência**. Porto: Ediçõesafrontamento.

OLIVEIRA, S. L. (2002) **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning,

ORNSTEIN, S.; BRUNA, G.; ROMÉRO, M. (1995) **Ambiente Construído & Comportamento: Avaliação Pós-Ocupação e aQualidade Ambiental**. São Paulo: Studio Nobel.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.. (2010) **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Editora Sulina.

PEDRO, R.. (2010) *Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais* In: Ferreira, A.; Freire, L. Mora. es, M. & Arend, R. (orgs). **Teoria Ator-Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: NAU, p. 78-96.

- PENNA, A. C. M. (2004) **A Influência do Ambiente Construído da Promoção da Saúde**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UF RJ.
- PREISER, W.; RABINOWITZ, H.; WHITE, E. (1988) **Post-Occupancy Evaluation**. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, .
- PROJECT FOR PUBLIC SPACES. *What is placemaking?* Disponível em <https://www.pps.org/article/what-is-placemaking>. Acesso em 05set2024.
- RELPH, E. (2008) **Place and Pacelessness**. Pion Limited, Londres.
- RHEINGANTZ, P. A. (2022) **Tecendo A Qualidade Do Lugar: cartografando controvérsias de urbanidade em lugares híbridos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Relatório Final de Pesquisa]
- RHEINGANTZ, P. A. (2021) **Performações de Lugares, Assemblagens e Cosmopolíticas Urbanas: Interfaceamentos, Articulações e Recalcitrâncias**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Projeto de Pesquisa]
- RHEINGANTZ, P. A. (2024) **Estratégias e Procedimentos para Elaboração de Projetos de Tese/Dissertação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Disponível em < https://prolugar.fau.ufri.br/wp-content/uploads/2023/03/2023-RHEINGANTZ-EstratProced_Elab_Proj_TeseDissert-19mar2024.pdf > acesso em 14abr2024.
- RHEINGANTZ, P. A. (2018) **Tecendo a Qualidade do Lugar: espacialidades, urbanidades e lugares em ação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Relatório Final de Pesquisa]
- RHEINGANTZ, P. A. (2017) **Tecendo A Qualidade Do Lugar: cartografando controvérsias de urbanidade em lugares híbridos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Projeto de Pesquisa]
- RHEINGANTZ, P. A. (2015) **Qualidade dos Lugares-Escola para a Educação Infantil (LEMEI): abordagem transdisciplinar para a avaliação e a concepção de creches para a Prefeitura Municipal de Pelotas, Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Projeto de Pesquisa]
- RHEINGANTZ, P. A. (2013) **Tecendo a Qualidade do Lugar na Cultura Contemporânea: cartografando controvérsias em lugares híbridos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Projeto de Pesquisa]
- RHEINGANTZ, P. A. (2010) **Tecendo a Qualidade do Lugar: cartografando narrativas e experiências de urbanidade**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Projeto de Pesquisa]
- RHEINGANTZ, P. A. (2009) **Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: revisão conceitual na perspectiva das redes de fluxos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Projeto de Pesquisa]
- RHEINGANTZ, P. A. (2007) **Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: uma proposta de revisão conceitual na perspectiva das redes de fluxos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Projeto de Pesquisa]
- RHEINGANTZ, P. A. (2004) **Projeto do Lugar para o Trabalho: Cognição e Comportamento Ambiental na Avaliação de Pós-ocupação de Ambientes de Escritório**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Projeto de Pesquisa].
- RHEINGANTZ, P. A. (2003) *Observação incorporada da Enseada de Botafogo, Rio de Janeiro*. In: **Arquitextos 084**. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg084/arg084_03.asp>. Acesso em jul. 2007.
- RHEINGANTZ, P. A. (2004) *De Corpo Presente - Sobre o papel do observador e a circularidade de suas interações com o ambiente construído*. NUTAU'2004, São Paulo. In: **Anais...** São Paulo: NUTAU/USP, (CD-ROM). Disponível em <www.fau.ufri.br/prolugar>.
- RHEINGANTZ, P. A. (2002) **Projeto do Lugar para o Trabalho: Cognição e Comportamento Ambiental na Avaliação de Desempenho de Edifícios de Escritório**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Projeto de Pesquisa].
- RHEINGANTZ, P. A. (2000) **Aplicação do Modelo de Análise Hierárquica COPPETEC-Cosenza na Avaliação do Desempenho de Edifícios de Escritório**. Tese [Doutorado em Engenharia de Produção] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RHEINGANTZ, P. A. (1995) **Centro Empresarial Internacional Rio: análise pós-ocupação, por observação participante, das condições internas de conforto**. Dissertação [Mestrado em Arquitetura] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RHEINGANTZ, P. A.; ALCANTARA, D.. (2007) *Cognição experiencial, observação incorporada e sustentabilidade na avaliação pós-ocupação de ambientes urbanos*. In: **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.7, n.1, p. 35-46, jan-mar.
- RHEINGANTZ, P. A.; COSENZA, C. A.; LIMA, F. R.; AZEVEDO, G. A. N. (1998). *Avaliação Pós-Ocupação do Edifício de*

Serviços do BNDES/RJ (EDSERJ) in **Anais do NUTAU'98**. [art. 048/CD-Rom]

RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G. A. N.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D.; QUEIROZ, M.. (2009) **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RHEINGANTZ, P. A.; COSENZA, C. A. N.; LIMA, F. R.; AZEVEDO, G. A. N.. (1998) Avaliação Pós-Ocupação do Edifício de Serviços do BNDES/RJ (EDSERJ). NUTAU'98- Arquitetura e Urbanismo: Tecnologias para o Século XXI, São Paulo. In: **Anais...** São Paulo: NUTAU/USP. (CD-ROM ref. 048).

RHEINGANTZ, P. A.; del RIO, V.; DUARTE, C. S.. (2002) *Cultural Factors: A Needed Category for Post-Occupancy Evaluation*. [abstract]. In: **Proceedings of EDRA 33**. Pennsylvania: EDRA.

RHEINGANTZ, P. A.; OLIVEIRA, M. P.; VASCONCELLOS, V. M. R.; AMORIM, S. L. (2002) **Workshop: Avaliação pós-ocupação da Creche da Universidade Federal Fluminense, Niteroi, Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Relatório de Projeto de Extensão]

RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. M. L. R.; ANGOTTI, F. B.; SBARRA, M. H.; GUERRA, J. M.. (2021a) *Contributions of science–technology studies and actor–network theory to urban studies* originalmente publicado em *Area Development and Policy*, n.5, v.1, p. 50-74.

RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. M. L. R.; LOURENÇO, A. P. da C. R.; COSTA, A.B. da, SILVA, C. A. F. da; DAMEDA, C.; GONÇALVES, C. de S.; DAVID, J., SANTOS, L. G. de M.. (2021b) *SONS AO REDOR: efeitos do COVID-19 na espacialidade sonora dos lugares que habitamos* in **Pixo - revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade** n.18, v.5, p. 52-74.

ROCHA, E. *Roma temível. Por uma sinfonia dissonante da cidade e da hospitalidade*. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 19, n. 228.03, Vitruvius, jul.2019 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.228/7436>>.

RODRIGUES, H. S. (2005) **Cognição e experiência no ambiente de trabalho. Abordagem da Observação Incorporada na Avaliação Pós-ocupação: estudo de caso no centro de pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ.

ROLNIK, S.. (2007) **Cartografia Sentimental – transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina/Editora daUFRGS.

ROSS, T. J. (1995) **Fuzzy Logic with engineering applications**. Nova Iorque: MacGraw-Hill.

SALGADO, M. S.; SILVOSO, M. M.; GRABOIS, T. M. (Org.) (2020) **Arquitetura, Materialidade e Tecnologias Digitais – Aplicações na Produção e Conservação do Ambiente Construído**. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ; Paisagens Híbridas.

SANTOS, B. de S.. (1987) **Um discurso sobre as ciências**. Lisboa: Edições Afrontamento.

SBARRA, M. H. (2007) **Observação incorporada e análise do discurso no contexto do pós-estruturalismo e da pós-modernidade: Revisão crítica da contribuição do grupo ProLugar para a avaliação pós-ocupação e para a pesquisa em arquitetura**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ.

SCHAFER, M.. R. (1977) **Soundscales**. Nova Iorque: Knopf.

SCHAFER, M.. R. (1992) **O ouvido pensante** (1ed). São Paulo: Editora da UNESP.

SCHAFER, M.. R. (2011) **O ouvido pensante** (2ed atualiz). São Paulo: Editora da UNESP.

SCHLEE, M.; SOUZA, M. J. N.; REGO, A. Q.; RHEINGANTZ, P. A. (2009) Sistema de Espaços livres nas cidades brasileiras –um debate conceitual. In TÂNGARI, ANDRADE, SCHLEE (2009: 28-50).

SEVERINO, A. J. (2007) **Metodologia do Trabalho Científico**. (23 ed.) São Paulo: cortez,.

SERRA, G. G. (2006) **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: EdUSP; Mandarim,

SERRES, M.. (1999) **Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour**. São Paulo: Unimarco.

SILVEIRA, M.; PALOMBINI, A. L.; MORAES, M.. (2014) EscreverCOM: uma experiência ético-política de pesquisa. In *Mnemosine* v.10, n.1, p. 2-22.

SIMÕES, A. P. S. (2005) **Cognição e experiência no ambiente de trabalho. Abordagem da Observação Incorporada na Avaliação Pós-ocupação: estudo de caso em escritório de empresa do setor de educação executiva**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ.

SOUZA, M. L (2016). de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

[3ed.].

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY Disponível em < <https://plato.stanford.edu/entries/deleuze/#ThoPla> > acesso em 18jul2018.

STENGERS, I. (2002) **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34.

STENGERS, I. (2005) *A cosmopolitical proposal*. In LATOUR, B.; WEIBEL, P. **Making things public: atmospheres of democracy**. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 994-1003.

STENGERS, I.. (2014) *La propuesta cosmopolítica*. In **Revista Pléyade** 14, jul-dez 2014, p. 17-41.

STENGERS, I. (2023) **Uma Outra Ciência é Possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

TÂNGARI, V.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. (Org.) (2009) **Sistema de Espaços Livres: o cotidiano, apropriação, ausências**. Riode Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

THIBAUD, J-P. (*Ambiências de passagem – figuras, condutas, medidas*. In DUARTE, C. R. S.. VILLANOVA, R. (Orgs.) **Novos Olhares sobre o lugar**: ferramentas e metodologias, da arquitetura e da antropologia. (2013) Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ, p.101-128.

THIBAUD, J-P. (2015) **Enemuête d'Ambiances: éprouver la ville en passant**. Genbra: MétisPresses.

TOZZINI, D. L. (2020) **Programa Forte em Sociologia do Conhecimento e Teoria Ator-rede**: Uma introdução aos Sciences Studies e aos pensamentos de David Bloor e de Bruno Latour. Curitiba: Publicação independente (ebook).

TSING, A. L. (2023) **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: Mil Folhas.

TSING, A. L. (2024) **O cogumelo do fim do mundo**: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições.

TUAN, Y.. (1980) **Topofilia**. São Paulo: Difel.

TULKU, T. **Conhecimento da Liberdade**. São Paulo: editora Dharma,1997.

TULKU, T. **Relaxamento Tibetano: Kum Nye – Massagem e Movimento**. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Dharma, 2006.

TULKU, T. **A Liberdade Oculta da Mente**. Rio de Janeiro: Dharma Publishing, 2007.

TULKU, T. Kum Nye – Yoga Tibetano: Relaxamento, Energia & Vitalidade, disponível em <https://www.centronyingmabrasil.org.br/about-1>. Acesso em 28out2024.

VARELA, F.. **Sobre a Competência Ética**. Lisboa: Edições 70, 1992.

VARELA, F. *Neurophenomenology a Methodological Remedy for The Hard Problem*. In Journal of Consciousness Studies, 3, No. 4, 1996, pp. 330–49. Disponível em https://unstable.nl/andreas/ai/langcog/part3/varela_npmrhp.pdf Acesso em 20nov2024 VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E.. **A Mente Incorporada**. Porto Alegre: Arted, 2003.

VARELA, F; SHEAR, J. *First-person Methodologies: What, Why, How?* In **Journal of Consciousness Studies**, 6, No. 2–3, 1999, p 1–14.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E.. **The Embodied Mind. Cognitive Science and Human Experience**. Cambridge; Londres: The MIT Press [edição revisada], 2016.

VARGAS, C. R. **Diálogo Ator-Rede em Arquitetura-Urbanismo: qualidade do lugar em food services**. Tese [Doutorado em Arquitetura]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

VENTURINI, T. *La cartographie de Controverses*. Comunicação no Colóquio CARTO 2.0, Paris, 3 de Abril de 2008.

VENTURINI, T.. *Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory*. In **Public Understanding of Science**, 19(3), 2010, p.258–273. Disponível em < <http://pus.sagepub.com/content/19/3/258> > Acesso em 02set2014.

VIANA, L.; CAVALCANTI, P. B; BRASILEIRO, A.; AZEVEDO, G. A. N.; RHEINGANTZ, P. A.. *Observação Incorporada no Saara*. [Relatório de Pesquisa] Rio de Janeiro: ProLUGAR, 2007. Disponível em < www.fau.ufrrj.br/prolugar/trabalhos_academicos.htm > Acesso em 31mar2008.

VILAÇA, A. **Morte na Floresta**. São Paulo: Todavia, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: Ubu Editora; N-1 Edições, 2018.

YANEVA, A. **Latour for Architects** (Thinkers for Architects). Londres; Nova Iorque: Routledge, 2022. [ebook Kindle]

YÁSIGI, E. **A Alma do Lugar**: Turismo, planejamento e cotidiano. (2ª Ed.) São Paulo: Contexto, 2001.

YANEVA, A.; ARMANDO, A. *‘Turbulence’ in practice: How Zoom technologies affected architecture making*. **ARENA Journal of Architectural Research** 2024; 9{1}: 1. DOI: <https://doi.org/10.55588/ajar.412>

WELWOOD, J. **Em Busca de uma Psicologia do Despertar – budismo, psicoterapia e o caminho da transformação espiritual individual**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003

WIKIPEDIA - A Enciclopédia livre. Disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki> > acesso em 24 dez2014.

WIKIPEDIA - The Free Encyclopedia. Disponível em < <https://en.wikipedia.org/wiki> > acesso em 18jul2018.

WIKILIBROS – Livros Abertos Por Um Mundo Aberto. Disponível em

https://pt.wikibooks.org/wiki/Wikilivros:P%C3%A1gina_principal , acesso em 18abr2019